



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Flávia Miranda Oliveira

**O MANEJO DA PESSOALIDADE EM CONVERSAS
PROFISSIONAIS: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA PARA
A ÉTICA EM GRUPO**

UBERLÂNDIA

2012

Flávia Miranda Oliveira

**O MANEJO DA PESSOALIDADE EM CONVERSAS
PROFISSIONAIS:
UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA PARA A ÉTICA EM
GRUPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Prof. Dr. Emerson F. Rasera

**UBERLÂNDIA
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48m Oliveira, Flávia Miranda, 1987-
2012 O manejo da pessoalidade em conversas profissionais : uma
perspectiva discursiva para a ética em grupo / Flávia Miranda
Oliveira. -- 2012.
106 f. : il.

Orientador: Emerson F. Rasera.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Psicologia discursiva - Teses. 3. Psi-
cologia aplicada - Teses. I. Rasera, Emerson F. (Emerson Fernan-
do), 1972-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Flávia Miranda Oliveira

O MANEJO DA PESSOALIDADE EM CONVERSAS PROFISSIONAIS: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA PARA A ÉTICA EM GRUPO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Prof. Dr. Emerson F. Rasera

Banca Examinadora
Uberlândia, 16 de Março de 2012

Prof. Dr. Emerson F. Rasera
Orientador (UFU)

Prof^a. Dra. Paula Cristina Medeiros Rezende
Examinadora (UFU)

Prof^a. Dra. Carla Guanaes Lorenzi
Examinadora (USP)

Prof^a. Dra. Cintia Braghetto Ferreira
Examinadora Suplente (UFG)

**UBERLÂNDIA
2012**

Dedicatória

À Deus, minha fortaleza;
À minha família, pelo incentivo a busca
de novos conhecimentos;
Ao Dayvid, pelo apoio constante
nesta caminhada;
Aos meus exemplos de professor,
Emerson e Paula,
pela generosidade e solicitude.
Aos amigos mais próximos,
por reconhecerem meu esforço.
À todos vocês, co-autores da minha história,
minha gratidão.

Agradecimentos

*“E é tão bonito
quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
onde quer que a gente vá”
(Caminhos do Coração –
Gonzaguinha)*

Considero essa dissertação como fruto de grandes parcerias. Muitos foram os interlocutores com quem pude tecer esta escrita. A todas essas pessoas, muito obrigada!

Contudo, há entre essas pessoas algumas a quem eu gostaria de expressar aqui meu agradecimento especial:

À Deus, meu sustento e meu refúgio durante essa etapa.

Ao meu pai, Antônio Augusto, por me ensinar a buscar a simplicidade em tudo o que faço.

À minha mãe Denise por me incentivar a buscar novos horizontes em minha vida profissional.

Ao Dayvid, meu companheiro e parceiro em todas as alegrias e dores. Agradeço a sua fiel e carinhosa presença nessa caminhada.

À minha irmã, Fernanda, ao meu sobrinho Gabriel e ao meu afilhado Victor Hugo, pela leveza com que me ensinam sobre a vida.

À minha avó e padrinho, pelas orações e palavras de apoio.

Enfim, a todos os meus familiares, por estarem ao meu lado, oferecendo-me acolhimento caloroso em todas as minhas escolhas.

Aos meus amigos, por me proporcionarem conversas instigantes, abraços afetuosos e suporte ao longo desses anos.

Ao professor, orientador e amigo Dr. Emerson F. Rasera, pelos convites e conversas reflexivas durante esse percurso. Sou grata por me ensinar, além de ser pesquisadora, professora e psicóloga, a ser “gente com G maiúsculo, ser gente duas vezes, gente ao quadrado, gente de gente”, não a ser “super gente!”, mas a “transformar tudo em TRABALHO: em atividade intencional, propositada, planejada, transformadora de si e do outro, engajada, refletida, denunciadora, crítica”. Obrigada pelos diálogos sempre produtivos, pela disponibilidade em estar ao meu lado... Nossas conversas já estão deixando saudades!

À amiga e professora Paula Cristina, pela relação de afeto, pelo ouvido generoso, pela delicadeza, pelas perguntas que abrem caminhos ... Obrigada por ser aquela em quem me inspiro! “Que o teu afeto me afetou é fato...” .

Aos amigos do Grupo de Estudo e Pesquisa em Construcionismo Social, em especial Mário, Berenice, Rita, André, Rafael, Pedro, Gabriela, enfim a todos vocês que compuseram comigo encontros riquíssimos e me ofereceram valiosas contribuições, o meu reconhecimento.

À Marineide, Alice e ao Prof. Dr. Rodrigo Sanches Peres, sempre tão prestativos, eficientes e carinhosos. Agradeço pelos esclarecimentos e apoio, principalmente enquanto o Emerson esteve fora.

Aos alunos da disciplina Teorias e Técnicas de Grupo, que me permitiram estrear na docência.

Aos participantes da pesquisa que compartilharam conosco suas histórias e reflexões. Obrigada pelo empenho em contribuir para este estudo e para minha formação como pesquisadora.

Às queridas professoras Dra. Carla Guanes Lorenzi, Dra. Paula Cristina e Dra. Cintia Braghetto Ferreira, por aceitarem me fazer companhia neste momento tão importante. Obrigada por fazerem parte da banca de defesa desta pesquisa.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, obrigada pelo apoio.

Enfim, a todos aqueles que torceram por mim!

RESUMO

O Manejo da Pessoalidade em conversas profissionais: Uma Perspectiva Discursiva para a Ética em grupo

Na literatura em Psicologia, encontramos poucos trabalhos que investigam os impasses éticos do trabalho com grupos e como os psicólogos negociam sua definição e seu enfrentamento. Diante dessa constatação de uma escassez de trabalhos no campo da ética grupal os quais, em sua maioria, apresentam uma compreensão ética prescritiva e instrumental, avaliamos que o desafio está em ampliar os estudos neste campo temático de tal modo que novos olhares sobre a ética, mais processuais e dialógicos, possam ser elaborados. Assim, interessados em gerar entendimentos que discorram sobre o mundo ético que se cria nas conversas grupais, apresentamos uma proposta discursiva sobre este tema. Esse tipo de reflexão nos envolve em discussões sobre os diversos cuidados conversacionais despendidos em uma situação de interação. Privilegiamos, nesta pesquisa, o estudo acerca da prática discursiva denominada por nós como o Manejo da Pessoalidade, a qual se refere à construção discursiva de si numa conversa. Vale destacar que ao falarmos de Manejo da Pessoalidade estamos nos referindo a qualquer enunciado que utilize recursos lingüísticos relacionados a questões pessoais (ex. *pra mim, eu, particularmente, na minha opinião, eu penso assim*, entre outros), bem como que resgate assuntos que os interlocutores anunciam como pertencente a uma suposta pessoalidade. Diante disso, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender como psicólogos que realizam práticas grupais, em situação de interação em grupo, manejaram a Pessoalidade durante conversas sobre ética grupal, bem como as funções que esse manejo exerce na conversa. Para tanto, foram realizados dois grupos de sensibilização sobre o tema da ética nas práticas grupais, com psicólogos coordenadores de grupo. Estes aconteceram semanalmente e de forma separada, perfazendo cinco encontros para cada grupo, num total de 10 encontros na pesquisa. Os 10 participantes apresentaram idades variadas (entre 23 e 46 anos), eram de ambos os sexos e atuavam em diversas áreas: saúde, clínica e organizacional. Após a realização destes grupos, transcrevemos as 20 horas de conversas grupais, as quais foram analisadas segundo as propostas de análise do discurso, influenciadas pela perspectiva construcionista social, mais precisamente pela Psicologia Discursiva. A partir dessa perspectiva teórico-metodológica, foram identificadas diferentes funções relacionadas ao Manejo da Pessoalidade no debate sobre ética. Da análise empreendida, emergiram quatro funções: lidando com divergências; buscando adeptos na diversidade; normalizando a diferença; e problematizando o estabelecido. Assim, a apresentação de si mesmo nestas conversas permite uma neutralização de possíveis ameaças conversacionais, garante um espaço para a convivência dialógica de diferentes versões de sentido, favorece a construção de uma normalidade no que se refere às diferentes formas de atuação profissional e possibilita um questionamento em relação a conhecimentos já corroborados. Concluímos que o Manejo da Pessoalidade em conversas grupais sobre ética ocorre de forma a legitimar outras possibilidades de significação para aspectos éticos e, paradoxalmente, constrói o campo conversacional sobre ética como um espaço delicado e polêmico.

Palavras-chave: Manejo da Pessoalidade; Ética; Grupos; Psicologia Discursiva

ABSTRACT

Management of Personhood in professional conversations: A Discursive Perspective for Ethics in groups

In the psychology literature, we found few studies investigating the ethical dilemmas of working with groups and how psychologists define and deal with them. Given this finding of a lack of studies in group ethics which, in their majority, have a prescriptive and instrumental ethical understanding, we evaluated that the challenge would be to expand the study on this theme so that new visions, more processual and dialogical on ethics, may be developed. Thus, interested in generating understandings that discuss the ethical world which is created in group conversations, we present a discursive proposal on this issue. This type of reflection involves us in discussions on the various cares spent on conversational interactions. In the present research, we preferred the study of the discursive practice that we named Management of Personhood, which relates to the discursive construction of self in conversation. It is noteworthy that when we talk about Management of Personhood we are referring to any statement that uses linguistic resources related to personal issues (ex: for me, I, particularly, in my opinion, I think so, among others) as well as those which speakers consider to belong to an alleged personhood. Thus, the overall objective of this research was to understand how psychologists, who conduct groups, managed Personhood during talks on group ethics, as well the roles that this management plays in conversation. Two groups on ethics in groups were conducted weekly and separately, making up for five meetings for each group and a total of 10 meetings for both. The 10 male and female participants varied in age (23 to 46 years) and worked in several areas: health, clinical and organizational. After completion of these groups, we transcribed the 20 hours of group talks, which were analyzed according to Discourse Analysis, influenced by the social constructionist perspective, more precisely by Discursive Psychology. From this theoretical-methodological perspective, we identified different functions related to Management of Personhood. Four roles emerged: dealing with differences; seeking adepts in diversity, normalizing differences, and questioning the established. Thus, the personal presentation of himself/herself of the participants in these conversations allowed a conversational neutralization of possible threats, ensured a dialogic space for the coexistence of different systems of meaning, favored the construction of normality in regards to different ways of professional performance and enabled a questioning in relation to knowledge already confirmed. We concluded that the Management of Personhood in group talks on ethics occurs in order to legitimize other possibilities of meaning for ethical aspects and, paradoxically, makes the conversational field on ethics delicate and controversial.

Keywords: Management of Personhood; Ethics; Groups; Discursive Psychology

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. Apresentação	13
2. Ética nas práticas grupais: conversando com a literatura	19
2.1. Ética, grupos e prática profissional do psicólogo	20
2.2. Reflexões sobre a literatura	26
3. A Ética sob uma perspectiva discursiva	30
3.1. Ética Conversacional	31
3.2. A Ética na interação	33
4. O Manejo da Pessoalidade na conversa	37
4.1. A construção de si no discurso	38
4.2. Manejando a Pessoalidade em conversas cotidianas	41
4.3. O Manejo da Pessoalidade em conversas sobre ética	49
5. Referencial teórico e metodológico: a linguagem em interação	54
5.1. Construcionismo Social: (des-) construindo olhares	54
5.2. Psicologia Discursiva: a linguagem e seus efeitos	56
6. A Pesquisa em Contexto: delineando objetivos e caminhos	62
6.1. O objetivo do estudo	63
6.2. O contexto e os participantes do estudo	64
6.3. Passos de construção do corpus	65
6.4. Passos de análise do corpus	68
6.5. Considerações éticas	69
7. Conversas sobre Ética em Grupo	71
7.1. Lidando com divergências	71

7.2. Buscando adeptos na diversidade	76
7.3. Normalizando a diferença	79
7.4. Problematizando o estabelecido	84
8. Conversando com a pesquisa: reflexões em questão	93
8.1. Manejo da Pessoalidade como prática discursiva: repensando a ética	93
8.2. Conversas sobre ética: uma arena para a construção de identidades sociais e ressignificação do conflito	101
8.3. Ética relacional, grupos e Manejo da Pessoalidade: afirmindo-se na diversidade.....	104
8.4. Metodologia Grupal como ferramenta para a produção relacional do conhecimento ético	107
8.5. Psicólogos em conversa: implicações metodológicas da participação na pesquisa.....	109
9. Referências	112

APÊNDICES

- Apêndice 1. Anúncio de divulgação da pesquisa
- Apêndice 2. Ficha de Identificação
- Apêndice 3. Consentimento livre e informadoa
- Apêndice 4. Roteiro dos encontros

ANEXOS

- Anexo 1. Convenções das Transcrições propostas por Gail Jefferson
- Anexo 2. Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

1. Apresentação

Para aqueles que começam esta leitura comigo, gostaria de me apresentar. Ofereço a vocês, os interesses, intrigas e curiosidades que me levaram a realizar esta pesquisa. Acredito que nos tornamos mais envolvidos em algo quando percebemos que aquilo com que estamos entrando em contato nos é minimamente familiar. Logo, convido você e outros para ouvir minha história. Penso que histórias criam conhecimentos e, como pesquisar também é uma forma de contar histórias, começo falando do caminho que percorri até aqui. Quem sabe você possa me fazer perguntas e me encorajar a ver os mesmos detalhes de forma diferente. Assim minha história deixa de ser minha e passa a ser nossa.

Início falando dos encontros que me permitiram decidir pelo Mestrado para só em seguida dizer como foi escolher estudar ética nas práticas grupais a partir do olhar Construcionista Social. Durante a graduação em Psicologia, tive dois encontros marcantes com pessoas surpreendentes. O primeiro foi com a Professora Dra. Paula Cristina Medeiros Resende e o segundo com o Professor Dr. Emerson Fernando Rasera, orientador deste trabalho. Cada um, a sua maneira, me ensinou a beleza que há na docência, a necessidade de um cuidado constante com o outro, consigo mesmo e com a relação, bem como a riqueza presente no diálogo.

Com a Professora Paula, vivenciei uma disciplina na área de Psicologia Escolar e duas em licenciatura, uma monitoria em Psicologia da Educação e um estágio supervisionado também na área escolar. Nestes momentos, Paula sempre me surpreendia com seu jeito questionador, reflexivo, acolhedor e, principalmente, com seu ouvido generoso. Por ela, fui apresentada ao livro “A verdadeira história dos três porquinhos”, no qual pude me encantar com uma multiplicidade de versões para uma ‘mesma’ questão. Neste instante, me deparei com a noção de que não era mais possível falar *DA História Verdadeira*, mas sim de *histórias*

verdadeiras; já no livro “Ei! Tem alguém aí?”, Paula me apresentou Mika e o quanto as perguntas precisam ser valorizadas por estar sempre abrindo caminhos.

Enfim, com sua constante postura crítica e reflexiva, Paula me levava a vivenciar um processo de desconstrução do que estava dado como pronto e, além disso, me fazia acreditar que a academia poderia ser um espaço onde conversas diferentes e formas diferentes de aprendizagem podem ter lugar.

O Professor Emerson, por sua vez, me apresentou uma forma de produção do conhecimento e de criação de sentidos no e sobre o mundo que até então não conhecia, apenas vivenciava timidamente com as experiências que a Professora Paula me proporcionava. Com a publicação do seu livro “Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo” pude enfim conhecer a perspectiva Construcionista Social. E como esta me encantou! Comprei o livro, fiz a disciplina Teorias e Técnicas de Grupo (T.T.G.) ministrada por ele e, a partir de um exercício avaliativo nesse curso, pude desenvolver meu primeiro artigo publicado “Do contexto terapêutico à prática educacional: Uma Análise do Filme O Sorriso de Mona Lisa”, o qual faz uma aproximação entre o Construcionismo Social e a área escolar. Em seguida, acabei ocupando mais um lugar de encontro com o Construcionismo, o PIBEG: “Perspectivas Construcionistas Sociais em Psicologia”, no qual eu traduzia artigos da área e também era monitora de grupos de estudos semanais que discutiam sobre esta perspectiva epistemológica.

Neste caminho percorrido com o Professor Emerson, pude aprender com sua postura dialógica, curiosa e reflexiva, com sua freqüente preocupação com nossa formação profissional, demonstrada pelos seus cuidados e organização, bem como com seu jeito todo especial de conversar, que me chamava bastante atenção e que me dava cada vez mais vontade de conversar. Penso que ele me proporcionou e ainda proporciona conhecimentos e organização do turbilhão de perguntas que sempre me vêm à mente.

Frente a essas experiências construcionistas dialógicas e colaborativas, decidi continuar construindo este lugar de constante reflexão fazendo Mestrado. Neste momento, o Professor Emerson me convidou a trabalhar, em parceria com ele e o Mário, também orientando de mestrado, sobre uma temática específica: ética nas práticas grupais sob a abordagem Construcionista Social. Na época, aceitei a proposta por dois motivos específicos que já estavam claros pra mim: interessava-me pelo trabalho com grupos e gostava da perspectiva teórica. O interesse por estudar grupos surgia desde meu estágio com a Paula e das oficinas realizadas na disciplina de T.T.G., por meio dos quais descobri algo que me agrada – estar em grupo é estar com outras vozes em um processo conjunto de investigação compartilhada por novas e variadas possibilidades de significação. Já o envolvimento com o Construcionismo Social se deve por esta vertente epistemológica me oferecer um conjunto de ideias que leva a uma constante revisão de condições dadas como verdadeiras, imutáveis e que tendem, muitas vezes, a restringir modos de vida, culturas e sociabilidades.

Além disso, penso que falar do construcionismo é falar primeiramente de um movimento freqüente de desconstrução que me autoriza a perguntar, a questionar mais e mais, além de me permitir transitar por diversos e diferentes lugares, todos legítimos, todos possíveis. Manoel de Barros, poeta que escreveu “O livro das ignorâncias”, me ajuda a compreender o Construcionismo através de seus versos, nos quais sempre promove a ideia de que é preciso desconhecer para conhecer, desinventar coisas e palavras, tornando-as novas, sem sentido pronto, sem definição. Não definir, segundo ele, é deixar soltas as palavras e as coisas, é deixá-las simplesmente ser, sem que haja nomes para aprisioná-las num mundo de conceitos, que se tornam cada vez mais gastos e pobres. Ao dizer em um de seus versos que “Poesia é voar fora da asa”, ele e a proposta construcionista me convidam a desaprender, a questionar o já naturalizado, enfim, a interrogar o cotidiano. E, neste processo, me vejo no

lugar de poder escolher, de realizar escolhas em meio a uma variedade de sentidos o que, por sua vez, me proporciona autoria, tão almejada, tão intrigante.

Também é encantador observar o quanto fui amadurecendo conforme a pesquisa caminhava. E, de forma curiosa, só depois de passar por todo este processo, consigo visualizar de forma mais concreta um terceiro motivo para a escolha deste tema de pesquisa e que, de certa forma, conta um pouco de mim. Este terceiro motivo não era tão visível num primeiro instante mas, com igual ênfase aos dois primeiros, também fundamentou a escolha deste objeto de pesquisa.

Ao longo deste trabalho, fui me dando conta de que eu, em minhas experiências cotidianas, sempre me deparei com questionamentos éticos do tipo “Qual caminho seguir? O que fazer diante dessa situação? Qual a melhor decisão para guiar minha ação?”, dentre tantas outras. Nesse sentido, olhar para meu dia a dia levou-me a pensar no quanto estou sempre me aventurando em processos decisórios, de escolhas possíveis para um momento específico. Isso, juntamente com o convite relativista de enxergar o mundo proposto pelo Construcionismo, me leva a ver uma imensidão de possibilidades e, muitas vezes, tendo que decidir qual caminho seguir entre tantos.

Diante disso, comecei a acreditar que esta pesquisa poderia me ajudar a entender um pouco deste processo – as ‘n’ possibilidades não devem nos paralisar, as variadas versões não podem nos imobilizar, a escolha por uma delas é a possível no momento e não significa necessariamente que seremos impedidos de revê-la em outro instante, ou seja, as escolhas estão circunscritas contextual e situacionalmente.

Portanto, para realizar estas reflexões, eu e o Professor Emerson promovemos um encontro de grandes curiosidades: Ética nas práticas grupais, temática que nos intriga bastante; e, a pesquisa qualitativa e o Construcionismo Social, que, hoje, representam nossas escolhas teórico-metodológicas para pensar e fazer ciência.

Como se pôde ver, nesse primeiro capítulo, foram descritas as motivações, interesses e curiosidades que sustentaram a construção desta pesquisa.

No segundo capítulo, propomos um breve panorama das publicações sobre ética nas práticas grupais em Psicologia. Apresentamos também algumas propostas de normatizações éticas oriundas das associações internacionais e suas divisões/setores que congregam os profissionais que realizam práticas grupais. Além disso, oferecemos neste espaço uma conversa reflexiva sobre esta revisão da literatura.

Após a constatação de uma escassez de trabalhos no campo da ética grupal os quais, em sua maioria, apresentam uma compreensão ética prescritiva e instrumental, avaliamos que o desafio está em ampliar os estudos neste campo temático de tal modo que novos olhares sobre a ética, mais processuais e dialógicos, possam ser elaborados. Assim, interessados em gerar entendimentos que discorram sobre o mundo ético que se cria nas conversas grupais, o capítulo seguinte, terceiro, apresenta uma proposta discursiva sobre este tema.

A reflexão sobre uma perspectiva discursiva da ética nos envolve em discussões sobre os cuidados conversacionais despendidos em uma situação de interação. Esses cuidados se sustentam a partir das variadas implicações identitárias presentes nos diferentes jeitos de conversar, de responsabilizar a si e ao outro, nos quais se busca preservar os falantes e o próprio diálogo. Este é um tema caro à Psicologia Social e está associado a diferentes conceitos e teorias. Contudo, privilegiamos no quarto capítulo o estudo acerca da prática discursiva denominada por nós como o Manejo da Pessoalidade, a qual se refere à construção discursiva de si numa conversa.

No capítulo cinco, por sua vez, apresentamos a perspectiva epistemológica e metodológica que sustenta nosso trabalho. Esta é pautada pela análise do discurso, a qual é influenciada pelo Construcionismo Social, mais precisamente, pela Psicologia Discursiva.

Já no sexto capítulo, destacamos o objetivo do trabalho, o contexto e os participantes da pesquisa, os passos de construção e análise do corpus da pesquisa, bem como os aspectos éticos envolvidos no processo de investigação.

Vale antecipar aqui que neste estudo pretendemos analisar como os profissionais da psicologia conversam sobre ética em situação de interação em grupo. Desse modo, procuraremos apontar, especificamente, a forma encontrada por eles para Manejaram a Pessoalidade durante tais circunstâncias conversacionais tendo em vista que este jeito de conversar se tornou uma prática discursiva recorrente nestas interações. Neste sentido, avaliamos que o foco analítico adotado nos permitirá fomentar discussões sobre como e porque recorrer à pessoalidade pode se tornar um recurso lingüístico útil neste tipo de conversa, bem como analisar as funções que este modo de conversar apresenta nestas interações.

No capítulo seguinte, apresentamos a análise realizada a partir do material transcreto, a qual reflete a apreciação de alguns trechos dos encontros realizados. Neste contexto, analisamos o Manejo da Pessoalidade em conversas entre profissionais da psicologia sobre ética nas práticas grupais.

E, finalmente, no oitavo capítulo, temos um espaço de reflexão a respeito da nossa proposta analítica. Neste momento de discussões, apontamos compreensões sobre o percurso da pesquisa e as oferecemos como ponte para novas investigações.

2. Ética nas práticas grupais: conversando com a literatura

Nas atuais circunstâncias sociais e profissionais, diferentes formas de atuação em grupo têm recebido atenção pela Psicologia. A apostila na utilização das práticas grupais como uma ferramenta de trabalho interessante para os psicólogos tem sido enfatizada por diversas áreas desta profissão. A despeito das dificuldades de implantação deste modo de atuação, advindas de uma formação profissional baseada em um ideário individualista, o reconhecimento do recurso grupal como uma forma de intervenção útil para as instituições públicas tem se tornado ainda mais relevante, principalmente no campo da saúde pública (Dimenstein, 2000; Spink, Bernardes & Menegon, 2006). A Psicologia Social Comunitária, por sua vez, também ressalta a atuação em grupo como fundamental para que as relações de poder sejam percebidas pelas pessoas (Martins, 2003)

A emergência do trabalho em grupos como uma das formas possíveis de atuação psicológica traz consigo reflexões sobre as questões valorativas imersas no seu planejamento, estruturação e performance. Pensar essas questões é importante para gerar uma sensibilização ética que possa contribuir para a própria legitimação da prática grupal como uma modalidade de trabalho capaz de contemplar de forma mais abrangente as mudanças culturais que vivenciamos.

As questões éticas estão presentes em inúmeros tipos de atividades que realizamos em nossas vidas, com diferentes tipos de pessoas envolvidas. O contexto profissional, como destacamos, é um dos quais, claramente, as questões éticas estão no foco da atenção, havendo até mesmo a formalização de um código de conduta a ser seguido na relação com os usuários dos serviços e outros profissionais. Brabender (2007), ao discorrer sobre a importância de conversas éticas em espaços profissionais, valoriza o discurso ético nestes ambientes, pois considera que debates éticos precisam acontecer a todo o momento e não só em casos especiais.

No entanto, dificilmente encontramos orientações éticas que nos ajudem a pensar as especificidades do trabalho com grupos. Neste sentido, convido você, leitor, para juntos refletirmos sobre alguns estudos presentes na literatura da área e que se tornam, portanto, recursos importantes para pensarmos a ética em situação grupal.

Desse modo, em um primeiro momento, apresentarei de forma resumida alguns artigos sobre ética em grupo e os principais assuntos abordados pelos mesmos, bem como algumas diretrizes éticas oferecidas por associações internacionais que congregam profissionais que trabalham com grupos. Por fim, realizaremos alguns apontamentos sobre as possíveis implicações deste material encontrado para o processo de construção de conhecimento no campo da ética grupal.

2.1. Ética, grupos e prática profissional do psicólogo

Em uma busca da literatura internacional, por meio da consulta a base de dados PsycInfo e psycARTICLES, utilizando os descritores “terapia de grupo” e “ética”, no período de 1985 a 2010, foi possível observar que há vários capítulos de livros e orientações sobre normas e condutas éticas em grupo, mas poucos artigos resultantes de pesquisas empíricas. Nesse sentido, encontramos um total de 22 resumos de artigos. Cabe destacar aqui que o critério de seleção dos resumos para posterior leitura foi identificar dentre todo o material coletado aquelas publicações que trouxessem como aspecto central da discussão questionamentos éticos relacionados à prática de psicólogos que trabalham com grupos, o que nos levou a um número de 19 artigos. Ressaltamos também que entre estes textos, 3 são artigos no formato de comentários e revisão de alguns destes outros materiais encontrados (Macnair-Semands, 2007; Roback & Moore, 2007; Gans & Gans, 2008).

Desse modo, entre estas pesquisas encontramos como temas mais comuns os seguintes: dilemas enfrentados pelos coordenadores de grupos na realização de suas atividades, seja no que se refere à manutenção da confidencialidade, à apresentação dos limites da mesma, aos relacionamentos sexuais entre os participantes e coordenadores ou às múltiplas relações existentes entre os mesmos. Vemos também problematizações das questões éticas oriundas do momento de estabelecimento de um contrato grupal, da necessidade de acolhimento da diversidade de pessoas em suas respectivas características raciais, culturais e sexuais, bem como dos limites do cuidado psicológico no contexto grupal. Ainda neste sentido, há nestes estudos, reflexões sobre as dificuldades em gerar a escrita de prontuários e relatos de sessões dentro de uma linguagem que seja grupal, os desafios com as práticas de honorários, com a possibilidade de gravação de áudio dos encontros grupais, bem como sobre o impacto da cultura no encerramento de trabalhos grupais.

Em relação ao sigilo profissional, alguns estudos têm problematizado as implicações do preceito ético da confidencialidade no contexto grupal. Roback et al. (1992) investigaram as práticas éticas de psicoterapeutas de grupo e identificaram algumas dificuldades dos terapeutas em anteciparem aos participantes os limites da confidencialidade proposta neste contexto e apontaram a necessidade de uma formação mais ampla dos profissionais para lidar com os aspectos éticos envolvidos no trabalho em grupo.

Hough (1992) analisou as consequências para a dinâmica grupal da manutenção dos segredos dos participantes, e de situações em que um participante ao preservar o sigilo sobre informações de outro participante no próprio grupo, acaba por limitar suas formas de participação na terapia e, consequentemente, perder parte de seu benefício terapêutico.

Mackenzie (1999) discutiu como a realização de atendimentos grupais como parte dos serviços oferecidos mediante os convênios de saúde traz vários desafios éticos referentes à confidencialidade das informações e acesso dos participantes a serviços apropriados.

Mcdivitt (2001), em uma pesquisa nacional nos Estados Unidos, investigou questões éticas relativas à confidencialidade, interesses de terceiros, consentimento informado, papel do líder e seleção, com profissionais que trabalham com adolescentes no contexto escolar. Os resultados mostraram haver uma falta de acordo generalizada sobre respostas apropriadas em situações de dilema ético.

Ainda no que se refere aos impasses sobre confidencialidade no âmbito grupal, Knauss (2006) apresenta-nos um dilema central no que se refere ao registro de informações quando se trata de um trabalho em grupo. Desse modo, questiona que nestes casos registros individuais para cada membro seriam mais interessantes do que registros grupais tendo em vista que apesar de anotações sobre todo o grupo permitir a captura de aspectos importantes, estas podem não incluir detalhes suficientes sobre cada participante, além de comprometer a privacidade e confidencialidade dos membros individuais uma vez que qualquer cliente tem o direito de examinar seu próprio prontuário e os psicoterapeutas não podem prever quem irá querer ler e ter acesso a este material. Diante disso, esta autora propõe que o desafio está em escrever relatos que capturem o que está acontecendo no grupo e que ao mesmo tempo garantam a confidencialidade de cada membro ou adotar jeitos de relatar anotações individuais, mas que consigam capturar questões grupais importantes.

Lasky e Riva (2006), por sua vez, assinalaram que a confidencialidade em psicoterapia de grupo, segundo eles ignorada na literatura sobre ética, tem ganhado mais atenção atualmente pelo fato desta modalidade de trabalho estar crescendo entre os profissionais. Estes autores consideram que a confidencialidade nas práticas grupais é mais difícil de ser resguardada do que em uma terapia individual. Eles também apontaram que um número significante de terapeutas de grupo ainda não comprehende os limites da garantia de uma confidencialidade e nem mesmo apresentam tais limitações durante o consentimento informado.

Pepper (2002; 2004; 2007) apontou os problemas éticos decorrentes dos múltiplos papéis assumidos por determinados terapeutas envolvidos em práticas educativas e de formação de novos terapeutas, o que faz com que muitos deles sejam ao mesmo tempo terapeutas / supervisores em relacionamentos com os mesmos pacientes / supervisorandos. Este mesmo autor também discutiu o impacto das relações entre os membros de uma psicoterapia de grupo e de um centro de formação de terapeutas fora destes respectivos contextos para o próprio andamento daqueles trabalhos. Assim sendo, sugere que para o trabalho ser efetivo nenhum contato extra-grupal deveria acontecer.

Lanza e Satz (1995), ainda analisando as dificuldades decorrentes dos múltiplos papéis assumidos pelos coordenadores, discutem a situação na qual o terapeuta de um grupo é ao mesmo tempo pesquisador do mesmo. Os autores apontam que, apesar de algumas tensões, a combinação de papéis teve vários benefícios.

Neste mesmo contexto de formação, Merta e Sisson (1991) discutem os dilemas éticos e profissionais na realização de grupos experenciais na formação de terapeutas. Entre os modelos de utilização destes grupos estão aqueles nos quais a participação no grupo é obrigatória e os participantes recebem feedback posterior, e aqueles nos quais a participação é voluntária.

Discutindo a ética a partir de uma perspectiva feminista, Lakin (1991) investiga os grupos de mulheres coordenados por terapeutas feministas, destacando as vantagens de um enfoque no gênero e consequente sentimento de filiação e aceitação existentes neste contexto. Esta forma de discutir sobre ética em grupo e suas implicações também encontra ressonâncias nos grupos para gays e lésbicas coordenados por terapeutas gays.

Debiak (2007), analisando as formas de lidar com a diversidade quando se coordena um grupo, comenta que questões éticas podem surgir e, por isso, apresenta um conjunto de passos que um coordenador precisaria se atentar para resolver com sucesso os dilemas éticos

relacionados à diversidade. Para tanto, oferece um estudo de caso em que discute sobre a possibilidade de incluir um homossexual em um grupo de homens heterossexuais.

Pinney (1996), em um capítulo sobre aspectos éticos e legais do ‘Compêndio de Psicoterapia de Grupo’, descreveu várias questões éticas enfrentadas pelos coordenadores de grupo, tais como: violações de fronteiras sexuais, relacionamentos duais, relações sexuais intragrupais, ruptura da confidencialidade por parte do terapeuta, grupos experienciais e de ensino, e a necessidade de instrução continuada do coordenador do grupo.

Shapiro e Ginzberg (2006) investigam os dilemas éticos advindos do lidar com dinheiro, formas de pagamento e aumentos futuros em uma psicoterapia de grupo. Para tanto, utilizam estudos de caso para ilustrar pontos importantes e apresentar orientações interessantes, tais como discutir questões relacionadas ao pagamento ainda no processo de consentimento informado. Este estudo também pode ser entendido como uma boa análise psicodinâmica das práticas honorárias em terapia de grupo.

Mangione, Forti e Iacuzzi (2007) focam nas questões éticas que podem emergir a partir do processo de encerramento de um trabalho em grupo. Assim sendo, este artigo destaca algumas áreas de conflitos éticos potenciais diante do fechamento de um grupo: privacidade e confidencialidade, relacionamento entre os pares, entre outros.

Brabender (2007), por sua vez, assinalou que profissionais que trabalham com grupos devem possuir um conhecimento ético considerável para poder lidar com os múltiplos problemas que surgem neste tipo de trabalho. Por isso, nos apresenta alguns princípios éticos que julga ser pertinentes para um psicoterapeuta de grupo. Além disso, ela conclui que o compromisso com uma prática grupal ética não deve ser assumido apenas pelos coordenadores de grupo, mas também pelas organizações profissionais e programas de formação.

Neste sentido, também encontramos códigos e normatizações éticas específicas para o trabalho com grupos produzidos por associações internacionais e suas divisões/setores que congregam profissionais que buscam especificar e orientar suas ações para situações e impasses próprios do trabalho com práticas grupais. No Brasil, temos a Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo (SPAGESP), contudo esta ainda não congrega a maioria dos profissionais que trabalham em grupos, e também não divulga nenhuma orientação ou diretriz ética específica ao trabalho realizado neste contexto. Entre as associações atuantes que verificamos, podemos destacar: a Associação de Especialistas em Trabalho de Grupo (ASGW), a Associação Americana de Psicoterapia de Grupo (AGPA), e a Associação Internacional de Psicoterapia de Grupo (IAGP).

A Associação de Especialistas em Trabalho de Grupo (ASGW) é uma divisão da Associação Americana de Aconselhamento (ACA - Association for Specialists in Group Work Executive Board, 1998). Suas diretrizes para uma melhor prática profissional são planejadas para clarificar a aplicação do código de ética e das normas de prática da ACA. Elas se referem ao planejamento, desempenho e processamento dos grupos.

As orientações éticas sobre o planejamento abrangem descrições sobre: o contexto profissional e exigências reguladoras; a extensão da prática e a estrutura conceitual; a avaliação; o desenvolvimento de avaliação do programa; os recursos; a declaração de confidencialidade profissional; a preparação do grupo e dos membros; o desenvolvimento profissional; a mudança de tendência e tecnologia. No que se refere ao desempenho profissional, são apresentadas diretrizes sobre: autoconhecimento; competências para o trabalho de grupo; adaptação do planejamento ao grupo; condições terapêuticas e dinâmicas; significado; cooperação; avaliação; diversidade; e monitoramento ético. O processamento consiste de especificações sobre: esquema de processamento; prática reflexiva; avaliação e seguimento; consultoria e treinamento com outras organizações.

A Associação Americana de Psicoterapia de Grupo (American Group Psychotherapy Association, 2002) compartilha com o Registro Nacional de Psicoterapeutas de Grupo Licenciados (NRCGP) dos Estados Unidos, um conjunto de orientações éticas para a prática grupal. Estas orientações versam sobre a responsabilidade do terapeuta em relação ao cliente no que se refere: ao respeito à sua dignidade e singularidade, seus direitos e autonomia; seu direito à confidencialidade de suas informações; à proteção dos clientes de práticas inadequadas e antiéticas realizadas por outros terapeutas. Tais orientações estabelecem, ainda, que os terapeutas de grupo devem buscar manter a integridade da prática profissional, seja pela atualização profissional contínua, pela contribuição a investigações neste campo e pela denúncia de práticas de outros terapeutas que violem os princípios éticos. Além destas orientações, tanto a AGPA como o NRCGP possuem procedimentos a serem realizados em caso de queixas éticas, desde o recebimento da queixa até a possibilidade de revogação da licença do membro da AGPA e/ ou do registro da inclusão na NRCGP.

Por fim, a Associação Internacional de Psicoterapia de Grupo (IAGP), sensível à mesma necessidade sentida pelas organizações anteriormente citadas, criou linhas de conduta para facilitar o relacionamento entre líderes de grupo e seus membros. Os princípios que norteiam tais linhas de conduta dão destaque para as atitudes, treino profissional, confidencialidade e relações entre os líderes de grupo (International Association of Group Psychotherapy, 2009).

Após essa breve apresentação das publicações sobre ética em grupo, bem como das três alternativas de orientação para uma prática grupal ética apontaremos algumas reflexões sobre o material considerado.

2.2. Reflexões sobre a literatura

Ao longo desta busca por estudos que investigassem a ética nas práticas grupais nos deparamos com poucas pesquisas empíricas que se propusessem a abordar tal temática. Isso,

por sua vez, pode nos indicar que estamos começando a trilhar um caminho ainda emergente para psicólogos que vêm o grupo como uma alternativa qualificada em sua proposta de trabalho. Apesar disso, as análises encontradas na literatura se tornam uma efetiva oportunidade de reflexão. Como Roback e Moore (2007) apontam, artigos de revisão da literatura são “alimentos para o pensamento” (p. 54) e, portanto, são um bom começo quer seja para profissionais experientes ou até mesmo novatos no ramo.

Neste sentido, gostaríamos de oferecer algumas reflexões que a leitura deste material nos provocou. De um modo geral, foi possível identificar uma escassez de relatos de pesquisa sobre a prática ética em grupo na literatura internacional e, especialmente, na brasileira. Assim sendo, apesar de levantar questionamentos interessantes para a área, tomá-los como referência para se pensar a questão ética em grupo no contexto brasileiro requer novos estudos que permitam a construção de documentos que contextualizem a realidade social do país, bem como constantes ponderações sobre a forma como os profissionais podem traduzi-los durante o exercício de sua profissão.

Além disso, a despeito de diversas nuances, é possível dizer que as recomendações éticas de associações internacionais constituem uma tentativa de uma descrição abrangente e totalizante sobre uma prática grupal ética que pode ser utilizada por psicólogos que trabalham com grupos em diferentes áreas da atuação profissional, com objetivos, problemas, populações e abordagens teóricas específicas. Contudo, podemos identificar nestas diretrizes e também na redação dos artigos de revisão de literatura a marca de diferentes linhas teóricas de atuação, o que fica evidente pela utilização de uma terminologia própria, pelo privilégio de certos focos de atenção e práticas que delineiam uma concepção de sujeito e de grupo particular, bem como pela apresentação de dilemas éticos que muitas vezes estão relacionados com a forma como cada teoria entende o planejamento, preparação e desempenho de grupos. Isto, por sua vez, nos convida a fomentar pesquisas sobre o próprio Código de ética

profissional do psicólogo a fim de avaliar como este documento que não apresenta explicitamente uma filiação teórica se organiza em meio a uma multiplicidade de vertentes teóricas que se propõem a pensar grupos.

As ideias apresentadas nestes escritos também assinalam aspectos intrigantes no que se refere aos entendimentos que alguns autores elaboram sobre ética. Trata-se de uma compreensão ética que oferece regras, passos e critérios, mas que não se aprofunda em reflexões sobre como tais recomendações éticas poderiam ser utilizadas nas práticas grupais situadas, as repercussões que podem causar e as possíveis maneiras de lidar com essas. Ou seja, podemos visualizar na leitura da maior parte deste material a apresentação de uma ética pensada como um produto a ser utilizado automaticamente tendo em vista que já foi avaliado por determinados estudiosos. Com isso, a ética deixa de ser apreendida enquanto algo processual e as fundamentações que embasam as diretrizes, muitas vezes, não são refletidas. Estes apontamentos, por sua vez, nos levam a indagar quais as implicações deste tipo de construção do conhecimento ético para a formação profissional de psicólogos no que tange à ética de uma forma geral, a qual muitas vezes se mostra estancada em disciplinas isoladas e estruturadas de um jeito pouco convidativo a uma postura crítica e reflexiva.

Percebemos também que a literatura encontrada oferece oportunidades para questionarmos o lugar que o grupo ocupa dentro das respectivas discussões geradas pelos autores. Ao longo das problematizações sobre dilemas éticos vivenciados em grupos, vemos que as recomendações centram-se na figura do coordenador, ou seja, nos aspectos que ele deve cuidar e se preocupar. Entretanto, observamos que reflexões referentes à construção de uma co-responsabilização, bem como de uma parceria conversacional que seja dialógica e colaborativa, quando muito, ficam em um segundo plano. Neste sentido, não encontramos apontamentos sobre um possível convite das demais vozes do grupo para ajudar a pensar os dilemas éticos que por ventura o grupo esteja vivenciando.

Frente à leitura desta literatura, outra característica interessante que podemos levantar a respeito da escrita trata-se do uso de expressões que se referem a uma suposta vulnerabilidade ética no trabalho com práticas grupais. Logo, percebemos nestes textos a construção discursiva de que o trabalho com grupos é mais difícil e complexo que o trabalho individual o que, segundo os autores, explicaria a necessidade de outras investigações semelhantes às que estão promovendo. No entanto, estas justificativas apresentadas pelos mesmos a fim de valorizar as reflexões apresentadas nas suas respectivas produções pode gerar algumas implicações tais como um afastamento dos profissionais para com o uso das práticas grupais. Isso, juntamente com a introdução de textos que dizem tratar do aspecto grupal em específico, mas que acabam por desenvolver ideias individualizantes, pode estar denunciando uma dificuldade em se pensar e conversar a partir de uma inteligibilidade que seja grupal.

Diante disso, avaliamos que o desafio está em gerar entendimentos grupais, ou seja, em promover inteligibilidades relacionais que redimensionem aspectos éticos a partir do processo grupal. Ressaltamos também a necessidade em ampliar os estudos neste campo temático de tal modo que novos olhares sobre a ética possam ser elaborados. Nesse sentido, interessados em gerar entendimentos que discorram sobre o mundo ético que se cria na conversa, esta pesquisa apresenta a seguir, uma proposta discursiva sobre este tema.

3. A Ética sob uma visão discursiva

No capítulo anterior, discorremos sobre as pesquisas que analisam o trabalho psicológico em grupo e os aspectos éticos dessa prática. Enfatizamos também a importância de se pensar sobre a ética como uma forma de reconhecimento dessa modalidade de trabalho que vem acompanhando as mudanças sócio-culturais do nosso país.

No entanto, verificamos uma escassez de pesquisas sobre este tema e, entre as publicadas, um predomínio de estudos cujo entendimento sobre a ética é prescritivo e instrumental. Diante destes textos que buscam nos orientar quanto às diretrizes fundamentais para uma prática grupal supostamente ética, observamos uma carência de reflexões sobre como tais noções éticas, de fato, vão se construindo na interação. Assim sendo, podemos constatar uma necessidade de gerar outros olhares nos estudos sobre ética de tal modo que possamos ser motivados a compreender como as questões éticas acontecem em uma interação imediata.

Quanto a isso, segundo Shotter (2005), em um encontro conversacional uma realidade compartilhada é criada e nela se estrutura um mundo ético e político, de tal modo que se torna possível afirmar que a conversa tem uma vida própria. Diante desse caráter existencial das realidades conversacionais, esse autor afirma que expectativas e determinadas demandas vão surgindo como uma forma de dar continuidade a esta relação. Desse modo, ele apresenta algumas obrigações e responsabilidades para nos transformarmos em pessoas responsivas interacionalmente a fim de se criar uma harmonia conversacional em que os interlocutores se sintam reconhecidos e possam falar sobre si de forma democrática.

É importante ressaltar que Shotter (2005) fala de uma realidade que se cria, não independente de nós, mas em relação a nós. Nesse sentido, não é a realidade, o outro, que

existe e, por isso, deveríamos respeitá-lo, mas são justamente o próprio respeito, as próprias obrigações interacionais que fazem com que o outro exista.

Pensar a ética a partir dessa inteligibilidade relacional significa abandonar a sua compreensão a partir de critérios ontológicos que a definiriam essencialmente. Cria-se, assim, o ambiente propício para refletir a ética a partir de dentro das próprias interações estabelecidas entre as pessoas, pautando-se pelo potencial dialógico aí presente (Spink, 2000). Daí a necessidade de se lançar um olhar discursivo sobre a ética, ou seja, os modos pelos quais as pessoas em interação constróem pela linguagem o mundo em que vivem.

Deetz e White (como citado em McNamee & Gergen, 1999, tradução nossa) sugerem que “ao invés da ética ser biologicamente ou psicologicamente explicada ou sociologicamente dada pela tradição ou comunidade, a ética pode ser compreendida nas micro-práticas comunicativas da vida cotidiana.” [p. 118]. Se nos atentarmos para este foco que é dado à comunicação, começamos a compreender a ética como intrínseca à conversa.

Sendo assim, torna-se possível produzir um conhecimento ético não mais pautado em propostas prescritivas, mas interessado no que as realidades conversacionais podem estar construindo do ponto de vista ético. Isto é, ao centrarmos nossas atenções nas conversas estabelecidas em uma interação, podemos produzir reflexões sobre as questões éticas que aí perpassam. Ao considerarmos a forma como as pessoas em relação respondem umas às outras, estamos destacando um jeito de pensar a ética para além das prescrições, mas com uma atenção especial ao processo dialógico. Caminhemos, portanto, na ampliação do entendimento dessa visão.

3.1. Ética Conversacional

Ao resgatarmos algumas recomendações éticas da Associação de Especialistas em Trabalho de Grupo (1998) nos damos conta do apoio que esta dá para o processo colaborativo

entre os membros do grupo, de maneira tal que o respeito pelo que cada um tem a dizer entre eles possa ser cultivado. Já a Associação Americana de Psicoterapia de Grupo (2002), destaca como comportamento ético do profissional que trabalha em grupo, a oferta de serviços respeitosos para com a dignidade e individualidade de cada paciente assim como para com os direitos e autonomia do individuo. Por sua vez, a Associação Internacional de Psicoterapia de Grupo (2004) defende não ser permitido aos terapeutas de grupo impor a seus pacientes suas opiniões ou convicções pessoais, políticas, étnicas e religiosas.

Conforme Strong e Sutherland (2007) afirmam, as orientações éticas são claras no ponto em que alertam os profissionais a usar uma linguagem respeitosa, culturalmente apropriada e engajadora a fim de promover um relacionamento consensual com os clientes. Contudo, também apontam que, apesar desses aspectos serem comumente apresentados como uma prática ética, os estudos sobre como tais práticas vão se configurando ao longo de todo o processo interacional são pouco discutidos.

Logo, podemos considerar que a ética como um conteúdo, ou seja, como diretrizes prescritas aos profissionais é frequentemente expressa por aqueles que se ocupam de gerar conhecimento neste sentido. Por outro lado, verificamos também que estes estudiosos pouco se atentam para a maneira como suas recomendações são manejadas ao longo do processo grupal.

Em relação a esta temática, Strong e Sutherland (2007) destacam dois tipos de ética profissional: a ética do conteúdo e a ética do processo. A primeira, conforme já analisamos, inclui as normas destacadas nos códigos de ética profissionais, os quais especificam uma ajuda sobre o que os profissionais responsáveis podem fazer ao lidar com seus clientes, como por exemplo: confidencialidade, competência, entre outros. Todavia, estes autores também avaliam que a aplicação dessa ética do conteúdo, ou seja, dessas normas, apresenta desafios responsivos e colaborativos tendo em vista as

características culturais e contextuais dos encontros profissionais. É neste ponto, portanto, que desenvolver entendimentos sobre a ética do ponto de vista processual se torna relevante.

Assim sendo, podemos dizer que entender a ética como algo processual significa propor que ela seja conversacionalmente analisada. Neste sentido, a ética conversacional se estende para a forma como os envolvidos em uma interação coordenam as diferenças em seus estilos conversacionais (Strong & Sutherland, 2007).

A partir deste olhar discursivo para as noções éticas, podemos analisar que a violência conversacional (Weingarten, 1992) acontece quando os sentidos são impostos, ignorados ou propositalmente mal interpretados em uma interação não colaborativa entre os interlocutores. Diante disso, uma responsividade atenta às descrições dos falantes é um aspecto primordial para a ética conversacional que estamos articulando (Strong & Sutherland, 2007).

3.2. A Ética na Interação

Conforme apresentado acima, adotar uma visão discursiva que enfatize a construção de si mesmo e do mundo numa ação conjunta significa compreender a ética como algo que é criado e recriado nas negociações de sentido sustentadas em uma relação (Grandesso, 2000). Ao notar que a ética é uma questão premente atualmente, Spink (2000) endossa a crítica a respeito dos discursos prescritivos por acreditar que estes se fundamentam em uma moralidade contratual que impõe a priori o que seria ser ético e, assim, acabam limitando as diferentes possibilidades de compreensão e construção dessa temática em um contexto microssocial.

Por meio destes apontamentos, esta mesma autora não intenta menosprezar os códigos, entendidos neste caso como instrumentos importantes para a garantia de direitos das pessoas. Mas, propõe o fortalecimento de uma ética dialógica que seja pautada pelos sentidos dados pelos indivíduos em relação à situação vivida por eles.

Portanto, ao invés de se considerar a ética e seus respectivos impasses como algo previamente caracterizado e definido exteriormente, entende-se que estes são construções lingüísticas feitas pelas pessoas em contextos relacionais específicos. Quanto a isso, Gergen (2006) propõe que o dilema ético nada mais é do que o que as pessoas em interação assim o chamam. Isto é, o dilema ético não existe em si, mas se dá a partir do encontro com o outro. Deparamo-nos, assim, com uma compreensão relacional, dialógica e colaborativa sobre ética que considera os sentidos locais construídos pelas pessoas em interação.

Na visão de Gergen (1997), pensar a ética em termos conversacionais tem três implicações, quais sejam:

- a) do imperialismo para a colaboração: esta proposta procura distanciar-se de prescrições absolutistas e estabelecidas a priori a fim de se promover uma busca colaborativa por outros significados a partir de uma ênfase polivocal em que o número de vozes consideradas aumentam de tal forma que uma mesma questão pode ser entendida por diversos ângulos;
- b) da retribuição para a reorganização: ao invés de reproduzir a cultura de culpabilização e punição do indivíduo, compreendido neste contexto como o agente imoral e fazê-lo pagar sozinho por um erro, entender a ética como relacional nos leva a problematizar também os padrões amplos de relacionamento nos quais tal indivíduo está imerso e no qual participa, buscando-se uma responsabilização deste contexto;
- c) de princípios para as práticas: em substituição à busca por princípios universais e genéricos (“o que” fazer), a atenção se volta para os processos concretos pelos quais

resultados satisfatórios podem ser obtidos (“como” fazer). Logo, há uma busca por novas formas de estar juntos, de se conversar em situações conflituosas. As perguntas, portanto, passam a ser outras: O que pode ser feito diante de determinado fato? Quais as implicações para a ação futura? Novas formas de relacionamento podem ser desenvolvidas? Em situações de conflito quais formas lingüísticas podem ser empregadas de forma a gerar um resultado satisfatório? Quais são os recursos lingüísticos que as pessoas colocam à disposição nestas condições? Enfim, a preocupação está em encontrar modos pelos quais a questão ética possa ser construída, para além de prescrições abstratas, como uma prática situada.

A noção de ética desenvolvida neste tópico vai nos oferecendo indícios para refletir que a questão central não é tanto ou somente em como fazer com que a relação seja mais responsável, isto é, não se restringe à promoção de uma co-responsabilização do contexto, mas ressalta que o indispensável está em como fazer com que tal interação seja mais *responsiva*, ou seja, como tornar-se aberto, sensível ao outro de modo a responder-lhe não a partir de nossa própria lógica, mas respondê-lo a partir do lugar que ele ocupa na conversa.

Diante disso, queremos pontuar que há jeitos de conversar que convidam o outro a falar, a participar efetivamente da discussão em questão e, por outro lado, também podem existir maneiras de conversar que dificultam e, muitas vezes, acabam impedindo que o outro se manifeste e colabore para a problematização.

Na construção de uma proposta discursiva da ética, a dialogia foi se constituindo como um dos conceitos centrais para a sua promoção. Spink (2000) faz referência a este termo como sendo um processo de produção de sentido em que uma ou mais perspectivas se confrontam de tal modo que a fala de um ouvinte está sempre respondendo à voz de um falante. Dessa forma, a ética conversacional se refere a como ser responsável às várias discussões que emergem em um encontro a fim de que diferentes versões possam ser colocadas em diálogo.

Adentrar nesta compreensão dialógica e relacional da ética, nos coloca diante de algumas perguntas: Pessoas com diferentes experiências e ideias podem encontrar maneiras de estarem juntas? Como as pessoas conversam em situações consideradas controversas? Como eles se posicionam nas mesmas? Os envolvidos na conversa propõem publicamente suas ideias e opinam nas decisões? De que forma essas pessoas falam e ouvem? Que parte delas elas abrem ou fecham? Em que momentos do diálogo a conversa propõe uma abertura a outros sentidos? Como isso acontece? Em que momento tal abertura à multiplicidade de sentidos e vozes é suprimida? Quais recursos lingüísticos as pessoas usam para tanto? Que efeitos geram na interação? Desse modo, estar atento a estes questionamentos e buscar possíveis respostas aos mesmos significa refletir para além do conteúdo que está sendo conversado em uma relação, mas ressaltar a importância do processo conversacional.

Ao falar da ética sob a perspectiva que estamos propondo, cabe aos que estão engajados em um diálogo, se posicionarem de maneira a construir uma parceria conversacional uns com os outros. Nesta parceria, faz-se importante a valorização do conhecimento do outro, dos discursos que ele traz e consideração da perspectiva do mesmo na conversação (Strong & Sutherland, 2007). Esta é uma maneira de levar os participantes da conversa a se perceberem como pessoas ativas no processo de construção das formas de descrever o mundo.

Sendo assim, nesta proposta, a ética não consiste em adotar verdades pré-estabelecidas ou um conjunto de condutas prescritivas e pontuais independentemente do contexto interacional. A ética tem um sentido relacional o qual é bastante diferente de uma leitura tecnicista na qual seria ensinada, aprendida e reproduzida automaticamente. Em outras palavras, ela é entendida como algo construído nas relações entre as pessoas o que, por sua vez, legitima profissionais e clientes como agentes ativos na construção, colaborativa e dialógica dos sentidos em conversação.

4. O Manejo da Pessoalidade na Conversa

*“Um estado de equilíbrio
muito sutil e muito fino
para se proteger
sem ferir o outro”
(R. Barthes)*

Após essa incursão no campo temático da ética, percebemos que, quer falemos de uma ética relacional ou de inúmeras outras possibilidades de se versar sobre esse assunto, acabamos nos envolvendo em discussões sobre o cuidado que pode ser despendido com o outro e consigo mesmo em uma situação de interação.

Conforme dissemos, acreditamos que essa ênfase no cuidado pode estar presente de diversas maneiras nos variados paradigmas que pensam a ética. Contudo, a particularidade que vemos na proposta da ética relacional está, justamente, no desenvolvimento de um cuidado específico que perpassa os aspectos dialógicos de uma interação. Isto é, trata-se de uma atenção especial direcionada ao diálogo como um modo de fomentar, ao mesmo tempo, uma relação entre os pares que consiga abranger os sentidos que nela, por ventura, surjam e precisem ser negociados e validados situacionalmente.

Neste contexto, poderíamos investigar diversas maneiras de se promover a preservação da imagem do outro, bem como da identidade pessoal diante do envolvimento que se estabelece em uma conversa. Contudo, atentaremos neste momento para um aspecto peculiar da interação conversacional que estamos denominando de Manejo da Pessoalidade.

Acreditamos que há boas razões para se privilegiar o estudo do que acontece durante a conversação como uma forma interessante de oferecer reflexões sobre ética. Marcuschi (2007), por exemplo, destaca a conversa como uma das práticas sociais mais comuns no dia a dia do ser humano por meio da qual expectativas mútuas são montadas, identidades sociais são negociadas e, principalmente, um espaço bastante eficiente para o controle social imediato.

Além disso, valer-se da análise de sequências conversacionais é uma maneira de apontar como as pessoas vão, concretamente, construindo sentidos éticos pela linguagem. Isto é, ao entender a conversa como uma arena na qual até mesmo as descrições são concebidas como formas de agir no mundo, é de suma importância avaliar e compreender as questões éticas que perpassam o nosso dizer.

Assim sendo, por privilegiarmos o estudo do Manejo da Pessoalidade como uma prática discursiva que as pessoas podem utilizar, de um modo geral, com o intuito de lidar eticamente com a relação dialógica estabelecida em grupo, situaremos a seguir, primeiramente, as bases teóricas que discorrem sobre a pessoalidade e influenciam nosso olhar sobre esse tópico.

4.1. A construção de si no discurso

Apresentar-se em conversas é uma atividade que frequentemente observamos nos contextos conversacionais. Os discursos sobre o *self*¹ estão sempre compondo as interações em que participamos. Sobre isto, vemos muitas correntes teóricas que avaliam a pessoalidade como um constructo psíquico que contribui para a constituição do que nomeiam como subjetividade, ou seja, aquilo que é único e particular em cada pessoa. No entanto, outras vertentes apontam a característica construtiva e relacional do que denominamos como pessoal. Por isso, nesse momento, optamos por conversar exatamente sobre essas diversas perspectivas que contribuem para a formação do campo do conhecimento classificado como pessoal.

Guanaes, Rasera e Japur (2004) com o objetivo de explorar as propostas de dois autores que se auto-identificam como Construcionistas Sociais a respeito das descrições do self,

¹ Optamos por não traduzir a palavra *self* neste texto. Trata-se de um termo da língua inglesa, sem tradução exata para o português. Contudo, é uma expressão muito familiar aos brasileiros e que remete a ideia de si mesmo.

Kenneth J. Gergen e Rom Harré, avaliam que apesar de suas versões sobre este conceito derivarem de construções teóricas distintas, ambos os autores o concebem como uma construção discursiva e situada, produto dos relacionamentos entre as pessoas.

Burr (1995), ainda nesse movimento de reconhecer a natureza discursiva do self, aponta três tendências: 1) a proposta de uma Psicologia Discursiva de Potter e Wetherell; 2) a noção de self narrativo de Gergen e 3) a teoria do posicionamento de Harré e Van Langenhove.

Potter e Wetherell (1987), por proporem uma Psicologia Discursiva, compreendem as versões de self como construídas na interação entre as pessoas e, por isso, acreditam ser interessante investigar as práticas sociais que tais versões engendram.

De acordo com Gergen (1997), as narrativas que utilizam o self, o fazem como um recurso conversacional que é apreendido em sequências interacionais a fim de sustentar, gerar ou impedir determinadas ações no diálogo. Assim, o self, nesta perspectiva, deixa de ser uma organização interna, ou seja, um constructo mentalista e passa a ser entendido como uma construção narrativa, utilizada de determinadas formas para alcançar certos objetivos.

Harré (1998), por sua vez, também desconstrói o conceito de self como uma entidade psicológica que pressupõe algum tipo de interioridade e passa a entendê-lo como um artifício retórico, ou seja, ele comprehende que a construção da pessoalidade se dá no discurso. Em outras palavras, este autor considera que apesar de existir uma demanda natural e universal pelo discurso da singularidade tendo em vista que a corporeidade humana assim exige, o discurso do self pode variar de acordo com o contexto cultural. Nesse sentido, ele aponta que esta demanda pela apresentação do self singular encontra na gramática suas formas particulares de expressão, cabendo à psicologia adotar como objeto de sua investigação as construções lingüísticas e gramaticais através das quais as pessoas constroem conjuntamente realidades pessoais.

Portanto, comum às muitas propostas construcionistas/discursivas é a noção de que o self depende das práticas discursivas por meio das quais as pessoas dão sentido ao mundo. Assim sendo, entende-se que o self é uma construção social, produto das trocas discursivas situadas (Guanaes & Japur, 2003).

Conforme já mencionamos, apesar destas perspectivas que discorrem sobre o self como um recurso discursivo, também encontramos aquelas que, ao promover entendimentos sobre este conceito, fazem referências a questões mentais e a uma suposta interioridade. Edwards e Potter (2005), interessados em apontar três versões teóricas sobre o que ocorre quando as pessoas dizem como estão se sentindo, o que elas pensam, querem ou acreditam, afirmaram que: 1) Enunciados deste tipo podem ser tomados como expressão de uma mentalidade, interioridade, ou seja, pode-se entender que os pensamentos, sentimentos e ideias acontecem em nossas mentes e, então nós os expressamos pelas palavras; 2) Inspirados por alguns filósofos lingüísticos, é possível rejeitar a noção apresentada acima considerando-a um erro conceitual e, com isso, propor uma análise de como tal jeito de conversar é propriamente utilizado; e, por último, 3) Considera-se que a referência a estados mentais e internos não é algo a ser refutado, mesmo que seja conceitualmente contestável, mas sim estudado como uma prática social e cotidiana.

Assim sendo, estes mesmos autores apontam que a Psicologia Discursiva, perspectiva teórica-metodológica que inspirou nossas análises e que apresentaremos no próximo capítulo, rejeita a primeira posição, se alia teoricamente com a posição dois, mas desenvolve a postura três, se aproximando de enunciados supostamente mentalistas como performativos, isto é, em termos da sua funcionalidade na sequencia conversacional, e não como meramente errados.

Deste modo, diante dessa concepção do self como uma performance, compreendemos que o estudo da pessoalidade em conversas sobre ética é bastante compatível com uma proposta discursiva tendo em vista que, ao discorrermos sobre o Manejo da Pessoalidade em

conversações, estamos justamente falando de um self arquitetado na e pela interação sem, com isso, adentrar em discussões ontológicas.

Billig (1987), por sua vez, também endossa essas proposições discursivas, sugerindo que a referência a estados internos é intrinsecamente mais social do que alguns psicólogos pensam e que, portanto, é melhor caracterizá-los como argumentativos e ideológicos em sua natureza.

Deste modo, ao falar do Manejo da Pessoalidade na conversa não nos ocupamos em questionar a existência ou não da pessoalidade, ou seja, não estivemos preocupados em argumentar a favor ou contra a existência de uma possível interioridade. Buscamos, contudo, analisar a apresentação de si no nível discursivo, isto é como um recurso lingüístico capaz de gerar determinados efeitos na conversa.

4.2. Manejando a Pessoalidade em conversas cotidianas

De maneira geral, pensar a Pessoalidade na conversa é falar de algo que está tão imerso em nosso cotidiano que inevitavelmente já presenciamos e/ou protagonizamos em algum momento. Trata-se de um processo social e relacional presente em diferentes contextos conversacionais. Na linguagem cotidiana, quando conversamos sobre os mais variados assuntos, principalmente aqueles concebidos como polêmicos, e que oferecem em si diversas possibilidades de significação, esbarramos em questões ligadas ao Manejo da Pessoalidade. Quando conversamos com alguém sobre uma questão tida como delicada e que está em discussão no momento, por exemplo, a legalização da maconha, geralmente, anunciamos o que chamamos por opinião pessoal, ou seja, quer seja resgatando argumentos a favor ou contra, podendo até mesmo tê-los embasado cientificamente, estes são comumente apresentados como uma posição pessoal. Logo, como estamos constantemente envolvidos

com questões que nos exigem posicionamento frente às demandas sociais, a todo o momento esbarramos em questões ligadas à Pessoalidade.

Sendo assim, por se tratar de algo tão evidente, comum e normal não atribuímos muita importância e nem mesmo estranhamos essa característica da linguagem. No entanto, nas reflexões que desenvolveremos, a apresentação de si mesmo na conversa ganha destaque, olhares curiosos e investigativos de modo a promover uma desnaturalização disto que muitas vezes posicionamos como óbvio.

Deste modo, para iniciar nossa discussão sobre a Pessoalidade nas conversas cotidianas, convidamos Goffman (1970; 1985), sociólogo americano de linha etnometodológica, com o interesse de ampliar reflexões sobre o que acontece quando indivíduos chegam à presença de outros. Segundo este autor, o contato com o outro tem sempre uma parcela de imprevisibilidade, constituindo-se potencialmente em uma ameaça para os interlocutores.

Assim sendo, Goffman (1985) considera que ao interagir socialmente o homem, extremamente preocupado com sua imagem pública, ou seja, com a forma pela qual se mostra aos seus semelhantes, procura preservá-la buscando regular a conduta dos outros para com ele, principalmente a maneira como o tratam. A essa auto-imagem pública, Goffman (1970) dá o nome de face e a define como “o valor social positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que ela seguiu durante determinado contato. A face é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados [...]” (p. 13). Neste sentido, este autor comenta que em uma interação os envolvidos buscam encontrar recursos seguros que, se utilizados, fazem a conversação avançar, ao mesmo tempo em que assegura uma identidade plausível.

Posteriormente, as ideias de Goffman foram complementadas por Brown e Levinson (1987) os quais, em sua teoria sobre a polidez, apontam que os indivíduos, ao interagirem, se preocupam em manter certo controle da situação e se esforçam para anular agressões e

conflitos, submetendo-se às regras de polidez, as quais tratam do uso de estratégias a fim de não comprometer a quem se dirige em uma interação. De acordo com estes autores, a polidez é um conjunto de procedimentos que o falante utiliza para poupar ou valorizar seu parceiro de interação.

Diferentemente do conceito de face do Goffman (1970), que prevê as recorrentes tentativas do falante em monitorar suas próprias palavras, assim como as reações e palavras de seus interlocutores com o intuito de construir uma auto-imagem pública favorável, a noção de polidez (Brown & Levinson, 1987) concerne à atitude do falante para com seu interlocutor no sentido de evitar cometer um ato ameaçador - crítica, recusa - com o destinatário. No entanto, tanto Goffman (1970) quanto Brown e Levinson (1987) acreditam que ao preservar a própria face ou ao ser polido com o outro, os interlocutores estão ao mesmo tempo resguardando o outro, bem como a si mesmo.

Diante disso, Kerbrat-Orecchioni (2006) aponta que a grande questão para os que participam de uma interação conversacional é a seguinte: “Como conciliar a preservação de si e o respeito pelo outro? Como fazer para ser polido sem se sacrificar demasiadamente? É a essa conciliação, por vezes, acrobática, dos interesses do falante e do interlocutor que visa o exercício da polidez [...]” (p. 100-101).

Perante essa necessidade de gerenciar as relações, esta mesma autora, bem como Galembeck e Carvalho (1998) apresentam vários procedimentos que, se utilizados pelo interlocutor, procuram atenuar estas possíveis ameaças presentes em um encontro conversacional. Uma forma de se atingir esse objetivo, segundo tais autores, está justamente na utilização de marcadores de opinião representados por duas classes de elementos gramaticais: os verbos de opinião – acho, creio, suponho, vejo, noto e assemelhados – e certas expressões adverbiais – pra mim, na minha opinião, no que me diz respeito.

Tais expressões, por sua vez, indicam que o assunto é abordado por um viés marcadamente pessoal, isto é, sob o ângulo de análise do falante. Deste modo, esta antecipação do locutor pode ser compreendida como um recurso argumentativo utilizado para limitar ou neutralizar possíveis reações e/ou interpretações desfavoráveis por parte do interlocutor (Galembek & Carvalho, 1998). Assim sendo, estes marcadores de atenuação que convidam o ouvinte a considerar o que é dito sob o ponto de vista da pessoalidade podem ser compreendidos como estratégias para controlar e orientar a reação daqueles que estão engajados em uma conversação.

Logo, a construção e preservação da face, assim como a polidez, são regras de trânsito essenciais à interação e, por isso, são utilizadas pelas pessoas a fim de promover uma suposta harmonia na conversa, bem como um equilíbrio entre a própria imagem e a do outro (Goffman, 1970).

Entretanto, consideramos que o Manejo da Pessoalidade na conversa não se limita a exercer a função de amenizar possíveis ameaças presentes no encontro conversacional. Se assim entendêssemos, estaríamos reduzindo demais esse fenômeno à sua forma negativa, promovendo o que Kerbrat-Orecchioni (2006) chama por modelo pessimista e até mesmo paranóide da interação. Desde modo, consideramos que o apresentar-se na conversa pode promover diversos efeitos na sequencia conversacional a depender dos interlocutores, do que se passa naquele momento específico da conversa, bem como dos diferentes objetivos que se quer alcançar.

Logo, podemos definir o Manejo da Pessoalidade como uma prática discursiva utilizada em situações interacionais e que, nesse sentido, apresenta determinada utilidade neste mesmo contexto. Cabe esclarecer aqui, que concebemos esta prática discursiva como um jeito peculiar de conversar em que falas sobre si mesmo ganham relevância. Nesse sentido, podemos dizer que tal prática apresenta funções específicas a depender do contexto

conversacional em que é utilizada. Falar de funções, portanto, significa dizer que o que está em destaque são as implicações do uso de determinada colocação na situação interacional.

Vale ressaltar, portanto, que a prática discursiva que estamos nomeando como o Manejo da Pessoalidade pode estar presente em diferentes contextos conversacionais, exercendo nestes mesmos espaços variadas funções que, apesar das suas particularidades situacionais, possuem uma especificidade: se referir a construção discursiva de si na interação.

Sendo assim, podemos falar também de uma “autoridade do discurso da pessoalidade” uma vez que apresentar-se nas conversas permite gerar o sentido de que o que a pessoa oferece trata-se de algo vivenciado e experimentado pela mesma e, portanto, passível de ser legitimado como verdadeiro, bem como resistente a possíveis questionamentos e críticas. Dessa forma, em determinados contextos cotidianos, evocar falas sobre si se torna uma estratégia eficiente porque constrói o sentido de que se a pessoa sabe sobre o que se trata, isso ao mesmo tempo em que autoriza a pessoa a falar, acaba desautorizando que outras pessoas questionem fácil e tranquilamente a veracidade de seus argumentos.

Além disso, a utilização de vários recursos lingüísticos que visam garantir a manifestação pessoal diante do que é dito contribui para gerar um sentido de familiaridade, intimidade e proximidade o que, por sua vez, convida a um envolvimento e engajamento dos demais quanto ao que é dito e exposto como pertencente ao âmbito pessoal. Portanto, recorrer à construção do campo da pessoalidade na vida cotidiana faz com que o que é dito seja considerado como válido tendo em vista que socialmente, aquilo que é classificado como do outro, aquilo que é descrito como pertencente à alguém, deve por isso ser respeitado e cuidado.

Diante das diversas funções que o Manejo da Pessoalidade pode exercer na interação, percebemos que, de forma geral, a recorrente apresentação de si nas conversas é uma forma encontrada para antecipar ao interlocutor a partir de qual lugar as pessoas em interação se

propõem a conversar. Contudo, também encontramos momentos na conversa em que este jeito de conversar pode apresentar-se com uma característica peculiar e, de certa forma, desviar a apresentação de si mesmo na conversa para a apresentação de outras vozes na interação.

Para melhor entendermos isso, podemos recorrer ao tópico analítico que Goffman (1981) nos apresenta - o footing², que se refere à questão de que quando uma pessoa relata uma descrição, ela pode fazer isso quer seja se aproximando ou se distanciando do que é dito, ou seja, este conceito está relacionado à análise da maneira como os falantes apresentam um relato como pessoal ou não.

Potter (2000) defende essas proposições ao introduzir discussões sobre formas de garantir facticidade diante do que se diz, quer seja por meio de mecanismos lingüísticos de afirmação do interno na conversa, bem como por dispositivos externalizantes, isto é, recursos conversacionais que tornam as descrições impessoais. Deste modo, este autor considera que quando alguém se apresenta na conversa de forma mais explícita, como por exemplo, ao falar “Eu acredito que tal candidato será eleito”, aumenta-se a responsabilidade do falante perante o que está sendo dito. Por outro lado, ao afastar da fala recursos que fazem referência a uma internalidade, em colocações do seguinte estilo: “As pesquisas mostram que tal candidato será eleito”, o interlocutor busca uma maior neutralidade em suas colocações. Tipicamente, quando se usa dispositivos externalizantes a responsabilização pelo que se diz diminui, tendo em vista que ela é colocada no outro.

Em geral, os estudos discursivos apontam que clamar a pessoalidade em uma interação, ou seja, afirmar que a pessoa tem interesse, desejo e/ou motivação em favor de determinada

² Footing é um termo da língua inglesa sem tradução exata para o português, que remete a ideia de como um enunciado lingüístico é apresentado pelos interlocutores.

versão pode acabar por fragilizá-la. Assim sendo, o confessar expectativas e vontades, bem como outros estados psicológicos é trabalhar em contraposição à construção factual das descrições, principalmente em contextos de disputa e dúvida (Potter, 2000).

Sobre o manejo da subjetividade na interação, Edwards (2007) destacou que é comum encontrar versões concebidas como objetivas e pessoais em oposição de tal modo que a pessoalidade, ou seja, a apresentação do eu na conversa, em suas diversas nuances, é vista como uma ameaça à objetividade do falante, à sua credibilidade e à veracidade de seus argumentos. Nesta mesma lógica, encontramos a noção de que ambientes institucionais pertencem a um domínio da racionalidade e de apresentação de informações neutras e, por isso, podem ser facilmente prejudicados pelo uso de conversas que fazem referência a questões pessoais.

Contudo, este mesmo autor aponta que, em algumas conversas, versões objetivas e subjetivas podem trabalhar conjuntamente na construção da legitimidade de um argumento. Portanto, ao invés de serem questões mutuamente excludentes, manejar recursos lingüísticos que se referem a um vocabulário do interno em parceria com o uso de dispositivos externalizantes, pode ser um recurso bastante eficaz na apresentação de descrições resistentes a questionamentos. Isto, por sua vez, vem reforçar a estratégia que apresentamos acima sobre a ‘autoridade da pessoalidade’ na qual, o uso de vocabulários que remetam ao campo pessoal podem privilegiar os argumentos do interlocutor que assim o faz.

Quanto à questão do envolvimento e distanciamento do locutor em uma interação, Galembeck e Carvalho (1998) destacam que este aspecto não deve ser colocado em termos de uma absoluta oposição, mas em um continuum, pois na instância do discurso não haveria completo ocultamento do falante. Desta maneira, tais autores afirmam que o locutor, ao utilizar procedimentos lingüísticos para afastar-se em relação às próprias palavras, muitas vezes desloca-se do campo pessoal para o âmbito da incorporação da voz de outrem, sem com

isso apagar-se necessariamente da interação, uma vez que não se anula mas simplesmente assume a opinião de outros.

Portanto, ao apresentar outros na conversa, o falante não evita totalmente a construção do sentido de que quem escolheu recortar determinada colocação no momento interacional foi ele mesmo. No entanto, ao resgatar relatos de outras pessoas, retira o foco da atenção que estaria voltado exclusivamente para si mesmo, compartilha a responsabilidade pelo que é dito com outros e, por fim, preserva a própria face.

Por fim, podemos retomar o Manejo da Pessoalidade como uma prática discursiva que permite ao interlocutor antecipar a partir de qual lugar se propõe a conversar em uma interação. Conforme já foi exposto, o uso da Pessoalidade é uma forma de resguardar o outro, bem como a si mesmo quanto a possíveis ameaças conversacionais uma vez que favorece uma neutralização de reações desfavoráveis que por ventura surjam ao longo do encontro. Nesse sentido, vimos também que manejar a Pessoalidade na conversa pode ser utilizada como uma forma de promover uma harmonia conversacional, um engajamento e respeito dos demais quanto ao que é expresso. Por outro lado, percebemos que o discurso da pessoalidade pode ganhar maior autoridade na conversa, principalmente quando associado a descrições mais objetivas.

Desse modo, antes de analisarmos as especificidades dessa prática discursiva no campo das conversas grupais sobre ética, cabe ressaltar que várias outras funções conversacionais podem ser assumidas pelo manejo da pessoalidade quando se considera que o efeito que pode potencialmente produzir numa sequencia interacional é sensível a este mesmo contexto. Assim sendo, acreditamos que muitas outras ações, ainda não mencionadas e/ou conhecidas, podem estar sendo realizadas por meio dessa prática discursiva. Diante disso, nosso interesse é justamente caminhar rumo à construção desses entendimentos.

4.3. O Manejo da Pessoalidade em conversas sobre ética

Os apontamentos que se seguem nos permitem compreender como uma discussão sobre pessoalidade pode ser relevante em um trabalho que se propõe a pensar questões éticas. De início, podemos antecipar algumas considerações: as conversas sobre ética parecem exigir certos cuidados conversacionais e, nesse sentido, o manejo da pessoalidade se transforma em um recurso lingüístico valioso para lidar com tais aspectos.

Ao olharmos para qualquer contexto conversacional, podemos delinear certos estilos comunicativos que aí vão se configurando. Em relação às conversas sobre ética de uma forma geral, percebemos o quanto as pessoas aí envolvidas posicionam esta temática como polêmica e delicada, ou seja, vão contribuindo para configurar este espaço conversacional como um momento que sugere julgamentos e acusações.

As conversas sobre ética, nesse sentido, acabam se tornando o lugar em que uma arena de conflitos pode se instalar. É possível observar a construção da polemidade nestes espaços quando nos atentamos para o jeito de conversar presentes nestas interações. Nelas, vemos, por exemplo, elaboradas tentativas de construção de justificativas plausíveis para o que é enunciado, buscas sutis pela adesão do outro quanto ao que é dito, o uso de recursos conversacionais que promovam certo estado de equilíbrio entre os interlocutores, bem como daqueles que preservam identidades socialmente aprovadas.

Portanto, no que tange às conversas sobre ética podemos notar que estamos sempre sendo avaliados acerca da inteligibilidade e realidade das versões que construímos. Neste contexto, é possível observar a existência de normas que delimitam o que vem a ser considerado como uma “narrativa ética bem formada” em uma sociedade. Sobre isto, percebemos a existência de certos padrões que circunscrevem o pensar e o falar sobre ética de

tal modo que as produções daí decorrentes estejam em conformidade com o que já está validado socialmente.

Na cultura ocidental, algumas características são exigidas para garantir a inteligibilidade destas descrições e dar a elas o efeito retórico de maior credibilidade. Portanto, não somos livres para construir qualquer sentido sobre ética já que as convenções sociais valorizam e, em muitos contextos, prescrevem certas descrições éticas, enquanto desencorajam outras. Nesse sentido, as pessoas como usuárias do discurso, muitas vezes, valem-se de determinados recursos lingüísticos para conseguirem ir além daquilo que é convencionalmente dado como certo no que se refere à temática da ética, sem com isso serem desmerecidas na interação.

Ainda neste campo da ética, percebemos que o convite para se conversar sobre tal assunto, muitas vezes, leva os interlocutores a se referirem a um sentido de ética normativa, ou seja, a falar de erros e acertos, de certo e errado, de fiscalização e também da construção do assunto como uma temática que exige cuidados. Vemos, assim, que a cultura profissional, em geral, tende a criar uma judicialização da ética, o que entre psicólogos não deixa de ser diferente.

Assim sendo, pensar e agir eticamente volta-se para conversas que, muitas vezes, visam resgatar e cumprir regras éticas supostamente nítidas, exaustivas, universais e não-ambíguas. Essa forma de pensar a ética demanda que os profissionais se preocupem com suas ações em um nível exclusivamente individual, como uma necessidade de responder a uma prescrição legal, ou seja, o profissional se pauta pela ideia de que ser ético é nada mais do que uma obrigação do mesmo independente se há ou não reflexão sobre tal temática ou até mesmo se tal reflexão é compartilhada com outros membros que compõem o grupo.

Nesta lógica, um profissional competente não é só aquele que conhece e tem habilidade com as técnicas da profissão, mas que também é ético, ou seja, aquele que conhece as recomendações éticas da sua profissão e as segue, muitas vezes, de forma automática, sem

mesmo apresentar fundamentações para sua conduta a não ser a de que está seguindo corretamente o código de ética profissional.

Mais precisamente, decorrente deste contexto atual, conversar sobre ética parece ter implicações identitárias para as pessoas na interação. Isto é, as pessoas, ao conversarem sobre tal temática, buscam construir identidades mais positivas e satisfatórias para si mesmas do ponto de vista profissional e social. Assim sendo, mesmo que o interesse seja ampliar reflexões éticas, caminhar fora da lógica prescritiva pode significar ter a identidade profissional ameaçada.

Acreditamos que justamente por todos estes aspectos até então apontados, manejar a pessoalidade na conversa pode se tornar um recurso importante àqueles que almejam resguardar-se de possíveis críticas em um contexto no qual se colocam como sendo avaliados a todo o momento.

Quanto a isso, vemos algumas vertentes teórico-metodológicas nos apontando, como um dos seus pressupostos, que sempre há uma avaliação moral e identitária a partir do que é dito. Além disso, consideramos que em conversas grupais, nas quais estão potencialmente presentes uma multiplicidade de perspectivas, esse sentido de avaliação pode se agravar e, com isso, as tentativas discursivas de se evitar a crítica, bem como de impedir a crítica explícita ao outro são fortemente utilizadas com o interesse de manter a conversação fluindo por pessoas que se posicionam na conversa como sensíveis ao outro, ao diferente, bem como à diversidade de sentidos éticos.

Vemos também, que no discurso psicológico, a pessoalidade é um recurso conversacional muito valorizado entre seus pares, os quais enfatizam a necessidade e importância de um posicionamento pessoal, de um discurso de autoria e singularidade. Este jeito de conversar que é cultivado pela formação profissional (Dimenstein, 2000) pode

justificar o destaque que a pessoalidade ganha em conversas cujos interlocutores sejam profissionais da psicologia.

Logo, ao nos envolvermos com o campo do saber psicológico, percebemos que somos constantemente requeridos a falar o que pensamos e sentimos como que um convite a recorrer invariavelmente à posição pessoal. Isto é, podemos observar que para a Psicologia, de uma forma geral, o discurso da pessoalidade ganha centralidade. Associado a isso, esse convite para oferecer enunciados pessoais também pode ser compreendido como decorrente de uma cultura geral, na qual apresentar um posicionamento pessoal é algo muito valorizado, pois implica dizer que tal pessoa tem autoria, uma característica bastante cobrada nas sociedades modernas (Bauman, 1997).

Sendo assim, torna-se pertinente aos estudiosos da área analisar em que momentos a pessoalidade surge na conversa, como é construída e que funções apresenta na interação que se propõe a dialogar sobre ética. Isto é, a partir deste tipo de investigação podemos ampliar reflexões sobre as implicações do uso desta prática discursiva no que tange a questão específica da ética.

Avaliamos que uma análise desta prática discursiva - Manejo da Pessoalidade - em conversas sobre ética em grupo, nos convida a olhar para este campo temático não como polêmico em si, mas como um contexto conversacional no qual os interlocutores vão delimitando certas condições de produção da fala e, com isso, nos indicando que ao abordar tais assuntos não se é tão livre assim para expressar.

Isto, por sua vez, sugere que conversar sobre ética implica posicionar-se em determinado lugar na interação a fim de construir identidades que levem em consideração não só o aqui e o agora do ato da interação, os parceiros conversacionais imediatos, ou seja, aqueles interlocutores que registram posições controversas, mas também o contexto histórico-social em que se circunscreve.

Logo, tais reflexões são oportunidades para aprofundarmos nosso entendimento neste campo que, muitas vezes, sugere uma polemidade intrínseca. Com isso, torna-se possível cogitar propostas de novos estudos que visem uma reavaliação dos espaços conversacionais que fomentam discussões sobre este âmbito temático quer seja do ponto de vista político, interventivo, de formação e/ou capacitação profissional.

Assim sendo, sensibilizados por estas questões, apresentaremos a seguir o referencial teórico-metodológico que sustentará nossas análises. Somente em seguida apresentaremos nosso objetivo de pesquisa. Optamos por esta estrutura no texto tendo em vista uma redação que preparasse o leitor para um claro entendimento da nossa proposta investigativa.

5. Referencial teórico e metodológico: a linguagem em interação

Neste momento, apresentaremos a perspectiva epistemológica e metodológica que embasa nossas reflexões. Conforme veremos, nosso foco analítico está fortemente inspirado na Psicologia Discursiva. Ampliemos, portanto, nossos entendimentos.

5.1. Construcionismo Social: (des-) construindo olhares

O Construcionismo Social é uma perspectiva teórico-metodológica que, por nos oferecer novos jeitos de compreender a construção de sentidos, redimensiona os paradigmas de uma ciência positivista e racionalista. Esta abordagem epistemológica ressalta uma visão de ciência como uma produção sócio-histórica e, por isso, afirma a construção social do fato científico, abandona uma busca pela verdade universal, e avalia o conhecimento gerado por meio dos critérios de utilidade e de ampliação das inteligibilidades relacionais (Gergen, 1997).

Esta perspectiva recebeu influência de vários movimentos (Rasera & Japur, 2007; Spink, 2004), dentre eles a Sociologia do Conhecimento que forneceu subsídio para problematizar a ideia de que a realidade poderia ser representada objetivamente, o que contribui para o questionamento da noção de neutralidade; a Filosofia que por intermédio de alguns filósofos começou a repensar a ontologia das coisas; e a Política, que em algumas vertentes, fornece bases para o empoderamento de grupos sociais marginalizados.

De uma forma geral, o construcionismo sugere uma alternativa à concepção individual de conhecimento e nos convida a entender que os sentidos disponíveis socialmente não são produtos da mente de alguém, mas são construídos pela linguagem que é gerada na relação entre as pessoas (Grandesso, 2000). Conforme Gergen (1997) aponta, o relacionamento é

fundamental para nos fazermos inteligíveis uma vez que é por meio dele que a linguagem é gerada.

Assim sendo, a noção de que o conhecimento é produzido na interação social faz com que os processos relacionais ganhem ênfase e o estudo da linguagem seja privilegiado. Com estes dois pilares em destaque, o Construcionismo Social busca, por meio de uma postura crítica e reflexiva, investigar o modo como as pessoas dão sentido ao mundo no qual estão inseridas, ou seja, o interesse desta forma de entender os fenômenos não está em gerar conhecimentos gerais e objetivos que supostamente representariam a realidade, mas em compreender os processos situacionais nos quais as pessoas descrevem o mundo.

Deste modo, entende-se que as pessoas utilizam a linguagem e os respectivos vocabulários disponíveis sócio-historicamente para compreender e lidar com as situações a sua volta. Cabe apontar aqui que, segundo este discurso construcionista, a linguagem apresenta características peculiares, ou seja, ela constrói sentidos e, ao mesmo tempo, é construída. Fala-se, portanto, de uma linguagem performática, não representacional, que organiza as ações no mundo e que tem efeitos nos contextos em que é usada (Rasera & Japur, 2007).

Destarte, inspirados pela ênfase construcionista nos aspectos relacionais e linguísticos, não buscamos nesta pesquisa analisar opiniões sobre ética e, nem mesmo considerar que os sentidos sobre ética existentes são utilizados de forma intacta e, que estes necessariamente determinam a conversa, mas refletir sobre a investigação compartilhada estabelecida nas conversas, o jeito que as pessoas conversam sobre ética, como se relacionam, que efeitos as palavras utilizadas produzem na interação, o potencial criativo deste contexto micro social, enfim, como é negociado, conjuntamente, possibilidades de significação sobre ética grupal.

Ainda falando sobre a perspectiva que orienta esta pesquisa, também vemos o Construcionismo Social sendo discutido por muitos autores e promovendo inúmeras

produções. A noção de que a realidade é construída por meio da linguagem teve reverberações em variados campos do conhecimento como Ciências Sociais, Antropologia, Psicologia, História, Comunicação Social entre outros. Na Psicologia, vemos algumas possibilidades de construção do conhecimento a partir desta epistemologia, entre elas a Psicologia Discursiva.

Ao promover uma exploração do contexto situacional em uma conversação, esta vertente discursiva na Psicologia permite-nos analisar as complexas relações entre os contextos micro e macrossocial, em que o contexto imediato é concebido não mais como mero reproduutor de discursos sociais, mas também como produtor e transformador destes discursos.

5.2. Psicologia Discursiva: a linguagem e seus efeitos

A Psicologia Discursiva se situa numa epistemologia construcionista social (Gergen, 1997), mais especificamente numa elaboração inglesa desta perspectiva, e tem privilegiado a Análise do Discurso ao propor novos objetos e métodos de investigação. Quanto às razões que levaram os estudiosos a focar no discurso como um objeto de análise, Iñiguez (2004) considera que esse tem ganhado relevância em virtude da importância que os meios de comunicação e suas respectivas tecnologias apresentam para o processo de constituição das sociedades.

A proposta da Psicologia Discursiva consiste em uma metodologia específica com um enfoque na interação que visa analisar as estratégias discursivas utilizadas na interação, bem como os efeitos das mesmas para a sequencia conversacional. Nesse sentido, busca-se um entendimento sobre o modo pelo qual as pessoas conversam, os recursos lingüísticos aí utilizados e as ações produzidas pelos mesmos. Sobre isto, Potter e Wetherell (1999) colocam que ao invés de analisarmos o que as pessoas dizem como expressão de um mundo interno,

nós deveríamos nos atentar para o que as pessoas estão fazendo quando dizem algo, isto é, precisaríamos avaliar neste caso quais objetivos elas querem alcançar a partir do que dizem. Dessa maneira, a linguagem deixa de ser entendida como uma forma de descrição de estados internos e começa a ser investigada em sua funcionalidade.

Assim sendo, esta abordagem teórico-metodológica não propõe nenhuma técnica para estudar processos internos, mentais ou subjetivos. Pelo contrário, ela não considera a mente, as emoções, a intersubjetividade, as intenções, as crenças e assim por diante, como entidades, mas como descrições construídas discursivamente e orientadas para realizar ações no contexto interacional (Wiggins & Potter, 2008). Dentro dessa compreensão, podemos entender as conversas como espaços interativos em que os falantes constroem e utilizam algumas descrições para alcançar alguns interesses.

Se buscarmos as raízes históricas da Psicologia Discursiva, podemos perceber que ela teve diferentes influências em seu processo de construção, dentre elas podemos destacar a Análise Conversacional, a Retórica e a Filosofia da linguagem (Potter, 2000 & Edwards, 2004). A Análise Conversacional é um desenvolvimento da etnometodologia e contribuiu com um enfoque empírico sobre as conversas cotidianas de forma a detalhar como a linguagem se constitui uma ação. Nessa visão, considera-se que para entender um enunciado é preciso apreciar o contexto conversacional do qual ele faz parte, ou seja, é preciso se atentar para a seqüência interacional na qual o primeiro turno de fala sempre estará convidando a um segundo turno. Além disso, acredita-se que todo enunciado é parte de uma ação e que o processo de significação se dá, muitas vezes, a partir das nossas expectativas. Por outro lado, a Retórica incentivou os analistas do discurso a encontrar versões alternativas ou até mesmo contrárias à que está sendo construída a fim de se ampliar o entendimento do que está sendo dito em uma descrição. Já a Filosofia da Linguagem, envolvida com as contribuições de Wittgenstein e Austin, aprofundou a compreensão da construção da realidade pela linguagem.

Para fins didáticos, podemos recorrer a Hepburn & Wiggins (2007) e Wiggins & Potter (2008) os quais apresentam a Psicologia Discursiva organizada e fundamentada em três princípios básicos:

1.) **Orientação para ação:** o discurso é a maneira por meio da qual realizamos ações nas interações. Mediante ele, podemos culpar, justificar, convidar, elogiar, entre outros. Assim, qualquer trecho de fala pode ser estudado analisando-se a ação que está sendo realizada;

2.) **Situação:** a Psicologia Discursiva trata o discurso situado por meio de três aspectos:

2.a. **Sequencialidade:** o contexto para o entendimento de qualquer enunciado é o enunciado anterior e o novo enunciado, ou seja, para se entender o sentido e o efeito da fala deve-se olhar o que foi dito antes e o que foi dito depois de cada fala;

2.b. **Institucionalidade:** o discurso está situado institucionalmente, de tal forma que as identidades institucionais e as tarefas são relevantes para se avaliar o que acontece na interação.

2.c. **Retoricalidade:** o discurso está situado retoricamente, ou seja, as descrições são construídas de modo a afrontar e resistir a possíveis versões alternativas.

3.) **Construção:** a Psicologia Discursiva considera o discurso como construído e como construtor. Ele é construído por meio de uma variedade de recursos lingüísticos quer seja palavras, metáforas, repertórios interpretativos, entre outros elementos; e também constrói diferentes versões de mundo. Neste sentido, cabe à Psicologia Discursiva estudar as ações geradas por essa construção e a forma como é utilizada para parecer ser estável, objetiva, e independente do falante.

Neste contexto, Edwards & Potter (1992) propõem o uso do Modelo de Ação Discursiva para se refletir sobre o funcionamento do discurso. Este modelo abrange três aspectos: Ação, Fato e Interesse, e Responsabilidade (Accountability). Pela análise da Ação, os analistas do discurso estão interessados em compreender o modo pelo qual as pessoas

constroem ações por meio da linguagem. Logo, o foco está na ação e não em entender o discurso como produto de entidades psicológicas internas.

O Fato e Interesse, por sua vez, dizem respeito à maneira como as descrições são organizadas e manejadas retoricamente, para valorizarem determinadas posições e minarem outras sem, muitas vezes, parecer fazê-lo. Nesse sentido, os relatos não são vistos como descrições neutras que espelham uma realidade dada a priori, mas como construções realizadas pelo uso de diferentes recursos discursivos como: a descrição vívida e detalhada, que cria a impressão de uma visão real da situação descrita; a formulação de casos extremos, tal como em *todo mundo faz isso*, pela qual determinadas ações se tornam comuns; o uso de argumentos baseados na lógica e em silogismos, de forma a construir um senso de racionalidade; a lista tri-partite, que se trata do exercício de listar três ou mais aspectos sobre algo, com o intuito de gerar um senso de completude e contribuir para a construção de algumas ações ou eventos como algo normal (ex.: *Nós discutimos essas coisas no gabinete, no comitê de economia e com muitos consultores*); a formulação de script, que se refere ao uso de expressões facilitadoras da construção de um sentido de rotina (ex.: *Isso é o jeito que a gente faz; A gente é assim*); o consenso e corroboração, que faz referência a uma descrição compartilhada por diferentes produtores o que, por sua vez, leva à desconsideração de interesses particulares de uma só pessoa (nesta lógica, uma testemunha pode ser questionada, mas quando várias alegam a mesma coisa, a descrição torna-se convincente); entre outros. Vale destacar que apesar de seu uso se dar freqüentemente em situações de conflito, debate e persuasão, estas formas de construção do fato não se restringem a estes contextos, podendo ser utilizadas nas mais diversas ocasiões.

Por fim, a Responsabilidade (Accountability) está ligada à responsabilidade do falante por aquilo que diz e suas consequências. Mais precisamente, se refere ao manejo da responsabilidade por meio do uso de descrições que atendam ao agenciamento e à criação de

identidades uma vez que a responsabilização por determinadas questões tem implicações identitárias para as pessoas na interação.

Nesse sentido, destacam-se os recursos discursivos que se referem ao manejo do interesse em jogo na conversa. O recurso da inoculação do interesse trata do esforço lingüístico em ocultar um interesse que poderia enfraquecer a credibilidade e o caráter factual de determinada descrição. Assim, na inoculação apresenta-se um *contra-interesse*, que se refere à construção da descrição como enfraquecida de qualquer tipo de interesse, ex.: *Dr. Carlos era cético em relação ao tema, mas após pesquisar em trezentos casos, ele acreditou.* Por outro lado, também temos a confissão de interesses que, ao contrário da inoculação, se refere à confissão do interesse do falante em relação ao tema da conversa, principalmente quando o interesse é marcante e inevitável. Dessa forma, o confessor procura se proteger de possíveis críticas, ex.: *Ainda que eu seja o orientador, a aluna demonstra aptidão necessária para receber a bolsa, por ter publicado mais artigos e se dedicado para qualificar o programa.*

Além disso que apresentamos até aqui, entre os estudos que têm inspiração na Psicologia Discursiva, observamos uma ênfase em releituras de conceitos comuns da Psicologia, bem como em análises do modo pelo qual questões psicológicas, tais como responsabilidade, motivação, entre outras, são manejadas nas conversas (Edwards, 2004). Tal perspectiva, portanto, permite com que seus pesquisadores desenvolvam uma investigação crítica e discursiva que intervenha na vida social, seja por meio de uma nova leitura de termos psicológicos, ou ainda pela identificação de certas práticas discursivas em contextos dialógicos específicos o que, por sua vez, oferece reflexões passíveis de gerar intervenções sociais e mudanças de políticas públicas (Hepburn & Wiggins, 2007).

Frente o que já foi apresentado, podemos perceber que a proposta teórico-metodológica adotada neste estudo enfatiza a centralidade da interação social e, da linguagem e seus efeitos.

A ênfase situada e discursiva dessa perspectiva, por sua vez, modifica a noção de indivíduo como uma concepção ontológica e individualista e, passa a entendê-lo como constituído por processos sociais, bem como um usuário da linguagem (Gergen, 1997; Potter, 2000). Adiante, apresentamos detalhadamente a proposta desse estudo, destacando o contexto e os participantes, bem como os passos de construção e análise do corpus.

6. A Pesquisa em Contexto: delineando objetivos e caminhos

Ao considerarmos a ética sob uma perspectiva discursiva, estamos, de certa maneira, propondo que pensemos os aspectos éticos a partir dos sentidos construídos pelas pessoas em interação. Neste sentido, podemos destacar que uma das preocupações centrais dessa abordagem está em compreender a ética a partir das micro-práticas comunicativas. Sendo assim, o olhar daqueles que se interessam por investigar a ética por meio dessa perspectiva está voltado para a forma como as pessoas em relação respondem umas às outras. Trata-se, portanto, de um jeito de pensar a ética para além do conteúdo em conversação, mas com uma atenção especial ao processo dialógico, ao funcionamento dessas conversas.

Como nosso intuito se volta para a construção de conhecimentos éticos especificamente no campo das práticas grupais, o interesse em ampliar conversas sobre a ética se torna ainda mais relevante se entendermos o grupo como um contexto propício para a convivência de uma multiplicidade de sentidos, o que nos convida a encontrar um jeito de pensar ética que legitime justamente essas diferentes possibilidades de significação.

Assim sendo, diferentemente de abordagens que concebem a ética enquanto um vocábulo com sentido único e que as pessoas apenas o reproduziriam em contextos relacionais, o Construcionismo Social nos permite entender a ética como uma construção que acontece quando estamos em relação com outras pessoas. Apreender a ética a partir dessa concepção significa considerá-la sob um foco relacional, colaborativo e dialógico.

Nesse sentido, ao longo dessa pesquisa, consideramos necessário encontrar uma metodologia específica que nos oferecesse recursos para olharmos a interação como uma arena na qual os sentidos éticos são concebidos como construções linguísticas realizadas por meio dos processos sociais de negociação.

Tendo em vista uma proposta teórico-metodológica que busca compreender o modo pelo qual as pessoas conversam, a Psicologia Discursiva surge como uma grande parceira para nos ajudar neste exercício de olhar para as conversas sobre ética em termos da sua funcionalidade, ou seja, dos recursos lingüísticos utilizados a fim de atingir determinados efeitos na interação. Além disso, também se torna interessante propor uma metodologia de construção de dados que seja grupal por esta ser uma proposta que nos permite visualizar com mais facilidade a produção social e relacional do conhecimento.

A partir da apresentação destes cuidados adotados para se trabalhar com uma perspectiva epistemológica, bem como com uma metodologia que favorecesse analisar a ética, não sob uma visão ontológica que se preocupa em descrever o que é a ética, mas como um processo relacional de produção de sentidos, podemos apresentar nosso objetivo.

6.1. O objetivo do estudo

O objetivo geral da pesquisa é compreender como psicólogos que realizam práticas grupais, em situação de interação em grupo, manejaram a pessoalidade durante conversas sobre ética grupal, bem como as funções que esse manejo exerce na conversa.

Vale destacar aqui que ao falarmos de Manejo da Pessoalidade neste texto, estamos nos referindo a qualquer enunciado que utilize recursos lingüísticos relacionados a questões pessoais (ex. “pra mim”, “eu”, “na minha opinião”, “eu penso assim”, entre outros), bem como que resgate assuntos que os interlocutores anunciam como pertencente a uma suposta pessoalidade.

Motivados por esta prática discursiva, queremos compreender como profissionais envolvidos com o trabalho em grupo conversam sobre aspectos ligados a ética. Buscaremos, portanto, refletir sobre os seguintes questionamentos: Como essas pessoas conversam sobre

ética e em que momentos dessa conversa a pessoalidade ganha relevância? Como elas Manejam a Pessoalidade? Quais objetivos elas alcançam ao utilizarem este tipo de recurso conversacional? Que efeitos isso gera na conversa em questão? Quais os convites que estão sendo feitos quando se conversa dessa forma? Que imagens elas constroem para si mesmas na interação? Quais as implicações desse jeito de conversar para se pensar o campo da ética?

Em busca de respostas para essas perguntas, acreditamos que nosso trabalho poderá se constituir como uma forma para entendermos o Manejo da Pessoalidade não como uma realização cognitiva individual, mas como um recurso interacional, que permite às pessoas negociarem sentidos e realizarem ações. Além disso, este estudo nos convida a compreender a ética grupal de forma contextualizada e relacional, e não definida a priori.

Diante desses apontamentos, apresentaremos a seguir os passos dados na construção do corpus da pesquisa.

6.2. O contexto e os participantes do estudo

Neste estudo, foram realizados dois grupos de sensibilização sobre o tema da ética nas práticas grupais, com psicólogos coordenadores de grupo que atuam na cidade de Uberlândia – MG. Estes aconteceram separadamente perfazendo um total de cinco encontros para cada um. Os participantes apresentaram idades variadas (entre 23 e 46 anos) e eram de ambos os sexos. Os encontros ocorreram semanalmente, totalizando 10 encontros, e contaram ao todo com 10 profissionais da Psicologia de diversas áreas: saúde, clínica e organizacional.

Definimos como coordenadores de grupo, todos aqueles profissionais que realizaram ou estivessem realizando práticas grupais em seu exercício profissional, não tendo necessariamente uma especialização ou formação pós-graduada específica em coordenação de grupos. De um modo geral, identificamos que nenhum dos participantes apresentava uma formação específica para o trabalho com grupos, pontuando que o aprendizado que tiveram se

restringia à formação acadêmica e estágios daí decorrentes. Neste sentido, observamos também que as expectativas que os mesmos tinham para com os encontros se voltavam para uma questão de aprimoramento do conhecimento na área de grupos.

Como critérios para inclusão no estudo foram observados os seguintes: 1) psicólogos que realizaram ou estivessem realizando práticas grupais em seu exercício profissional; 2) ordem de inscrição, ou seja, os primeiros inscritos tiveram preferência; e 3) disponibilidade de horário. A equipe executora dos encontros consistiu em dois orientandos de mestrado, a autora deste trabalho e outro pesquisador também interessado no tema, bem como o orientador desta pesquisa.

Os participantes foram convidados a partir de divulgação de folders junto a universidades, em locais de concentração de profissionais da Psicologia contratados pela prefeitura da cidade e centros de formação de terapeutas, bem como pelo envio de convites via email para as mesmas instituições citadas acima (Apêndice 1). Aqueles que se sentiram convidados a participar da pesquisa foram solicitados a encaminhar um email à equipe executora da pesquisa. Após esse primeiro contato por email, os pesquisadores responderam por telefone a fim de, previamente ao início dos encontros, agendar uma conversa com cada interessado e preencher uma Ficha de identificação (Apêndice 2). Esta ficha tinha como objetivo permitir uma aproximação entre a equipe executora e as participantes, ampliar conversas sobre as expectativas com relação a este grupo de reflexão que estava sendo oferecido, bem como conhecer a experiência destes profissionais com as práticas grupais.

Além disso, a primeira conversa com um participante potencial do grupo consistiu em um espaço de acolhimento individual, uma oportunidade de conhecer os pesquisadores, a instituição, os objetivos da pesquisa, as regras do contrato grupal, discutir as possibilidades de cuidado com o(a) participante e apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3). Desse modo, esta conversa inicial teve como função criar um contexto de

diálogo e preparar para os encontros grupais. Acreditamos que este encontro individual potencialmente possibilitaria uma maior proximidade e espontaneidade durante as conversas, permitindo com que as pessoas se sentissem mais à vontade durante os grupos.

6.3. Passos de construção do corpus

A constituição do corpus foi realizada por meio das transcrições dos dez encontros grupais que visavam sensibilizar psicólogos que realizam práticas grupais em diferentes áreas de atuação sobre questões éticas que envolvem a coordenação de grupos. Foram realizados dois grupos compostos de cinco participantes, cada encontro com 2h de duração, nas dependências do Instituto de Psicologia da UFU, tendo como objetivo oferecer aos psicólogos um espaço de troca e reflexão sobre as questões éticas no trabalho com grupos.

Os encontros foram organizados de forma a permitirem: 1º encontro: uma aproximação entre os participantes, o contrato sobre as regras do trabalho grupal, e a discussão inicial sobre o tema da pesquisa; 2º encontro: a troca de experiências pessoais bem-sucedidas no enfrentamento de questões éticas; 3º encontro: a discussão de dilemas éticos a partir de situações hipotéticas envolvendo dificuldades na prática grupal; 4º encontro: a construção coletiva de propostas de orientação ética aos coordenadores de grupos; e 5º encontro: a finalização dos encontros. Para permitir a visualização do roteiro destes encontros, estruturados no formato de oficinas previamente planejadas, sugerimos a consulta ao apêndice 4. De uma forma geral, estes encontros ocorreram em quatro etapas que se resumem em aquecimento inespecífico – que se ocupava de acolher as participantes, deixá-las mais à vontade e estimuladas a conversar; aquecimento específico – que visava preparar as participantes para a conversa específica que iriam travar logo em seguida; desenvolvimento – momento no qual propúnhamos a principal atividade do dia e, por fim, os comentários –

instante em que as participantes conversavam sobre como tinha sido a conversa naquele encontro.

A coordenação do grupo foi realizada a partir das propostas contrucionistas de intervenção (Anderson, 1997; Gergen, 2006; McNamee & Gergen, 1998), ou seja, promovendo a troca dialógica entre os participantes e enfatizando a análise do processo social de construção dos sentidos. Tais propostas sustentam: uma postura de co-construção com e entre os participantes; o olhar sobre os relacionamentos e o contexto nos quais determinada descrição surge; a multiplicidade de formas de descrever um problema; e um discurso de potencialidades positivas e de construção de realidades futuras.

Além disso, a pesquisadora-mestranda construiu diários de campo no qual fez anotações sobre os momentos marcantes de cada encontro e teceu reflexões após os encontros grupais, bem como após as transcrições dos mesmos. Servindo como espaço de produção de inscrições e experiências, a escrita dos diários se constitui em um campo importante no processo da pesquisa por potencializar a produção de questões pertinentes e interessantes à pesquisadora que, por este procedimento, relatava as ressonâncias que a conversa ia provocando na mesma, além de momentos que vão além das verbalizações, como descrições de situações antes e após gravação do áudio e também a forma como os pesquisadores eram abordados (Diehl, Maraschin & Tittoni, 2006; Duarte, 2002)

O diário de campo, por sua vez, não foi analisado sistematicamente como um instrumento de pesquisa, mas foi empregado no sentido de enriquecer e permitir reflexões que pudessem contribuir no momento de análise do corpus da pesquisa. Na verdade, foi por meio da escrita e posterior leitura destes diários de campo, que se iniciou uma aproximação e imersão com o corpus da pesquisa. À medida que se ia descrevendo os momentos e as conversas mais marcantes, criava-se mais familiaridade com o material, fazia-se associações, problematizações, reflexões e produzia-se uma sensibilização frente algumas falas. Enfim, o

diário de campo foi uma ferramenta que possibilitou conversar melhor com o material empírico e inspirou a busca de uma questão central para a pesquisa e, posterior, análise.

6.4. Passos de análise do corpus

A análise do corpus foi feita segundo as propostas de análise do discurso influenciadas pela perspectiva construcionista social (Gill, 2002; Spink, 2004), mais precisamente pela Psicologia Discursiva (Edwards & Potter, 1992). Como já discutimos anteriormente, esta proposta metodológica enfatiza o processo relacional de produção de sentidos e a busca de um entendimento das características das linguagens utilizadas para que fosse possível aos participantes estabelecer um diálogo.

Segundo Gill (2002), a análise do discurso, como o próprio nome aponta, se preocupa com o discurso, ou seja, seu foco está em analisar as formas de fala utilizadas pelas pessoas durante o processo de conversação. Além disso, para este tipo de analista, a linguagem é ação e o discurso está sempre se organizando retoricamente, por isso seu objetivo está em avaliar o arranjo das falas em sequências interacionais, bem como seus efeitos nas mesmas.

Assim sendo, os passos da nossa análise foram:

- a. Transcrição das conversas do grupo, que constituiu o texto a ser utilizado como material no processo de análise. Vale destacar que mais do que simples movimentos repetitivos, o momento da transcrição envolve uma ativa produção de sentidos em relação ao material gravado;
- b. Leitura curiosa, atenta e interrogativa das transcrições e dos diários de campo, de maneira a criar sentidos com o material coletado. Neste momento, foi possível identificar as impressões e sentidos acerca das transcrições, além de ser um momento de reflexão crítica e criativa que colaborou na construção de categorias que nortearam o processo de análise;

c. O terceiro passo se caracterizou pelo processo de categorização ou codificação no qual temas de interesse foram realçados, procurando não só as categorias consensuais, mas também as variáveis. Neste sentido, identificamos trechos de conversas que estivessem relacionadas ao Manejo da Pessoalidade;

d. Identificação de trechos que ilustravam diferentes funções relacionadas ao Manejo da Pessoalidade;

e. O último passo consistiu na análise propriamente dita destas funções.

O padrão de transcrição dos trechos selecionados para a análise foram adaptados conforme as convenções de transcrição propostas por Gail Jefferson (Potter, 2000) – ver anexo 1.

6.5. Considerações éticas:

Este estudo foi encaminhado para análise e obteve aprovação do Comitê de Ética da UFU sob o número 239/10 em 13 de Agosto de 2010 (Ver anexo 3). A pesquisa foi realizada obedecendo aos critérios éticos da resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde de 10 de outubro de 1996. A pesquisa foi apresentada para os participantes, seguindo-se pelo pedido de autorização de gravação e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Informado. Foi comunicado aos participantes a possibilidade de não participarem dos grupos de reflexão oferecidos caso não quisessem ou de deixar de participar desses, mesmo durante a sua realização.

Todos os encontros em grupo foram gravados em gravador digital e após transcritas, as gravações foram apagadas. Os nomes utilizados ao longo do trabalho são fictícios, a fim de garantir a confidencialidade da identidade dos participantes.

Após a análise dos dados da pesquisa, o material transscrito foi transformado em um banco de dados para esta análise e para possíveis pesquisas futuras. Vale destacar que todos

os participantes foram esclarecidos sobre a composição desse banco de dados (conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no apêndice A).

7. Conversas sobre Ética em Grupo

Nesse momento, apresentaremos o resultado da análise do nosso corpus. Conforme já foi mencionado anteriormente, o nosso objeto de estudo são as funções que a prática discursiva do Manejo da Pessoalidade apresenta na interação entre alguns profissionais da Psicologia. Nesse sentido, não se trata de analisar a opinião de cada participante sobre ética, mas de avaliar como estes psicólogos conversaram entre si quando convidados a refletir sobre tal temática. Desse modo, almejamos destacar os jeitos de conversar sobre ética em grupo que os profissionais utilizaram durante as interações.

Nosso foco analítico, portanto, consistiu em compreender a função daquela prática discursiva na interação. De uma forma geral, buscamos considerar os momentos em que surgiam descrições ou afirmações de “si mesmo”, bem como as interações em que estas mesmas afirmações de si eram relatadas como sendo também de outra pessoa.

Neste caminho, identificamos e nomeamos quatro funções para o Manejo da Pessoalidade nessas conversas: a) Lidando com Divergências; b) Buscando adeptos na diversidade; c) Normalizando a diferença; e d) Problematizando o estabelecido. Nas três primeiras funções, por sua vez, podemos visualizar um movimento de exposição direta e explícita de recursos lingüísticos que constroem o sentido de um campo concebido como pessoal. Esse jeito de conversar se torna um mecanismo interessante no processo polido de afirmação de si, de opiniões e experiências pessoais em uma conversa grupal na qual diversos sentidos são oferecidos. Por outro lado, na última função apresentada, a referência à pessoalidade se dá associada a um resgate de vozes externas ao diálogo. Discutiremos a seguir cada uma dessas funções.

7.1. Lidando com Divergências

Durante as conversas grupais, os participantes se apresentam de forma a antecipar que o que anunciarão em seguida são expressões pessoais. Essa foi a maneira encontrada para assegurar um apontamento que divergia dos enunciados dos demais e, ainda assim, manter uma conversação dialógica entre eles que fosse caracterizada pelo convite à multiplicidade de sentidos.

Conforme veremos, nessa primeira função, o Manejo da Pessoalidade permite a construção de um espaço conversacional para as diferentes possibilidades de significação que emergem na interação. Nesse sentido, fazer referência à pessoalidade torna-se uma maneira interessante de dar voz ao conflito de sentidos ao invés de necessariamente evitá-lo. Assim, as divergentes versões encontram um contexto legítimo e propício para acontecerem.

Extrato 1

“mas eu to falando pra mim”

Eliane: Pra mim eu [num sei]

Vanessa: Pra mim]

Eliane: eu posso estar até muito limitada ºeu vou até olhar mais a respeitoº, mas pra mim quando fala alteridade fala respeito as diferenças, as individualidades, singularidades, pra mim isso é alteridade. E empatia é eu tentar sentir

Vanessa: Mas a sua alteridade está diferente da [da::]

Eliane: da dela] mas eu tô falando pra mim

Vanessa: Quando você fala isso eu entendo

Eliane: é

Vanessa: mas quando ela fala eu não entendo como [como num sei]

Simone: E] pra mim empatia é isso mesmo, se colocar no lugar do outro naquele momento naquela situação sentir o que ele está sentindo. Isso pra mim é empatia. Agora alteridade é você respeitar. Você é diferente de mim e a gente vai bem. Isso pra mim é alteridade. (Encontro 1)

Neste trecho, após receberem a orientação de sintetizar conjuntamente cinco palavras que fizessem referência ao termo ética, as participantes resgatavam algumas palavras que cada

uma, individualmente, tinha selecionado. Contudo, neste processo, algumas divergências surgem na definição de conceitos como empatia e alteridade. Assim, ao longo desse contexto interativo, as participantes conversam sobre como definem cada uma destas noções psicológicas.

O trecho começa com Eliane antecipando de qual lugar ela opta por esclarecer os conceitos em conversação, ou seja, ao utilizar o recurso lingüístico “*pra mim eu*” ela procura afirmar que fará apontamentos pessoais a respeito do que dirá. Vanessa sobrepõe esta fala de Eliane com o uso do termo “*pra mim*” para também assegurar que tal conversa se trata de apresentações de opiniões pessoais. É interessante observar que o uso do recurso lingüístico “*pra mim*” não se restringiu ao início da conversa, mas se deu de forma recorrente ao longo desta sequência conversacional na qual foi utilizado oito vezes. O uso exagerado deste termo juntamente com outras características desta conversa que apresentaremos a seguir apontam a construção de uma tensão no diálogo em questão.

Em seguida, como uma forma de preparar seu interlocutor sobre o que iria dizer, Eliane constrói um preâmbulo antes mesmo de apresentar suas reflexões sobre o conceito de alteridade. Observamos três movimentos na construção deste preâmbulo. Primeiramente, ela utiliza a expressão “*eu posso estar até muito limitada*” por meio da qual procura minimizar a autoridade da sua fala. Imediatamente depois diz: ““*eu vou até olhar mais a respeito*” a fim de se mostrar interessada na busca de novos aprendizados. Por último, pela utilização do recurso “*mas pra mim*” ela enfatiza novamente que a divergência conceitual será apresentada a partir de um posicionamento pessoal. Desse modo, a participante procura diminuir o impacto da sua fala frente às respectivas reflexões das demais, além de evitar ser vista pelo grupo como arrogante, como uma pessoa crítica ou alguém que aponta o erro dos outros. Logo, esse jeito de conversar gerou o sentido de que a situação sobre a qual conversavam era tensa e que, por isso, seria necessário aliviar tal tensão pela construção de uma conversa na

qual os envolvidos procuravam não criticar os demais e, ao mesmo tempo, se proteger de críticas.

Desse modo, ao utilizar estas expressões, Eliane deixa espaço para dúvida, apontando suas limitações no que se refere ao conhecimento de tais definições. Segundo Potter (2000), as descrições não são neutras e ao usá-las o falante tem algum interesse sendo gerido ao longo das ações. Uma forma de administrar o interesse se dá pelo uso do recurso lingüístico conhecido por *confissão de interesses*³, que consiste em situar o lugar do qual o interlocutor fala de modo que este possa se apresentar como alguém que reconhece nitidamente tal lugar. Ao usar tal recurso, Eliane prepara os interlocutores para ouvir as próximas colocações que introduzirá de uma forma não ofensiva, evita a construção de uma identidade não favorável durante a conversa, além de se proteger de possíveis críticas que a colocariam na posição de alguém que não deveria ser ouvida por estar falando justamente de algo que ela pensa e não de um conhecimento objetivo posto pela ciência.

Juntamente com o recurso da ‘confissão de interesses’, ao definir alteridade, a participante utiliza também uma lista tripartite: “*respeito às diferenças, as individualidades, singularidades*”. Na literatura em Psicologia Discursiva, listas tripartites auxiliam a produzir um sentido de completude, isto é, de que se resumiu o todo e, assim, o que se disse seria representante do conceito geral (Jefferson, 1990 como citado em Potter 2000). Há nesse trecho uma combinação de recursos para a construção da facticidade, juntamente, com formas de Manejo da Pessoalidade

Em seguida, Vanessa destaca que a definição de Eliane não se aproxima do que outra participante dissera no que tange a alteridade, o que poderia ser compreendido como uma fala de contraposição e que, por sua vez, fragilizaria as colocações desta. Entretanto, Eliane sobrepõe a fala de Vanessa para certificar o seu interesse de se posicionar no lugar de alguém

³ Tradução nossa. O termo utilizado pelo autor é “stake confession”.

que fala por si e para si mesma. A sobreposição de falas, a utilização da conjunção adversativa “*mas*”, bem como o enunciado “*eu to falando pra mim*” contribui para estabelecer uma relação de contraste entre os sentidos que Eliane e Simone dão para o conceito alteridade além de ressaltar que ambas estão proferindo opiniões pessoais. Dessa forma, constrói-se o sentido de que falar a partir de si mesmo a fim de refletir sobre conhecimentos estabelecidos se torna uma retórica eficiente porque fomenta a ideia de que se a pessoa assegura que está destacando uma opinião pessoal, isso ao mesmo tempo em que autoriza a pessoa a falar, acaba desautorizando que outras pessoas desconsiderem imediatamente seus argumentos. Nesse caso, aproximar do que se diz, pela apresentação de si na conversa de forma mais explícita, constrói a possibilidade de que em meio às divergências as falas não sejam imediatamente classificadas como corretas ou erradas, mas que sejam, ao menos em um primeiro momento, ouvidas atentamente e disponíveis para um diálogo. Podemos considerar também que a forma encontrada nesta situação para lidar com as divergências em questão foi manejar a pessoalidade a fim de permitir que aquilo que foi dito não fosse concebido como uma crítica ao outro.

É possível vislumbrar este movimento na sequencia interacional quando Vanessa pontua que da forma como Eliane introduziu a alteridade ela havia entendido, porém não havia compreendido tão claramente a proposta de Simone. Observa-se, portanto, a construção de uma disponibilidade para se conversar com diferente vozes e uma multiplicidade de sentidos. Neste contexto, Simone, que até então não havia se pronunciado neste trecho, vê uma abertura na conversa para poder detalhar ainda mais o que tinha apontado inicialmente e acabara se tornando motivo para toda essa conversa. Desse modo, Simone também procura resguardar suas colocações e evitar possíveis julgamentos utilizando-se do recurso lingüístico “*pra mim*” (“*Isso pra mim é empatia; Isso pra mim é alteridade.*”).

Logo, por meio desse extrato, podemos perceber que nessa primeira função, o Manejo da Pessoalidade favorece aos falantes se posicionarem frente aos desacordos no processo de significação. Sendo assim, esta função permite a construção de uma abertura conversacional na qual os interlocutores pudessem afirmar a própria opinião sobre ética em grupo e, ao mesmo tempo, convidar diferentes vozes e sentidos para um diálogo.

7.2. Buscando adeptos na diversidade

A segunda função que o Manejo da Pessoalidade exerce na sequência conversacional sobre ética em grupo está relacionada à adesão de outros falantes para com o sentido que alguém apresenta. Cabe pontuar que isso acontece porque ao pronunciar que o que está sendo dito é uma opinião pessoal, é favorecida a construção de um senso de cuidado sobre o que o outro também pensa. Dessa forma, a referência à pessoalidade protege os falantes de possíveis críticas e posiciona a fala daquele que assim conversa como uma colocação respeitosa e, por isso, digna de ser considerada pelos demais na interação.

Nesse processo, os participantes se apresentam na conversa ressaltando que se posicionarão quanto ao assunto em questão a partir de uma opinião pessoal. Desse modo, os participantes apresentaram ideias de forma a gerar para os demais o sentido de que o que estavam anunciando tratava-se apenas de uma possibilidade de entendimento dentre várias outras, o que por sua vez convidava os mesmos a legitimar a opinião pessoal daquele que começou a busca por novas opções de sentido para a questão.

Extrato 2

“Eu gosto de coletividade. Mas lógico isso é da MINHA lista. E então se vocês quiserem”

Eliane: Da minha lista, acho que cada um pensou, mas da minha lista (inaudível) eu colocaria coletividade

Cintia: Coletividade?

Simone: Em que sentido?

Eliane: Porque assim:: eu penso assim Simone. É:: (.) Quando isso tudo foi criado, se pensou em ética, se discutiu isso até filosoficamente, sei lá. Criou código, pensou em moral, e o que seria bom para muitos. Que que que que conduzido daquela forma sairia o melhor resultado para o maior número de pessoas.

Cintia: °aham:: faz sentido, faz sentido mesmo°

Eliane: Porque eu acho que é nosso grande desafio é viver no meio de muitos [(risos)]

Vanessa: Aham (risos)]

(inaudível)

Cintia: E se nós não formos éticos conosco mesmo a repercussão é menor, mas se nós não formos éticos com o grupo com quem está conosco [a repercussão é maior]

Eliane: (inaudível) e aí a nossa responsabilidade como profissionais]

(.)

Eliane: Eu gosto de coletividade. Mas lógico isso é da MINHA lista. E então se vocês quiserem (risos) (Encontro 1)

Nesse extrato, os participantes continuam no processo de negociação e escolha conjunta de cinco palavras para compor uma lista de termos que representem a noção de ética. Ao longo dessa sequência conversacional, Eliane convida os demais participantes do grupo a pensar numa palavra em específico para preencher a lista. Sendo assim, neste trecho, o grupo conversa sobre o sentido de tal palavra e analisa a possibilidade da mesma entrar na listagem.

O trecho começa com Eliane sugerindo que a palavra coletividade fizesse parte das cinco selecionadas para representar o sentido de ética. É interessante notar a forma como esta participante constrói sua proposta: ela situa o lugar do qual faz sua aposta ao enfatizar que se tratava de uma decisão advinda da própria lista (“*Da minha lista*”), e ao mesmo tempo, a fim de evitar possíveis descrições que minassem seu interesse em levá-las a escolher a palavra que ela mesma encontrara para definir ética, Eliane procurou valorizar a produção individual de cada participante. Ao dizer “*acho que cada um pensou, mas da minha lista (inaudível) eu colocaria,*” a falante está utilizando o recurso lingüístico *inoculação de interesse*⁴ (Potter, 2000) que consiste em usar uma descrição para desprestigar outros enunciados alternativos que poderiam surgir como forma de invalidar o que ela mesma está anunciando, ou seja,

⁴ Tradução nossa. O termo utilizado pelo autor é “stake inoculation”.

pontuar que cada participante também pensou em algo lhe previne de possíveis críticas de que estaria, por exemplo, desconsiderando as opiniões das demais e enaltecedo somente a sua. Neste movimento de fortalecimento da própria sugestão, esse membro do grupo utiliza também a conjunção adversativa mas (“*mas da minha lista*”) para demonstrar uma relação de contraste entre o que ela traz e o que as demais propõem de forma a enfatizar a existência de uma diversidade de escolhas. Além disso, a participante conjuga o verbo colocar no tempo verbal do futuro do pretérito “*eu colocaria coletividade*”, exprimindo polidez e promovendo a ideia de um convite que está sendo feito ao invés de uma imposição.

Em seguida, Cintia e Simone elaboram perguntas (“*Coletividade?*; *Em que sentido?*”) que são direcionadas à Eliane de modo que essa possa se estender na produção de um sentido para sua proposta. Podemos considerar que tais perguntas indicam abertura para uma possível adesão das participantes às colocações de Eliane e talvez uma curiosidade em compartilhar sentidos. Assim sendo, Eliane desenvolve sua ideia antecipando que se tratava de um pensamento pessoal (“*eu penso assim*”). Isso, juntamente com a produção de sentenças cujas últimas palavras são mais alongadas (“*Porque assim:::*; “*É::*”), enunciados com pausas, uso do termo “*sei lá*”: ao fim de uma das suas colocações, bem como a repetição de palavras “*que que que que*”, acaba gerando o sentido de que ela não se posiciona como alguém que produz uma fala definitiva, conclusiva, que seja melhor e que, portanto, deveria ser a única considerada. Pelo contrário, as características desta fala parecem produzir a construção de uma possibilidade entre várias outras que também podem ser apreciadas.

Esse jeito convidativo de conversar teve repercussões nas demais, as quais foram gerando falas que confirmavam um entendimento do que estava sendo introduzido por Eliane e levava essa a continuar neste processo de construção conjunta de sentidos. Exemplificando, vemos Vanessa dizendo “*aham*”, Cintia, em um primeiro momento, dizendo “*aham:: faz*

sentido, faz sentido mesmo” e, mais à frente, construindo juntamente à Eliane alguns sentidos sobre ética.

Por fim, vemos Eliane reassegurando a adesão das demais participantes ao sentido que estava gerando com as mesmas ao proferir a seguinte fala “*Eu gosto de coletividade. Mas lógico isso é da MINHA lista. E então se vocês quiserem*”. Neste momento, esta participante introduz a sugestão como uma opção pessoal (“*Eu gosto de*”), emprega com intensidade de voz maior a palavra “*MINHA*”, contextualizando de forma particular a referida opção, utiliza a expressão “*é lógico*”, construindo um senso de racionalidade e, principalmente, de que concorda com a existência das inúmeras possibilidades de escolhas, além de terminar com a colocação “*E então se vocês quiserem*” que expressa convite e não imposição. Podemos acrescentar aqui que a adesão das participantes para com o termo coletividade possibilitou a elas completar a tarefa já que na leitura das cinco palavras que representariam a ética esta esteve presente. Assim, avaliamos que todos esses recursos linguísticos contribuíram pra reforçar a ideia de que ela falava por si, ao mesmo tempo em que considerava as colocações das demais e, com isso, Eliane acabou fortalecendo a conquista de novos adeptos às suas sugestões.

Por meio desse extrato, podemos perceber que a função “*Buscando adeptos na diversidade*” permite aos falantes mostrarem a si mesmo na conversa a fim de beneficiar a conquista de membros para com os sentidos expostos. Estes membros, por sua vez, acabam se posicionando como curiosos quanto a ideia proposta e, consequentemente, se tornam favoráveis à opinião pessoal apresentada sem se colocarem como aqueles cujos sentidos também foram expressos, mas desconsiderados, ou seja, os demais interlocutores da conversa, apesar de aderirem a outras possibilidades de significação para além da que pensou inicialmente, sentem-se ouvidos e legitimados.

7.3. Normalizando a diferença

Os participantes se apresentaram na conversa resgatando experiências pessoais que pudessem explicar a própria postura profissional adotada na coordenação de práticas grupais. Desse modo, eles construíram um espaço no diálogo em que suas vozes, que narravam vivências particulares, eram escutadas e validadas como uma maneira de fundamentar ações profissionais frente a uma variedade de estilos apresentados pelas participantes.

Logo, a terceira função do Manejo da Pessoalidade nessas conversas está relacionada à transformação das diferenças nas posturas profissionais em algo normal e aceitável para os envolvidos. Dessa maneira, demarcar as colocações como pertencentes ao campo pessoal garante um incentivo às particularidades de cada atuação profissional, as quais passam a ser compreendidas como algo do cotidiano da profissão ao invés de um problema a ser debatido.

Extrato 3

“então eu acho que é muito da nossa, assim no meu caso, da minha vivência que eu to tendo né, pelo que eu já passei, que hoje eu proponho isso.”

Eliane: é:: a fala da:: Vanessa da individualidade da singularidade né, eu penso muito nisso porque eu sou mãe de adulto e conduzi (.) minha vida com meus filhos assim energicamente assim:: com:: (.) bastante as vezes até autoritarismo né, e ai a gente vê nas discussões assim:: que eu fico pensando assim como a minha casa né meu primeiro grupo né, o primeiro grupo ali o tempo todo com meus filho meu marido, então eu fui muito assim, como a Simone falou tomo a decisão e é isso e pronto, mas aí gente me deu um susto de pensar assim que tem outras vozes e que eu, nenhum momento eu pensei nas outras vozes sabe

Simone: inaudível

Eliane: mas me fez a vida inteira né arrastando eles assim, sem outras vozes assim decidindo, igual a Simone falou a gente tem que decidir em casa com filhos,(inaudível) mas com filho principalmente é isso é isso e pronto né?, ai a gente leva isso pra todo lugar que a gente vai né (risos) um reflexo da gente ali,desse grupo de casa nas situações outras né, é muito pesado, é muito pesado né

Vanessa: mas quando você fala dessa questão de levar eu coloquei essa questão de trazer essa devolutiva pro grupo eu acho que, eu coloquei isso porque hoje eu trabalho com desenvolvimento e aprendizagem, e essa área tem muito isso levar em consideração o que o participante tem, levar em consideração o que o aluno já sabe, levar em consideração o que o professor já traz, então eu acho que é muito é:: da nossa, assim no meu caso, das

minhas vivências que eu to tendo né, pelo que eu já passei, que hoje eu proponho isso. Se de repente as minhas vivências, as minhas escolhas né, ou as minhas experiências tivessem sido outras né, de outra maneira Eliane: como seria?

Vanessa: de repente eu teria outra resposta não sei pro dilema ético

Laís: é eu sempre, eu sempre trago sempre a situação mesmo que fui vivenciando eu sempre fui muito, eu sou muito questionadora, então nada que vem pronto, eu bato o pé, haha

Todos: Risos

Laís: minha mãe me diz que eu sou adolescente ainda, mas assim eu bato o pé mesmo, igual assim eu brinquei com o Mário ‘vocês colocam o nome’, eu assim ãã, não, peraí, como é que a gente vai fazer, esse movimento é o movimento que eu tenho mesmo (Encontro 3)

Neste fragmento, os membros do grupo conversam sobre a participação na atividade que os coordenadores do encontro tinham proposto anteriormente. Naquela, os participantes foram convidados a construir histórias dilemáticas hipotéticas vividas em grupo e que continham em sua estrutura um problema ético, as pessoas envolvidas nesta situação, porém, sem um final para a mesma. Na etapa seguinte, cada participante precisou escrever poucas linhas sobre como lidaria com cada história apresentada, ou seja, foi pedido que eles elaborassem, individualmente, um fim para cada história. Por último, todos os participantes puderam entrar em contato com esse material, lendo, portanto, as respostas dos colegas em relação a cada história (Apêndice 4). Assim sendo, ao longo dessa interação, os participantes conversam sobre o que pensaram a respeito da atividade, bem como da leitura do material produzido.

O extrato inicia com Eliane retomando para os demais participantes certos aspectos da sua vida pessoal que explicariam o modo como age perante a coordenação de um grupo. Para tanto, adianta que falará a partir do que está nomeando por singularidade, ou seja, como pensamentos, ideias, opiniões tidas como pessoais (“*eu penso muito nisso*”). Logo em seguida, introduz uma narrativa detalhada na qual faz apontamentos sobre suas características e sentimentos, o que Genette (1980 como citado em Potter, 2000) denomina por focalização interna, ou seja, a construção de uma narrativa a partir do ponto de vista de um dos

participantes, a qual acessa sentimentos de um dos personagens, mas não dos outros (“*conduzi minha vida com meus filhos assim energicamente assim com bastante as vezes até autoritarismo*”).

Além disso, vemos Eliane construindo um sentido de rotina na sua fala ao relatar que a convivência no âmbito familiar é a primeira que estabelecemos (“*meu primeiro grupo*”) além de, ao trazer a expressão “*o tempo todo*” para se referir à constante convivência com filhos e marido, gerar o sentido de que está falando de algo habitual. Essa construção de um script (Edwards, 1994 como citado em Potter, 2000) é importante para que ela se apresente, posteriormente, como alguém que a princípio não procurava analisar a postura profissional a partir de características pessoais, mas que isso é algo dado pelo próprio dia a dia de cada um. Isso é reforçado quando faz uso do recurso lingüístico de ‘inoculação de interesse’ (Potter, 2000) ao dizer do susto que levara ao se dar conta dessa relação que antes não tinha feito. Nesse sentido, as expressões “*me deu um susto*” e “*nenhum momento eu pensei*” oculta o interesse de não ser criticada ou de ter seu argumento contrariado pela possível noção de que já tinha essas ideias fortemente estabelecidas previamente.

Eliane continua construindo o sentido de normalidade no que se refere à transposição de questões pessoais para o âmbito profissional por meio da utilização de uma ‘formulação de casos extremos’ (Pomerantz, 1986 como citado em Potter, 2000), ao introduzir que aspectos pessoais se leva “*pra todo lugar*” que a pessoa passe. Por fim, de modo a convidar outras pessoas a confirmarem suas colocações, ela finaliza sua fala pontuando o quanto isso não é algo tranquilo (“é muito pesado né”). Isso também é fomentado por meio do uso frequente da partícula “*né*” ao fim da maioria dos seus enunciados.

Na sequência, Eliane consegue apoio às suas falas uma vez que Vanessa retoma os dizeres daquela para também ressaltar vivências pessoais que justificam sua postura como profissional que coordena grupos. Ao situar o trabalho que realiza em um momento recente –

“hoje eu trabalho com desenvolvimento e aprendizagem” -, Vanessa enfatiza que se trata de algo próximo e que, por isso, pode afirmar com maior credibilidade.

Vale destacar que após detalhar as concepções que orientam seu trabalho, esta participante busca ressaltar a forte influência do que é entendido como pessoal no campo profissional, bem como validar a postura profissional adotada por cada um diante das diferentes formas de atuação expressas por eles. Vanessa, primeiramente, começa uma conclusão pessoal na qual inclui todas as pessoas – *“então eu acho que é muito da nossa”*. Porém, logo em seguida, corrige o que disse recordando que a sua conclusão não é geral, mas só pode se referir a si mesma – *“assim no meu caso, da minha vivencia que eu to tendo né, pelo que eu já passei, que hoje eu proponho isso”*. Essa correção acaba reafirmando a ideia de que recorrer a discursos sobre a experiência pessoal de cada uma pode servir como um ótimo parâmetro para compreender as diferentes formas de atuação profissional, ou seja, neste caso, apresentar-se na conversa torna-se uma forma viável de justificar a conduta tomada no exercício profissional e, principalmente, de torná-la legítima quando se percebe que o estilo adotado não é unívoco.

A fim de fortalecer seu argumento, Vanessa oferece um questionamento sobre como seria caso a sua experiência pessoal fosse diferente – *“se de repente as minhas vivências, as minhas escolhas né, ou as minhas experiências tivesse sido outras né, de outra maneira”*. Ao dizer isso, ela introduz uma fala de probabilidades que acaba convidando os outros participantes a pensar conjuntamente. Isso é um recurso interessante porque evita que suas colocações sejam concebidas como afirmações absolutas. Podemos visualizar este movimento, pela participação de Eliane nesta fala da Vanessa por meio da interrupção dessa com uma pergunta - *“como seria?”*.

Neste momento, percebemos uma investigação compartilhada de sentidos que acaba por chamar outro interlocutor para a conversa, no caso Lais. Essa, por sua vez, complementa a

conversa por meio da construção de uma fala que procura promover um sentido de normalidade pelo uso do advérbio temporal – “*sempre*” - três vezes seguidas. Lais utiliza esse recurso para descrever o quão freqüente é a transferência de aspectos pessoais dentro de um ambiente profissional. Essa noção fica ainda mais fortalecida quando ela exemplifica com uma situação que ela demonstrou frente a todos que participavam daquela conversa – “*igual assim eu brinquei com o Mário* [um dos coordenadores do encontro], ‘vocês colocam o nome’, eu assim ‘ã ã, não, peraí, como é que a gente vai fazer’, esse movimento é o movimento que eu tenho mesmo”.

Ao se depararem com variadas formas de conduta profissional diante de uma situação dilemática, os participantes procuraram fundamentar a postura profissional nas práticas grupais que realizam e gerar justificativas para o jeito que agem. Para tanto, recorreram a um posicionamento pessoal uma vez que esses são enunciados que eles se consideram como aptos a introduzir pois já vivenciaram. É interessante notar que neste movimento de criação de justificativas, recorrer à pessoalidade na conversa se torna um argumento forte pela forma como é organizada nas descrições de modo a provocar um sentido de normalidade, de que se trata de algo recente e que não haviam pensado antes, bem como retomando exemplos que ocorreram ao longo da própria conversa em que estão inseridos.

Por meio desse extrato, podemos perceber, portanto, que a função “Normalizando a diferença” permitiu aos falantes construírem justificativas que pudessem explicar a forma como agem profissionalmente. Isto é, por meio dessa função, os participantes construíram um lugar de autoridade para falar e puderam se posicionar com maior firmeza tendo em vista que falavam de algo que vivenciaram pessoalmente. Assim, gera-se o sentido de que uma postura profissional pode ser justificada frente a inúmeras outras pela afirmação de uma forte posição pessoal.

7.4. Problematizando o estabelecido

A última função que analisamos se refere ao Manejo da Pessoalidade de uma forma indireta, em relação às três funções anteriores. Deste modo, encontramos a função “Problematizando o estabelecido”, a qual implica no resgate de vozes externas ao diálogo e na tentativa de validar uma opinião contrária às recomendações éticas. Nesse movimento, notamos as pessoas enfatizando relatos vivenciados por terceiros de modo a buscar outros discursos que autentiquem uma colocação pessoal frente a um conjunto de conhecimentos e diretrizes previamente legitimados. Nesse processo, recorrer a vozes de outros no diálogo para apresentar sentidos diferentes torna-se uma maneira interessante de garantir uma divergência em relação a conhecimentos já corroborados e legitimar outras possibilidades de significação para aspectos éticos.

Extrato 4

“nesse contexto não foi comigo, mas foi com uma colega de trabalho”

Eliane: é:: foi bom a gente estar nesses papéis diferentes, mas assim uma coisa que eu quero falar agora é pensar (.) na prática do psicólogo de ta ali no vamo ver mesmo (.) eu tenho um questionamento na minha mente, assim vale mais uma coisa que ta no código ou uma coisa assim, uma coisa que ta no código não só no nosso código né, no grande código que é a ética, a moral, a lei, a norma né, vale mais isso ou o aqui agora, hora que to ali com a situação, quê que eu faço?

Laís: eu acho que a gente não segue código, são ações assim que se me perguntasse isso eu não faria assim, mas eu faço porque eu conheço a cara, eu conheço o jeito de quem ta falando

Eliane: porque a partir do que eu faço agora eu vou evoluir, eu vou evoluir enquanto o meu cuidado com o outro né, acho que isso também é ético e ai pronto a gente vai abrindo um leque quando a gente vai pensando nisso tudo, as vezes eu deixo de seguir uma norma mas eu evoluo de outra forma naquilo que é importante naquele momento

Cíntia: é interessante, por exemplo, nesse contexto não foi comigo, mas foi com uma colega de trabalho, que:: a:: tinha também uma paciente alucinando e ela começou a estrangular-se, ela pegou e começou a estrangular, com uma mão ela apertava, com a outra ela se batia e ela ficou naquela ‘o quê que eu faço?’ e pá pá pá e bateu na cara da paciente e ela voltou, que aconteceu? É ético bater no paciente?, não, porque naquela situação era porque ela ia se matar na frente daquela profissional, mas a vida né é assim, é o que mais vale. (Encontro 2)

Neste trecho, as participantes iniciam uma conversa não-estruturada sobre a dramatização de um programa de TV que tinham acabado de encenar. Nesta atividade, elas foram orientadas a elaborar uma matéria na qual dirigiriam entrevistas que refletissem sobre diversas questões éticas que envolvem o trabalho com grupos (Apêndice 4). Assim, ao longo desse contexto interativo, as participantes conversam sobre o que precisariam considerar ao enfrentar um dilema ético em sua prática profissional: códigos de ética e/ou o que emerge na situação concreta.

O fragmento começa com Eliane convidando as demais a refletirem a prática do psicólogo a partir do questionamento que levanta a respeito de como agir diante de um dilema quer seja considerando códigos éticos ou posturas que surgiram no momento. Vale pontuar que ao fazer isso, a participante procura reforçar o sentido de que elas precisariam transpor-se para o cotidiano profissional “*é foi bom a gente estar nesses papéis diferentes, mas assim uma coisa que eu quero falar agora é pensar na prática do psicólogo de ta ali no vamo ver mesmo*”, ou seja, com o uso da conjunção adversativa “*mas*” e uso da expressão “*de ta ali no vamo ver mesmo*”, Eliane constrói uma diferenciação entre aquilo que é teórico, no caso a encenação, e o que é do campo da prática psicológica.

Tal distinção precisou ser fortalecida, inicialmente, tendo em vista que logo em seguida ela propõe uma pergunta que continua nesse movimento de contraste entre códigos éticos e o aqui e agora. Na construção desta pergunta, Eliane utilizou a conjunção “*ou*” para produzir incompatibilidade dos termos ligados, bem como construiu um sentido de que estava anunciando algo delicado, pela repetição sucessiva em um mesmo enunciado dos termos que posicionava como contrastantes – “*vale mais uma coisa que ta no código ou uma coisa assim*”; “*uma coisa que ta no código*”; e “*vale mais isso ou o aqui agora*”.

Neste mesmo sentido, percebemos que, fortalecendo aqueles argumentos já estabelecidos socialmente, a participante faz uso da lista tripartite (Jefferson, 1990 como

citado em Potter 2000) ao falar de códigos éticos – “*grande código que é a ética, a moral, a lei, a norma*”, o que, por sua vez, produz senso de completude. Além disso, também vemos o uso do adjetivo “*grande*” que nesta situação visa enaltecer o código, bem como a indefinição do que se trataria a segunda opção de resposta pelo uso da expressão “*ou uma coisa assim*”.

Diante desta tentativa de contraste, quer seja pela utilização de conjunções adversativas, repetição de termos, bem como pelo fortalecimento de uma posição e indefinição de outra, podemos perceber a dificuldade que esta participante encontra para propor reflexões que extrapolam o que, segundo ela, já está convencionalmente estabelecido, no caso, se apoiar exclusivamente em códigos éticos para orientar a conduta profissional.

Além disso, Eliane destaca que a conversa que está propondo é particular – “*eu tenho um questionamento na minha mente*” e finaliza seu questionamento introduzindo uma dúvida na qual situa para quem a resposta precisaria ser direcionada, no caso ela mesma – “*quê que eu faço?*”. É interessante este movimento tendo em vista que a participante procura circunscrever uma dúvida que é apresentada como pessoal e, por isso, acaba responsabilizando somente a si mesma, não exigindo, dessa forma, que os demais precisassem se posicionar como alguém que também teria o mesmo impasse na vida profissional .

Contudo, Lais responde à Eliane localizando o lugar a partir do qual fará os apontamentos, ou seja, a partir de si mesma – “*eu acho; eu não faria assim*”. Vemos que Lais se inclui na problemática e procura destacar que ao agir leva em consideração suas experiências pessoais – “*eu faço porque eu conheço a cara, eu conheço o jeito de quem ta falando*”. Dessa forma, por meio da fala de Lais, Eliane reconhece uma abertura na conversa para poder falar de si, oferecer outras possibilidades de sentido e apresentar de forma mais explícita suas ideias sobre a questão que, por sua vez, também perpassam uma legitimação de uma decisão ética pessoal baseada em princípios também pessoais – “*às vezes eu deixo de*

seguir uma norma mas eu evoluo de outra forma naquilo que é importante naquele momento”.

Em seguida, Cintia surge na conversa para reforçar a ideia de que agir pelo que se pensa é o mais interessante frente a um dilema ético em grupo. Entretanto, ela fortalece esse argumento trazendo para a sequencia interacional um relato de vozes externas – “*nesse contexto não foi comigo, mas foi com uma colega de trabalho*”. Cabe destacar aqui que Cintia resgata a voz de uma amiga e não a própria voz ao antecipar na conversa um sentido ético que destoava da prescrição que acabara de ler e que, de certa forma, é adotada pelos psicólogos como um todo. Assim, considerando a atitude ética questionável a ser apresentada, posta na boca de uma amiga, dificulta que Cintia seja pessoalmente criticada na conversa.

Após a construção deste lugar a partir do qual a fala se referia, Cintia apresenta uma narrativa vaga (Potter, 2000), na qual formulações globais e imprecisas são fornecidas – “*ela pegou e começou a estrangular com uma mão, ela apertava com a outra, ela se batia*”. Logo após essa descrição pobre em detalhes, o que ajuda a participante a se posicionar e, ao mesmo tempo, a evitar críticas, ela introduz a mesma pergunta que Eliane fizera no começo do extrato “*o quê que eu faço?*”. É necessário ressaltar que tal questão é feita por Cintia de forma direta, por meio do recurso da *voz ativa*⁵ (Wooffitt, 1992 como citado em Potter, 2000). Deste modo, ela procura expressar as mesmas palavras que a colega dissera na situação narrada. Esse jeito de falar gera o sentido de que Cintia não está falando sobre o que entendeu da colocação, mas que está reproduzindo exatamente as mesmas palavras ouvidas. Por se tratar da mesma dúvida que Eliane apresentara essa, que anteriormente havia sido introduzida de forma tímida, acaba sendo legitimada pelo relato que Cintia conta.

Ao concluir a história, Cintia pontua que a colega tinha batido na paciente para evitar algo pior. A fim de antecipar questionamentos e impedir que críticas pudessem surgir, ela

⁵ Tradução nossa. O termo utilizado pelo autor é “active voicing”.

mesmo anuncia uma possível confrontação – “*que aconteceu? É ético bater no paciente?*” e responde imediatamente à mesma de modo a construir tal resposta como a mais cabível e viável – “*mas a vida né é assim, é o que mais vale*” e, consequentemente, validar a postura da amiga.

Por meio desse extrato, foi possível perceber que a função “Problematizando o estabelecido” permitiu aos falantes problematizarem recomendações éticas oriundas de códigos já estabelecidos socialmente. Isto é, por meio do uso dessa estratégia, observamos que em contextos nos quais descrições éticas reconhecidas pela sociedade são apresentadas na conversa, falar por si só a fim de questionar as mesmas não é suficiente. Torna-se imprescindível nestas situações os resgate de outras vozes, ou seja, de relatos externos que favoreçam argumentos que questionem tais diretrizes.

No próximo extrato, também observamos os participantes apresentando outras pessoas na conversa além daquelas que ali se encontravam a fim de problematizar diretrizes éticas e, consequentemente, oferecer outras noções sobre essa temática que, de certa maneira, divergiam do que já estava dado como conduta ética. Trata-se do momento em que os coordenadores do encontro pediram a cada participante que lessem algumas orientações éticas da Associação Internacional de Psicoterapia de Grupo e Processos Grupais (IAGP) e refletissem sobre quais recomendações utilizavam em seu trabalho, bem como aquelas que não utilizavam (Apêndice 4). Nessa sequencia interacional, vemos que a forma encontrada para justificar uma resposta que divergisse do que está na diretriz e também para validar uma opinião pessoal era trazer o relato de outra pessoa para a conversa em questão.

Extrato 5

“Eu até lembrei de uma vez que aconteceu algo nesse sentido lá onde eu trabalhava”

Cintia: [...]Agora aqui no outro falou sobre essas questões sociais, é o item 9. (.) Aí ele gira, aqui no primeiro, (.) o primeiro eu discordei que ele fala assim ‘os psicoterapeutas de grupo tem a obrigação de atender às questões comunitárias sempre que tais questões forem de sua alçada de especialidade’. Eu penso que:: é um dever sim, mas se ele verificar que num tá dentro das condições, que haja algum impedimento de caráter pessoal, ele não tem que ser obrigado. Eu até lembrei de uma vez que aconteceu algo nesse sentido lá onde eu trabalhava, (.) uma paciente apaixonou pelo segurança da instituição e (.) esse mesmo segurança queria namorar com a, com a terapeuta que trabalhava lá, e os dois começaram a namorar

Emerson: Péra um pouquinho, você está falando que a paciente se apaixonou pelo segurança [e o segurança]

Cintia: [A paciente], e o segurança se apaixonou pelo terapeuta

Emerson: Tá bom

Cintia: Depois a terapeuta e o segurança começaram a namorar e essa paciente ficava infernizando a vida dos dois e acabou que restou pra essa terapeuta atender essa paciente, então aí ela falou “Não vou atender, não tem condições porque eu não gosto dela enquanto pessoa. Não vou fazer isso”. Então eu lembrei desse caso né. Então assim né, dentro da demanda, do trabalho ela deveria sim atender, estava dentro da especialidade dela, mas ela não tinha condições pessoais de atender, né. Seria um tipo de relação que não iria assim, funcionar. Quer dizer ia se estropiar (?) dentro do trabalho. Então eu discordei. (Encontro 4)

No início do trecho, Cintia lê em voz alta e, em seguida, analisa um item presente nas orientações da IAGP. A participante começa dizendo que concorda com o que está posto pela associação para logo depois indicar o ponto específico no qual sua opinião é contrária ao que acabara de ler, ou seja, ela não busca desqualificar totalmente e de imediato a diretriz, ao invés disso, salienta o que julga interessante: “*Eu penso que é um dever sim*”. Concomitante a essa valorização da orientação, ela acrescenta uma exceção à mesma por meio da conjunção adversativa mas – “*mas se ele verificar que num tá dentro das condições*”. Desse modo, encontra um jeito polido de apresentar uma contraposição ao mesmo tempo em que procura manter um diálogo com outros participantes que por ventura apresentassem uma visão semelhante à da IAGP.

Sendo assim, podemos dizer que Cintia ofereceu uma resposta que contrariava a recomendação ética que tinha em mãos. Contestar diretrizes estabelecidas por associações organizadas, especialmente para gerar este tipo de reflexões, exigiu que a participante se esforçasse em sua fala e criasse, portanto, justificativas para sua opinião divergente. Cintia

realiza este movimento recorrendo em seu enunciado a uma experiência que sua colega de trabalho vivenciou. Para tanto, usa a partícula “*até*” para descrever que se lembrou desse episódio naquele momento particular de conversa “*Eu até lembrei de uma vez que aconteceu algo nesse sentido*”, o que produz um sentido de espontaneidade. Esse sentido previne o entendimento e a possível acusação de que se trata de uma argumentação planejada, criada para convencer os outros. Potter (2000) denomina a tentativa de supressão dessa noção pré-concebida, como uma inoculação de interesse. Dessa forma, ao gerar este senso de imprevisibilidade, vemos Cintia apresentando um contra-interesse em combater ferreamente as orientações éticas em discussão.

Sua narrativa envolve os interlocutores sendo que um deles, na tentativa de acompanhar o relato, interrompe Cintia em sua descrição para realizar uma formulação (“*Péra um pouquinho, você está falando que a paciente se apaixonou pelo segurança*”), ou seja, resumir o que foi dito e se certificar que seu entendimento corresponde ao que foi expressado. Portanto, ao detalhar a história, esta participante retira por alguns instantes o foco da conversa em relação à oposição direta que estabeleceu com a recomendação ética, e convida os ouvintes a investigarem o exemplo que traz. Nesta descrição, Cintia acrescenta detalhes para contextualizar a história, porém não esclarece a forma como a problemática em questão se estruturou, apenas a introduz – “*e acabou que*”. Ao anunciar a postura ética adotada pela profissional, esta mesma participante utiliza a voz ativa e a citação direta (Wooffitt, 1992 como citado em Potter, 2000) de forma a criar um senso de veracidade à história que narra (“*então aí ela falou ‘Não vou atender, não tem condições porque eu não gosto dela enquanto pessoa. Não vou fazer isso’.*”).

Cintia, por fim, encerra seu enunciado completando que a conclusão a que chegara quanto à orientação ética que leu se justificava não só por opiniões pessoais, mas também pela vivência de outras pessoas. Portanto, por meio desta construção ela apresenta outras pessoas

diferentes que narram o mesmo fato de forma semelhante, o que, por sua vez, legitima a sua ideia já que gera consenso e corroboração (Potter, 2000).

Por meio desse fragmento, foi possível identificar que a função “Problematizando o estabelecido” oferece aos falantes certa legitimidade para poder se apresentar, se afirmar e contestar argumentos que já se encontram fortemente validados perante a sociedade. Por conseguinte, é possível dizer que o jeito que tais membros do grupo encontraram para fundamentar colocações pessoais e apresentar outros sentidos éticos que divergem do que é oferecido pelos códigos éticos foi apresentar nesta mesma conversa outras pessoas que, com sua vivência pessoal, pudessem assegurar os apontamentos realizados.

Por fim, após a apresentação da análise destes extratos, observamos que a prática discursiva de Manejo da Pessoalidade foi utilizada em espaços que dialogam sobre ética, ao mesmo tempo, para promover uma conversa equilibrada, legitimadora, respeitosa, sensível à diversidade de versões, bem como, favorável à construção de identidades satisfatórias para os envolvidos. Mas, por outro lado, também vimos tal prática, paradoxalmente, contribuindo para a construção desse mesmo contexto conversacional que se busca atenuar: uma conversa ética construída como polêmica, delicada, pautada em padrões pré-determinados, circunscrita a um diálogo fiscalizador dos erros e acertos éticos, bem como suscetível a julgamentos e críticas. Assim sendo, vemos o Manejo da Pessoalidade alimentando determinados efeitos e respectivos contra-efeitos em um mesmo espaço interacional, pois ao visar a promoção de um espaço dialogicamente harmônico, acaba curiosamente posicionando-o como tenso. No próximo capítulo, ampliaremos essa discussão.

8. Conversando com a pesquisa: reflexões em questão

Diversos apontamentos são tecidos quando percorremos os caminhos de uma pesquisa. Por isso, neste capítulo que se pretende ser final, gostaríamos de sistematizar algumas compreensões que foram construídas ao longo deste percurso. Contudo, ao propormos estas ponderações, pensamos que o que se acredita ser final, nada mais é do que uma ponte para novas e inusitadas reflexões.

Assim sendo, nesta partilha de considerações, o/a convidaremos ao diálogo no que se refere à complexa temática discorrida nesta pesquisa, bem como ofereceremos reflexões que podem se tornar novas oportunidades investigativas sobre este campo temático que, conforme vimos, é tão vasto.

Para tanto, apresentaremos as conversas que podemos iniciar com a análise aqui oferecida, o que tais compreensões podem sugerir para se pensar a ética, o estilo comunicativo estabelecido, suas implicações identitárias e políticas, bem como uma revisão da nossa participação neste processo investigativo. Sigamos, portanto, rumo à apreciação do caminho percorrido.

8.1. Manejo da Pessoalidade como prática discursiva: repensando a ética

Ao longo dos extratos selecionados para análise, pudemos observar como as participantes do grupo usaram a linguagem para manejarem a apresentação de si em conversas profissionais sobre ética em grupo e, consequentemente, alcançaram determinados efeitos na interação. Nos trechos escolhidos, é possível perceber como o uso da prática discursiva por nós denominada como Manejo da Pessoalidade nas conversas sobre ética permitiu lidar com divergências, buscar novos adeptos em meio à diversidade de argumentos apresentados,

justificar a própria postura profissional, problematizar orientações éticas e validar outros sentidos éticos diante destas.

Por meio do uso freqüente da Pessoalidade nestas conversas, podemos considerar esse jeito de conversar como uma forma que os participantes encontraram para cuidar da impressão que o interlocutor vai delineando sobre cada um durante a conversação. Ao apresentar determinada colocação na interação como pertencente ao campo pessoal, aquele que assim o faz aumenta sua responsabilidade pelo que é dito, e, conforme nos apontou Goffman (1970), ela também garante que a conversa possa acontecer de modo a preservar a si mesma. Isso se torna possível, pois ao tomar para si o que se diz, o interlocutor está, ao mesmo tempo, convidando o outro a um respeito mútuo para aquilo que é classificado como sendo de cada um.

Por outro lado, também observamos neste movimento o esforço dos envolvidos em apresentarem-se de forma polida uns para com os outros. Se retomarmos o que recordamos sobre Brown e Levinson (1987) em nossas reflexões iniciais, percebemos que o Manejo da Pessoalidade pode ser utilizada na interação como uma oportunidade para afirmar que assim como um apontamento pessoal pode ser oferecido, outras considerações sobre o mesmo assunto também podem ser ditas o que, por sua vez, é um mecanismo de cuidado com o outro por meio do convite à sua voz.

Assim sendo, se por um lado, ao se apresentar na conversa, aumenta-se a responsabilidade pelo que é dito e, proporcionalmente, constrói-se uma autorização para se expressar; por outro lado, a posição pessoal favorece a apresentação do próprio enunciado como uma opção e, com isso, o convite a uma co-responsabilização quanto ao assunto em discussão.

Sobre isso, consideramos que nas situações conversacionais em que o Manejo da Pessoalidade favorece a abertura de um espaço para o outro falar, também pode estar

acontecendo um convite a uma construção conjunta sobre algum sentido. Nessa lógica, os interlocutores procuram evitar uma afirmação única de sentidos e, consequentemente, uma responsabilização individual pelas conclusões a que se chegam, principalmente quando o assunto em questão é posto como delicado. Sendo assim, quando o manejo da pessoalidade é utilizado para abrir espaços conversacionais, poderíamos dizer que, em alguns casos, os interlocutores estão buscando construir uma co-responsabilidade pelo que está sendo produzido na conversa.

Logo, de uma forma geral, vemos a apresentação de si sendo utilizada em momentos nos quais os participantes queriam assegurar um lugar na conversa em que pudessem ser ouvidos sem críticas e, de certo modo, promover uma investigação de sentidos sobre ética que fosse compartilhada com os demais.

Contudo, em sintonia com o que nos dissera Kerbrat-Orecchioni (2006) a respeito da necessidade de revisar modelos de interação classificados por ela como pessimistas, vemos em nossa análise que o uso de recursos linguísticos que geravam a construção de uma posição pessoal, permitia não só que possíveis ameaças à identidade dos interlocutores presentes na interação fossem atenuadas, mas também favorecia que estes se posicionassem na conversa de modo a resguardarem a autoridade sobre o seu falar. Ou seja, o direito de se expressarem e serem legitimados permitia a difusão de um senso de proximidade entre os participantes que falavam a partir de si mesmos, o que, por sua vez, requeria cuidado, acolhimento e respeito dos demais diante do que fosse dito. Além do mais, o manejo da pessoalidade privilegiou uma visão dos interlocutores como pessoas abertas ao diálogo, às múltiplas vozes e sentidos, como capazes de elaborar justificativas plausíveis para seus respectivos posicionamentos, bem como aptos a refletir sobre discursos sociais e a oferecer novas possibilidades de significação ética.

De modo geral, constatamos que a Pessoalidade manejada pelos participantes desta pesquisa durante as conversas propostas, acontecia por meio de recorrentes colocações que antecipavam ao ouvinte o lugar a partir do qual eles faziam determinados apontamentos, o pessoal. Para tanto, eles se valeram de expressões verbais do tipo “*eu acho*”, “*eu acredito que*”, “*eu proponho isso*” e “*eu penso assim*”, bem como de locuções adverbiais, tais como “*pra mim*”, “*particularmente*” e “*na minha opinião*”.

Assim sendo, avaliamos que ao longo das sequencias conversacionais analisadas o uso destes marcadores lingüísticos buscava garantir certas características para a conversa, para o outro, bem como para si mesmo. No que se refere à conversa, tais recursos conversacionais visavam assegurar um diálogo que fosse aberto à pluralidade de sentidos e que buscasse ampliar discursos, muitas vezes, restritos ao binômio certo-errado. Isso se tornou possível uma vez que, ao delimitar o que é dito como sendo uma opinião, isso dá margens para a acolhida de outras apreciações e, assim, levá-las em consideração. Já em relação ao outro, o discurso da pessoalidade promove o reconhecimento e, ao mesmo tempo, um convite pelo que ele tem a dizer uma vez que, ao se apresentar constrói-se também um espaço para a apresentação do outro. Do mesmo modo, o posicionamento pessoal permite a preservação de si mesmo quanto a possíveis rotulações que poderiam emergir, como por exemplo: impositivo, arrogante, crítico, já que, ao dizer que se está tratando de uma afirmação pessoal, evita-se a generalização do entendimento e sua respectiva prescrição como um saber absoluto.

No entanto, é imprescindível notar que o Manejo da Pessoalidade só promove esses sentidos porque, conjuntamente a estas expressões que constroem um campo pessoal, marcadores verbais que indicam incerteza (“*não sei; eu posso estar até muito limitada “eu vou até olhar mais a respeito”*”), possibilidade (“*talvez; Mas lógico isso é da MINHA lista. E então se vocês quiserem*”), questionamentos (“*né?; sabe?; o que vc acha?*”), formulações (“*Péra um pouquinho, você está falando que [...]”*”), consenso e corroboração (“*“aham:: faz*

sentido, faz sentido mesmo”) também eram utilizados. Estes indicadores linguísticos, por sua vez, funcionaram nas interações como aberturas para que o outro pudesse surgir na conversa e, com isso, compartilhar versões de sentido. Em situações nas quais a Pessoalidade era partilhada com a apresentação explícita de outrem também vemos o resgate de relatos de outros funcionando como um mecanismo para a construção de consenso e corroboração diante da temática em questão.

Vemos, portanto, que neste contexto analisado, o Manejo da Pessoalidade era utilizado a fim de instigar uma conversa que estivesse atenta aos cuidados necessários a um diálogo investigativo, exploratório, compartilhado e curioso. Neste contexto, quanto à particularidade deste funcionamento, podemos destacar um dos pressupostos da Psicologia Discursiva - a situacionalidade. É este pressuposto que permite entendermos que os mesmos recursos linguísticos identificados nos extratos poderiam estar presentes em outras sequências conversacionais de modo a gerar um efeito contrário ao que aqui foi exposto, tal como a individualização dos sentidos, ou seja, trazer para a própria fala a noção de unicidade, verdade e universalidade.

Outro aspecto da situacionalidade do discurso, que vale destacarmos aqui como relevante para o entendimento do Manejo da Pessoalidade nestas conversas sobre ética em grupo, é referente às interações acontecerem entre psicólogos sendo mediados por profissionais desta mesma categoria. Sobre as implicações desse aspecto na conversa, desenvolveremos mais detalhadamente ao final da dissertação.

Também podemos apontar que essa recorrente busca pela construção da pessoalidade nestas conversas demonstra o quanto estabelecer diálogos sobre essa temática é posicionado como algo delicado e tenso. Diante disso, podemos considerar a Pessoalidade como um marcador lingüístico característico da construção da polemidade em conversas sobre ética. Desse modo, os diálogos neste campo conversacional, disposto como polêmico por meio da

incessante construção de si durante as falas, pode nos ajudar a entender porque as orientações éticas oriundas de códigos éticos, apesar de se anunciem como instrumentos de reflexão, oferecendo convites à problematização do próprio profissional, são fortemente consideradas pelas pessoas em conversação como narrativas mais verdadeiras, totalmente definidas e acabadas, sem oportunidades para ampliação do conhecimento ético e, por isso, tomadas como a única narrativa legítima possível.

Bauman (1997) e Gergen (1997), conforme resgatamos na revisão da literatura, nos apontam reflexões sobre o quanto isso tem resquícios quer seja em discursos românticos e/ou modernos sobre ética os quais procuram discriminar o certo e o errado como regras éticas transparentes e universais, bem como assegurar a certas pessoas e organizações como as mais capazes de ditar o adequado e o inadequado.

Diante dessa força que os discursos éticos já validados socialmente ganham na interação, não é tão fácil para as pessoas em conversação conviver com uma multiplicidade de sentidos que essa temática pode abarcar, os quais, por sua vez, poderiam favorecer até mesmo uma ampliação destas narrativas éticas supostamente bem definidas, caso fossem considerados como sentidos igualmente legítimos para se pensar este campo do conhecimento. Logo, na iminência de outras possibilidades de significação, proteger o que se diz sobre ética por meio do Manejo da Pessoalidade é uma forma que os interlocutores encontram para a convivência e coexistência dialógica de uma multiplicidade de entendimentos éticos, bem como para assegurar a construção de uma identidade satisfatória do ponto de vista profissional e social.

Por fim, ao enfatizar a análise da Pessoalidade nestas sequências interacionais, cabe a nós avaliarmos também as implicações dessa prática discursiva para o campo da ética de uma forma geral, bem como para se pensar os entendimentos éticos específicos aos contextos grupais. A apresentação de si mesmo nestas conversas também nos ajuda a pensar a ética

como algo construído e significado a cada relação, a cada encontro e não unicamente como algo já definido, prescrito, estabelecido a priori, mas como algo negociado situacionalmente. Assim, recorrer à Pessoalidade é uma forma que as interlocutoras encontram para lhes autorizarem a falar sobre ética além do que já é estabelecido convencionalmente.

Além disso, a forma de análise oferecida nesta pesquisa nos permite entender que falar de ética é falar de várias possibilidades, ou seja, ao adentrar neste âmbito conversacional a resposta parece não ser única, mas múltipla. Sendo assim, para lidar com essa variedade de sentidos presentes neste campo, recorre-se à apresentação de si mesmo como uma forma de proteger-se de críticas e, ao mesmo tempo, proteger-se de uma visão de que está sendo muito crítico ao que o outro fala, quando na verdade estamos falando de uma multiplicidade de sentidos procurando conversar entre si.

Logo, em conformidade com o que adiantamos nos capítulos de revisão de literatura, a análise do Manejo da Pessoalidade pode convidar os interessados na produção do conhecimento ético, especificamente sobre ética grupal, a compreender a ética também sob um olhar relacional ao invés de meramente prescritivo. Nossa análise procurou enfatizar o quanto as pessoas em interação procuram utilizar recursos conversacionais que fomentem um diálogo que seja sensível à diversidade, ao que é dito situacionalmente o que, necessariamente, significa falar e pensar questionamentos éticos a partir da perspectiva da ética relacional. Desta forma, podemos dizer que esta apreciação analítica nos permite visualizar, a nível empírico, o quanto as discussões éticas convidam a um diálogo entre diversas e diferentes descrições éticas, todas concebidas como possíveis e legítimas.

Além disso, por meio desse tipo de análise, podemos ampliar reflexões sobre o que socialmente é entendido como sendo algo pessoal. Pelo que foi desenvolvido aqui, recorrer a recursos lingüísticos referentes a uma pessoalidade pode ser compreendido como um jeito possível de oferecer sentidos que divergem de outros e que, ao mesmo tempo, não seja

criticado ou considerado como inviável e nem visto como imposições. Assim sendo, recorrer a discursos pessoais pode ser apreendido como o jeito que esses profissionais encontraram para lidar com uma variedade de sentidos disponíveis socialmente em um contexto de interação grupal que versava sobre a temática da ética em grupo.

Também acreditamos que esse estudo é um convite para se pensar nos desafios, limitações e potencialidades da promoção de uma inteligibilidade que seja grupal, ou seja, de formas de entendimentos que desnaturalizem a noção de *eu* e de relações como *coisas* a serem examinadas como a origem das ações (McNamee e Gergen, 1999). Dessa maneira, o lugar central que o relacionamento começa a ocupar não é visto apenas como um jogo ingênuo de palavras, mas como uma introdução de novas concepções e posturas que alteram a qualidade das conversações.

Neste sentido, a pesquisa realizada contribui para a promoção de uma linguagem grupal por meio da análise das micro práticas comunicativas estabelecidas em conversas grupais, neste caso em específico, sobre ética grupal. Logo, cabe apontar que futuras pesquisas sobre as características de conversações grupais, em diferentes contextos, bem como sobre temáticas variadas também seriam interessantes para esse processo de ampliação de uma inteligibilidade grupal.

No mais, se almejamos espaços de qualidade para uma discussão ampla a respeito da ética, os interessados na área também precisam ser capazes de compreender como a ética é concebida, manejada em uma conversação e de quais maneiras. A partir disso, tornar-se-á possível a promoção de oportunidades dialógicas que venham de fato favorecer um aprofundamento deste campo temático e, quem sabe, a promoção de novas políticas de formação tendo em vista que a análise nos permitiu visualizar, empiricamente, as limitações de uma perspectiva em ética que, muitas vezes, tratam-na como meramente um produto a ser absorvido automaticamente.

Por fim, podemos apontar esta pesquisa como um veículo para a afirmação de que se considerarmos o grupo como uma ferramenta de trabalho possível ao campo psicológico, então os pesquisadores e profissionais precisam ser capazes de levantar minimamente apontamentos sobre ética grupal, tal como esse estudo procurou fomentar.

8.2. Conversas sobre ética: uma arena para a construção de identidades sociais e ressignificação do conflito

Após a discussão dos aspectos do funcionamento das interações analisadas, em suas diversas variações, podemos realizar neste momento uma avaliação geral do estilo comunicativo estabelecido neste contexto de pesquisa.

Primeiramente, é importante destacar o quanto as conversas, de uma forma geral, são lugares em que pontos de vista distintos se presentificam, constituindo uma arena de acordos e conflitos. Neste espaço heterogêneo e de trocas enunciativas, observamos visões de mundo sobre o mesmo assunto sendo contrapostas. E, neste movimento de manifestação de versões diversificadas, a fala se torna uma oportunidade para que a identidade se configure.

Antaki, Condor e Levine (1996) nos ajudam a entender a identidade como uma construção lingüística que permite o posicionamento da pessoa na conversa conforme a interação vai acontecendo. Widdicombe (1995), por sua vez, aponta que a identidade é constituída pelas posições que as pessoas vão adotando nos diferentes discursos, bem como sendo dispostas pelos outros em um encontro. Neste sentido, a identidade é concebida como uma construção flexível e totalmente dependente do contexto interacional. Assim sendo, diferentes identidades vão se delineando conforme novas demandas conversacionais vão surgindo.

Este entendimento da identidade não mais como uma percepção e/ou cognição intacta em um mundo supostamente objetivo, nos convida a compreendê-la como um processo pelo qual a mesma pessoa pode apresentar diferentes formas identitárias em uma única conversa dependendo do momento em que é invocada.

No contexto específico das conversas sobre ética, notamos que em meio à presença polifônica de vozes, havia esforçadas tentativas dos interlocutores a fim de manter uma identidade estável que desarticulasse, ao menos parcialmente, os conflitos que ameaçavam surgir a qualquer instante do desenvolvimento da interação. Pudemos analisar também o quanto o Manejo da Pessoalidade nestas conversas era utilizado com o propósito de reduzir ao máximo os antagonismos potenciais entre os participantes sem, com isso, impedir a exposição dos entendimentos que eles traziam a respeito das questões éticas.

Sobre isto, Gergen (1989) nos antecipa que as descrições pessoais podem ser fortes e válidas justificativas para que o que uma pessoa diz seja acreditado. Assim sendo, este autor pontua que uma das formas possíveis de se garantir a própria voz nas situações do dia a dia, bem como certo poder na vida social, está justamente no uso de descrições sobre si mesmo em suas variadas performances.

Diante dessa dimensão política da identidade presente nas conversas sobre ética, podemos pontuar as diferenças culturais no que se refere ao entendimento e formas como as diferentes sociedades lidam com os conflitos que surgem quando nos colocamos em relação. Kakavá (2001) coloca que no passado, os estudos sobre conflito não receberam tanta atenção, em parte, porque era visto até então como um tipo de discurso desordenado. Apesar disso, vemos um crescente número de pesquisas que propõem a investigar como as identidades são constituídas por meio dos conflitos, bem como a maneira pela qual ideologias são construídas e refletidas em conversas conflituosas.

Conforme Kerbrat-Orecchioni (2006) aponta, algumas culturas se caracterizam pela constante busca do acordo, bem como do desarmamento de quaisquer oportunidades conflituosas em uma interação. Nestas sociedades, como a japonesa, evita-se de todo modo exprimir diretamente um desacordo. Por outro lado, há também aquelas culturas nas quais as pessoas se mostram muito mais tolerantes para com a comunicação conflituosa. Como exemplo, temos as sociedades israelenses, nas quais as discussões não são vistas como uma ameaça à interação social, mas sim como importantíssimas para a sociabilidade. Sendo assim, podemos falar em culturas que apresentam um estilo comunicativo consensual, enquanto outras optam por um estilo conflitual.

Pela análise que efetuamos das conversas sobre ética grupal, foi possível perceber que o Manejo da Pessoalidade se tornou um mecanismo interessante para que as participantes dificultassem o surgimento explícito de conflitos e, assim, se sentissem confortáveis durante o diálogo. Deste modo, podemos situar tais conversas pelas recorrentes tentativas de promover um acordo. Contudo, podemos considerar que apesar das participantes da conversa lidarem com o conflito como algo delicado, este não foi totalmente evitado. Pelo contrário, elas buscaram encontrar recursos lingüísticos, como o uso da pessoalidade, que dessem voz a este conflito sem que, com isso, a conversa paralisasse.

É interessante destacar neste instante, que tanto fatores micro como macrossociais contribuem para a escolha de um jeito de conversar que seja interessante para o manejo do conflito (Kakavá, 2001). No nosso caso específico, em que a conversa entre psicólogos tinha como pauta a questão ética, podemos elencar diversos fatores que favoreceram o uso da Pessoalidade. Dentre os aspectos microssociais, podemos apontar o fato da conversa acontecer em grupo e ser mediada por pesquisadores que convidam as pessoas a falarem a partir do lugar da pessoalidade, fatores estes que discutiremos detalhadamente mais adiante. No que se refere aos aspectos macrossociais, é possível destacar, conforme já discorremos, a

autoridade do discurso da pessoalidade em uma cultura social e psicológica que valoriza por um lado, o individualismo, a autoria e autonomia e, por outro lado, a diversidade e o respectivo respeito a essa emergente pluralidade de versões e formas de existência.

Por fim, embora acreditamos que certa dose de entendimento e acordo entre os interlocutores seja necessária para o prosseguimento da interação, a análise oferecida se torna uma oportunidade para ressignificarmos o sentido de conflito, bem como de diálogo. Recorrendo novamente a Deetz e White (como citado em McNamee & Gergen, 1999), a ética é uma questão para além de explicações simplesmente biológica, psicológica ou sociológica, e que envolve uma promoção da responsividade. Estas reflexões aqui propostas podem contribuir justamente para esta compreensão da ética na conversa, bem como para gerar reflexões sobre como podemos entender a dialogicidade não só como um movimento harmônico, mas como um processo conversacional que também considera as contraposições, divergências e ofertas de diferentes possibilidades de significação como potencialmente dialógicas.

8.3. Ética relacional, Grupos e Manejo da Pessoalidade: afirmando-se na diversidade

Neste momento, gostaríamos de refletir sobre os principais pontos temáticos que alicerçaram nossa pesquisa, bem como sistematizar os entrelaçamentos que eles nos convidam. Como é possível perceber, ao longo dos capítulos iniciais, caminhamos rumo a uma compreensão ampliada sobre a ética relacional e suas implicações para se pensar a ética em grupos. Neste trajeto, optamos por analisar de forma mais detalhada a maneira como as pessoas conversam sobre ética. Quanto a este foco no funcionamento da conversa, aguçamos nosso olhar para o fenômeno da interação concebido como Manejo da Pessoalidade. Assim, neste espaço pretendemos oferecer tais reflexões de um modo mais ampliado.

Nos extratos analisados, identificamos que os participantes, em vários momentos, se afirmaram na diferença, quer seja na divergência de sentidos entre as pessoas da conversa ou até mesmo diante de discursos sociais mais amplos, mantendo uma dialogicidade durante contraposições e também em momentos de apresentações de diversas possibilidades de significação. Contudo, nas interações em que os profissionais buscavam apresentar sentidos alternativos para as orientações éticas de associações compostas por profissionais que estudam e trabalham com grupos, observamos uma particularidade nesse movimento de apresentação no qual eles recorriam a vozes de terceiros para validar seu posicionamento. A reflexão que podemos oferecer a este aspecto está em pensar o quanto as pessoas em interação, muitas vezes, encontram dificuldades para problematizar discursos prontos e legitimados socialmente o que, por sua vez, é construído como um processo delicado, mas que as pessoas acabam encontrando um jeito possível de introduzir questionamentos, sem se comprometer.

Neste sentido, é possível retomar a revisão de literatura, particularmente o capítulo reservado para a apresentação da ética relacional, que reflete a ética na perspectiva construcionista social de produção do conhecimento e que acredita que esta decorre de uma atenção especial com o diálogo, o qual precisa convidar todas as vozes envolvidas, bem como legitimar a multiplicidade de descrições éticas oferecidas. Sendo assim, podemos avaliar que, pela análise da construção de si na conversa em suas diversas variações, as participantes se ocuparam ao longo dos encontros grupais com o cultivo de um diálogo que fosse fluido, que promovesse a co-responsabilização de todos e que fornecesse aberturas ao diferente.

Logo, ao avaliar o modo como as participantes falaram sobre ética pudemos observar o quanto elas procuraram se mostrar sensíveis às demais na conversa recorrendo, especificamente, a uma característica da linguagem que concebemos como o manejo da pessoalidade. Cabe ressaltar aqui, que a construção desse ambiente acolhedor, se deve ao fato

de neste contexto interacional a introdução da pessoalidade mostrar-se não mais com o interesse de individualizar as descrições e, assim, impedir o diálogo. Pelo contrário, o Manejo da Pessoalidade neste espaço promovia uma autorização para que outras apresentações também pudessem ser ditas e ouvidas. Assim sendo, podemos conceber o uso da Pessoalidade nestas conversas sobre ética como uma forma encontrada, tanto pelos participantes quanto pelos pesquisadores, de promover uma ética relacional, a qual está sempre voltada ao acolhimento de uma variedade de entendimentos que surgem em uma situação interacional.

Diante dessas informações que a análise foi nos oferecendo, podemos destacar um aspecto curioso deste jeito de conversar estabelecido entre as participantes. A busca pela construção da pessoalidade nestas interações pode nos indicar o esforço que os interlocutores precisam tomar para que sejam minimamente escutados e acreditados. Com isso, não almejamos afirmar que o Manejo da Pessoalidade é uma forma de garantir ouvidos atentos e acolhedores. Porém, ainda assim, podemos considerar esta prática discursiva como uma, dentre tantas outras formas, de se criar condições para uma escuta aberta à multiplicidade de sentidos.

Ao trazermos estas reflexões para o campo da ética em grupo, a análise do Manejo da Pessoalidade se torna ainda mais relevante porque a metodologia grupal envolve justamente uma diversidade de pessoas que podem ou não apresentar diversos sentidos éticos. Dessa maneira, o sentido de avaliação moral do outro pode se agravar uma vez que a crítica neste contexto relacional também ganha coro e força. Assim, a retórica do posicionamento pessoal torna-se um recurso interessante para lidar com a polivocalidade que pode surgir neste contexto conversacional grupal.

Portanto, consideramos que o Manejo da Pessoalidade na conversa sobre ética em grupo é uma forma de lidar com o não-consensual. Isto é, com aquilo que é da ordem da multiplicidade. Assim sendo, ao adotarmos a ética como sendo relacional e ao aplicá-la às

práticas grupais estamos valorizando a diversidade de sentidos, ou seja, a convivência de variadas vozes em um contexto interacional. Diante dessa realidade, a posição pessoal torna-se uma maneira possível para legitimar a si mesmo e, ao mesmo tempo, validar tantas outras descrições que podem surgir em um diálogo.

Por último, é imprescindível ressaltar que essas tentativas de se afirmar na diversidade, por meio do Manejo da Pessoalidade, podem nos indicar o quanto ainda não nos é tão confortável ampliar possibilidades de significação, bem como suplantar discursos que visam classificar ou um entendimento, ou outro, sem oferecer margens para a lógica da polivocalidade, principalmente quando o assunto é ética. Logo, vemos os esforços de uma cultura profissional que busca lidar de maneira acolhedora e dialógica com a diversidade que bate à porta.

O entendimento de que a ética não pode mudar conforme o contexto, quer seja ele histórico, social, relacional e cultural, pode ser compreendido através de um paradigma de se fazer ciência e entender o mundo, fundamentado por uma visão de objetividade, estabilidade, simplicidade e universalidade. Entretanto, ao adentrarmos para os espaços conversacionais reservados para uma reflexão ética, percebemos a complexidade que circunda este campo temático. É neste contexto que vislumbramos uma pluralidade de sentidos que já não pode ser evitada, cabendo, portanto, aos que aí se aventuram manejá-las de alguma forma.

Diante dessas considerações, avaliamos como necessário a construção de um entendimento ético processual que desperte no psicólogo o interesse em vivenciar formas de intervenção em seu contexto profissional, que não só o possibilite apresentar uma conduta ética, mas que também o sensibilize para a reflexividade, complexidade e instabilidade que caracteriza este campo temático.

8.4. Metodologia Grupal como ferramenta para a produção relacional do conhecimento ético

No presente estudo, ao empreendermos uma metodologia que privilegia a produção relacional do conhecimento e discussão ética, valorizamos uma proposta política sedimentada no entendimento da importância das relações, em contraponto com a individualização moderna do sentido, viabilizando uma prática relacional como possibilidade de co-produção de sentidos e, consequentemente, salientando a conversação pautada pela dialogia como prática produtora de realidades. Assim, estamos ao mesmo tempo produzindo conhecimento sobre como produzir conhecimento e consolidando formas participativas e democráticas de debate sobre questões que muitas vezes são relegadas a Outros importantes, incorporando portanto a noção de prática política como possibilidade do cotidiano.

Na perspectiva construcionista, o interesse está no modo como os enunciados funcionam sendo esse funcionamento sedimentado em práticas sociais. Nesse sentido, a metodologia do presente estudo coaduna-se com esse preceito, pois enfoca os sentidos gerados em processos micro-grupais. Com isso, situamos o projeto acadêmico e profissional no tocante à problematização e estudo da ética como um processo de criação constante, inserido em uma troca conversacional/relacional que incorpora os sentidos específicos das vivências pessoais e profissionais dos participantes das rodas de conversa. Assim, promovemos nos participantes da pesquisa um senso de autoria a respeito do tema, na medida em que os mesmos se sentiam autorizados, por meio do Manejo da Pessoalidade, a criticar, elogiar, desfazer e refazer, eles mesmos, o conteúdo das várias éticas que iam surgindo de acordo com o fluir da conversa.

Valorizamos, portanto, ao escolher o grupo como locus de produção de conhecimento, o entendimento de que o sentido sobre o que é o mundo, e também sobre o que ele não é, é gestado relationalmente. Produzimos tal efeito ao viabilizar as trocas por meio do dispositivo grupal, possibilitando diferentes contextos e incentivando as falas dos participantes por meio

de estratégias específicas como a equipe reflexiva e pela coordenação baseada em uma proposta dialógica. Os encontros foram planejados com cautela e antecipadamente pensados para por em prática meios possíveis para incentivar e disparar as conversas.

Em função do background teórico e vivencial dos coordenadores, da organização e formação dos grupos, tendo em vista a antecipação de se tratar de uma pesquisa, que seria áudio-gravada, das relações prévias existentes entre os participantes e coordenadores, aos meios de divulgação, enfim, várias características específicas da construção das interações, podemos visualizar algumas delimitações que orientaram os resultados obtidos no processo de conversação sobre ética. Esse aspecto, antes de ser algo limitador e impeditivo para a pesquisa, mostra-se como o resultado vivo do modo como o construcionismo social comprehende a produção de conhecimento, sendo marcado por interesses, implicações e socialmente comprometida com movimentar sentidos, produzindo novas formas de se pensar e organizar a vida como consequência disso.

Com isso, acreditamos ser a abordagem metodológica colocada em prática por nós, como uma possibilidade interessante de construção e movimentação de sentidos, valorizando o dispositivo grupal como área privilegiada para discussão de temas importantes e complexos como a ética. Diante disso, consideramos importante finalizar apontando que a escolha de uma metodologia de pesquisa precisa ser realizada de modo cuidadoso tendo em vista que o tipo de conhecimento que será produzido está intrinsecamente relacionado a tal escolha metodológica.

8.5. Psicólogos em conversa: implicações metodológicas da participação na pesquisa

Diante das reflexões apresentadas, consideramos pertinente adentrar no âmbito da Psicologia a fim de refletir como os profissionais dessa área procuram se posicionar em

contextos dialógicos, bem como analisar as implicações desse estilo conversacional no que se refere especificamente às conversas estabelecidas ao longo dessa pesquisa.

Socialmente, muitos consideram a escuta como uma ferramenta característica do trabalho psicológico. Colocar o psicólogo neste lugar social significa caracterizar seu trabalho como uma espécie de acompanhamento dos fenômenos que emergem no cotidiano e seu respectivo acolhimento. Oliveira, Guanaes e Costa (2004), ao refletirem sobre a Teoria do Posicionamento, nos levam a pensar que o grupo social ao qual pertencemos exerce um efeito não só possibilitador, mas também limitante sobre nossas perspectivas de ações. No entanto, apesar de se recorrer a discursos sociais mais amplos, a posição adotada em uma interação se efetua no momento real da conversa em que, por meio da participação ativa da pessoa na escolha e negociações dessas posições, surgirão novos significados e arranjos de identidade.

Tendo esses apontamentos em vista, é possível perceber que nas conversas sobre ética em grupo, entre psicólogos sendo mediados por profissionais desta mesma categoria, uma postura de escuta do outro se fortaleceu por meio de freqüentes convites para se falar a partir de uma pessoalidade. Quer seja pedindo para que os participantes falassem sobre experiências pessoais ou até mesmo elaborando perguntas que em sua estrutura reforçava-se a centralidade do discurso pessoal, como por exemplo “*Quais são as 10 palavras que, pra você, representam a ética?*”, nos damos conta do quanto entre psicólogos há uma valorização da posição pessoal. Por outro lado, vemos também o quanto este interesse e expectativa pelo Manejo da Pessoalidade foi adotado pelos psicólogos, mediadores de uma prática grupal, como uma maneira de se posicionar não mais como aquele profissional que encerra uma discussão, ou seja, como aquele que possui a resposta definitiva para a questão em discussão por ser posicionado como o único detentor do saber desenvolvido na conversa.

Quanto a isto, Myers (1997) ressaltou em seus estudos que, mesmo havendo expectativas de que o moderador de um grupo venha definir as falas mais adequadas,

reconhecê-las publicamente, bem como interpretá-las, o uso desta posição social a fim de encorajar o desacordo, o conflito e a pluralidade pode facilitar a apresentação de respostas não-preferíveis por parte dos participantes de uma conversa. Isto é, mesmo quando o preferível seja concordar com o que o parceiro conversacional apresenta, bem como com o que um código socialmente adotado oferece, o uso da função de mediador como uma maneira de autorizar as multiplicidades de sentidos que por ventura podem surgir na conversa, acaba por oferecer um espaço para que respostas não tão esperadas tenham liberdade para aparecer.

Perante essas constatações, resgatamos o que a Psicologia Discursiva fala sobre a situacionalidade institucional do discurso. Isto é, as identidades institucionais desenvolvidas na interação, bem como as tarefas propostas no contexto conversacional de pesquisa são relevantes para se avaliar o recorrente uso da Pessoalidade nestes espaços.

O assunto da ética, o contexto de pesquisa e a identidade profissional tradicionalmente imposta e assumida pelos psicólogos, os quais, muitas vezes, envolvem apontamentos sobre discursos mais adequados, bem como sobre respostas desadaptadas, parecem promover uma sensação de constante avaliação. Desse modo, observamos que o apresentar-se na conversa permitia certo alívio tanto para os participantes da pesquisa que se sentiam autorizados a falar o que pensavam, quanto para os pesquisadores que assim podiam se posicionar como pessoas curiosas, que não estariam ali para avaliar os demais, bem como interessadas em ampliar conversas, muitas vezes, restritas ao binômio erros e acertos.

Por fim, podemos afirmar que este jeito de conversar analisado durante essa pesquisa, no qual as pessoas estão freqüentemente se apresentando ao dizerem sobre ética, promove uma ressignificação quanto ao que entendemos por psicologia, grupos, ética, pessoalidade, diálogo, conflito e conversa. Esperamos ter facilitado este processo de (des-) construção destes sentidos por meio das contribuições reflexivas que foram oferecidas ao longo deste material.

9. Referências

- Alonso, F. R. (2002). Revisitando os fundamentos da ética. In J. A. A. Coimbra (Ed.), *Fronteiras da ética*, (pp. 75-119). São Paulo: SENAC.
- American Group Psychotherapy Association, National Registry of Certified Group Psychotherapists. (2002). *AGPA and NRCGP guidelines for ethics*. Acessado em 26 jan. 2005, de <http://www.grouppsinc.org/ethicalguide.html>.
- Andersen, T. (1999). *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS/ITF.
- Anderson, H. (1997). *Conversation, language and possibilities. A postmodern approach to therapy*. New York: BasicBooks.
- Andrade, A. N., & Moratto, H. T. P. (2004). Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), 345-353.
- Antaki, C., Condor, S., & Levine, M. (1996). Social Identities in Talk: Speaker's Own Orientations. In J. Potter (Ed.), *Discourse and Psychology* (Vol. 2, pp. 21-43). Londres: Sage Publications.
- Association for Specialists in Group Work Executive Board. (1998). *Association for specialists in group work best practice guidelines*. Acessado em: 26 jan. 2005, de <http://www.asgw.org/best.htm>.
- Bakhtin, M. (1981). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- Bauman, Z. (1997). *Ética Pós-Moderna*. (J. R. Costa, Trad.) São Paulo: Paulus.
- Becker, C., Chasin, L., Chasin R., Herzig, M., & Roth, S. (1999). Do debate estagnado a uma nova conversação sobre questões controversas: um relato do projeto de conversação pública In: D. F Schnitman & S. Littlejohn (org.) *Novos paradigmas em mediação* (pp.259-273). Porto Alegre: ArtMed.
- Billig, M. (1987). *Arguing and Thinking: A Rhetorical Approach to Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brabender, V. (2007) The ethical group psychotherapist: A Coda. *International Journal of group psychotherapy*, 57 (1), 41- 47.
- Brown, P., & Levinson, S. C. (1987). *Politeness: some universals in language*. (2^a ed.) Cambrige: Cambrige University Press.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. Londres: Routledge.
- Carey, G. (1983). Considerações éticas no uso das técnicas de grupo. In G. Carey, *Técnicas de grupo* (pp. 38-61). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Conselho Regional de Psicologia/ SP. (2005). Novo código para novos tempos. *Jornal de Psicologia*, 145, 06-07.
- Debiak, D. (2007). Attending to diversity in group psychotherapy: na ethical imperative. *International Journal of Group Psychotherapy*, 57 (1), 1-12.
- Diehl, R., Maraschin, C., & Tittoni, J. (2006). Ferramentas para uma Psicologia Social. *Psicologia em Estudo*, 11 (2), 407-415.
- Dimenstein, M. D. B. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5, 95-121.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, 115, 139-157.
- Edwards, D. (2004). Psicologia Discursiva: teoria da ligação e método com um exemplo. In L. Inigues (org.), *Manual de análise do discurso*. (pp.181-205). Petrópolis: Vozes.
- Edwards, D. (2007). Managing subjectivity in talk. In A. Hepburn & S. Wiggins, *Discursive research in practice* (pp. 31-49). Cambridge: Cambridge University Press.
- Edwards, D. & Potter, J. (1992). *Discursive Psychology*. Londres: SAGE.
- Edwards, D., & Potter, J. (2005). Discursive psychology, mental states and descriptions. In Molder, H., & Potter (2005). *Conversation and Cognition*. (pp. 241-259). Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferrer, J. J., & Álvarez, J. C. (2005). *Para fundamentar a bioética. Teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola.
- Galembeck, P. T., & Carvalho, K. A. (1998). Marcadores de preservação da face na fala culta de São Paulo e do Rio de Janeiro. *Intercâmbio*, 2, 155-165.
- Gans, J. S., & Gans, N. F. (2008). Wait, wait!...Do tell them and do it now! *International Journal of Group Psychotherapy*, 58 (1), 119-123.
- Gergen, K. J. (1989). Warranting Voice and the Elaboration of the Self. In J. Potter (Ed.), *Discourse and Psychology* (Vol. 1, pp. 95-104). Londres: Sage Publications.
- Gergen, K. J. (1997). *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. Londres: SAGE.
- Gergen, K. J. (2006). Posmodernismo, yo relacional e mais além. In K. J. Gergen, *Construir la realidad* (pp. 207-231). Buenos Aires: Paidós.
- Gill, R. (2002). Análise do discurso. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Ed.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (P. A. Guareschi, Trad., pp.244-270). Petrópolis: Vozes.

- Goffman, E. (1970). *Ritual de La interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporâneo.
- Goffman, E. (1981). *Forms of Talk*. Oxford: Basil Blackwell.
- Goffman, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. (M. C. S. Raposo, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Goolishian, H. A., & Anderson, H. (1996). Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In D. Schinitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (J. H. Rodrigues, Trad., pp.191-203). Porto Alegre: Arte Médicas.
- Gracia, T. I. (2004). O giro lingüístico. In L. Iñiguez, *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais* (V. L. Joscelyne, Trad., pp. 1-24). Petrópolis: Editora Vozes.
- Grandesso, M. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guanaes, C., & Japur, M. (2003). Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de self. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 135-143.
- Guanes, C., Rasera, E. F., & Japur, M. (2004). Psicologia, Ciência e Construcionismos: Dando Sentido ao Self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 157-165.
- Harré, R (1998). *The singular self: An introduction to the psychology of personhood*. London: Sage.
- Hepburn, A., & Wiggins, S. (2007). *Discursive Research in Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hough, G. (1992). When confidentiality mandates a secret be kept: a case report. *Journal of Group Psychotherapy*, 42 (1), 105-115.
- Iñiguez, L. (2004). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. (V. L. Joscelyne, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes
- International Association of Group Psychotherapy (2009). *Ethical Guidelines and Professional Standards for Group Psychotherapy*. Acessado em 01 de dez. 2011, de <http://www.iagp.com/about/ethicalguidelines.htm>.
- Kakavá, C. (2001). Discourse and Conflict. In D. Schiffrin, D. Tannen & H. Hamilton (Ed.), *The handbook of discourse analysis* (pp. 650 - 670). Malden, Mass: Blackwell
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2006). *Análise da Conversação: princípios e métodos*. (C. P. Filho, Trad.). São Paulo: Parábola.
- Knauss, L. K. (2006). Ethical Issues in Recordingkeeping in group psychotherapy. *International Journal of Group Psychotherapy*, 56 (4), 415-430.

- Lakin, M. (1991). Some ethical issues in feminist-oriented therapeutic groups for women. *International Journal of Group Psychotherapy*, 41 (2), 199-215.
- Lanza, M. L. & Staz, H. (1995). Researcher and clinician: role conflict and resolution. *Group*, 19 (2), 120-126.
- Lasky, G. B., & Riva, M. (2006). Confidentiality and privilege communication in group psychotherapy. *International Journal of Group Psychotherapy*, 56 (4), 455-476.
- Macnair-Semands, R. R. (2007). Attending to the spirit of social justice as an ethical approach in group therapy. *International Journal of Group Psychotherapy*, Nova Iorque, 57 (1), 61-66.
- Mackenzie, K. R. (1999). *Professional ethics and the group psychotherapist*. Recuperado em 7 jun. 2010, de http://www.groupsinc.org/pubs/gs_0499.html.
- Mangione, L.; Forti, R. & Iacuzzi, C., M. (2007). Ethics and Endings in group psychotherapy: saying good-bye and saying it well. *International Journal of Group Psychotherapy*, 57 (1), 25-40.
- Martins, S. T. F. (2003). Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. *Psicologia e Sociedade*, 15(1), 201-217.
- Marcuschi, L. A. (2007). *Análise da conversação*. (6^a ed.). São Paulo: Ática.
- McDivitt, K. L. (2001). Ethics in group work with children and adolescents. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences*, 61(12), p.4673.
- McNamee, S., & Gergen, K. J. (orgs) (1998). *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- McNamee, S., & Gergen, K. J. (1999). *Relational responsibility: resources for sustainable dialogue*. Thousand Oaks: Sage.
- Merta, R. J., & Sisson, J. A. (1991). The experiential group: an ethical and professional dilemma. *Journal for Specialists in Group Work*, 16 (4), 236-245.
- Myers, G. (1998). Displaying Opinions: Topics and Disagreement in Focus Groups. In J. Potter (Ed.), *Discourse and Psychology* (Vol. 1, pp. 369-397). Londres: Sage Publications.
- Oliveira, Z. M. R., Guanaes, C., & Costa, N. R. A. (2004). Discutindo o conceito de "jogos de papel": Uma interface com a teoria do posicionamento. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 69-80). Porto Alegre: Artmed.
- Pepper, R. S. (2002). Emotional incest in group psychotherapy. *International Journal of Group Psychotherapy*, 52 (2), 285-294.
- Pepper, R. S. (2004). Confidentiality and dual relationships in group psychotherapy. *International Journal of Group Psychotherapy*, 54 (1), 103-114.

- Pepper, R. S. (2007). Too close for comfort: the impact of dual relationships on group therapy and group therapy training, 57(1), 13-23.
- Pinney, E. L. (1996). Questões éticas e legais em psicoterapia de grupo. In H. I. Kaplan & B. J. Sadock (orgs.), *Compêndio de psicoterapia de grupo* (pp. 554-559). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Plenário do Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo. (s. n. ago.2005)*. Brasília.
- Potter, J. (2000). *Representing reality*. London: SAGE.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology*. London: Sage Publications.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1999). What does it mean to be a person? The person as discourse-user. In V. Burr (1995), *An introduction to social constructionism* (pp. 113-124). Londres: Routledge.
- Rasera, E., & Japur, M. (2007). *Grupo como construção social: Aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Votor.
- Roback, H. B. et al. (1992). Guarding confidentiality in clinical groups: the therapist's dilemma. *International Journal of Group Psychotherapy*, 42(1), 81-103.
- Roback, H. B. & Moore, R. F. (2007). On the Ethical Group Psychotherapist. *International Journal of Group Psychotherapy*, 57(1), 49-59.
- Shapiro, E. L., & Ginzberg, R. (2006). Buried Treasure: Money, Ethics and Countertransference in group therapy. *International Journal of Group Psychotherapy*, 56 (4), 477-494.
- Shotter, J. (2005). Acknowledging unique others: ethics, "expressive realism" and social constructionism. *Journal of Constructivist Psychology*, 18(2), 103-130.
- Spink, M. J. (2000). A Ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Psico*, 31(1), 7-22.
- Spink, M. J. (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P., Bernardes, J. & Menegon, V. S. M. (2006). *A Psicologia em diálogo com o SUS: Prática Profissional e Produção Acadêmica*. São Paulo: Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Ministério da Saúde.
- Strong, T., & Sutherland, O. (2007). Conversational ethics in psychological dialogues: Discursive and collaborative considerations. *Canadian Psychology/Psychologie canadienne*, 48(2), 94-105

- Vásquez, A. S. (1997). *Ética*. (J. Dell'Anna, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Weingarten, K. (1992). A consideration of intimate and non-intimate interactions in therapy. *Family Process*, 31, 45-59.
- Widdicombe, S. (1995). Identity, Politics and Talk: A Case for mundane and the Everyday. In J. Potter (Ed.), *Discourse and Psychology* (Vol. 2, pp.44-62). Londres: Sage Publications.
- Wiggins, S., & Potter, J. (2008). Discursive psychology. In Willig, C. & Hollway, W. (Eds). *Handbook of qualitative research in psychology* (pp. 72-89). London; Sage.

APÊNDICES

Apêndice 1: Anúncio de divulgação da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - CURSO DE MESTRADO



CONVITE

Considerando a importância de uma formação ética profissional, vimos por meio deste convidar você, psicólogo que esteja realizando práticas grupais em seu exercício profissional, a refletir conjuntamente sobre as questões éticas vividas na sua atuação profissional com grupos. Esperamos que a participação em uma série de encontros grupais de sensibilização sobre o tema possibilite um contexto de reflexão, aprendizagem e investigação no qual novos sentidos de ética em grupo possam surgir.

Esta proposta faz parte de uma pesquisa intitulada “Sentidos de ética nas práticas grupais em conversas profissionais” realizada por psicólogos da Universidade Federal de Uberlândia. Trata-se de uma pesquisa que busca investigar os sentidos de ética para profissionais que trabalham com grupos

Os interessados poderão enviar um email para emersonrasera@gmail.com.

Serão emitidos certificados de participação dos encontros.

Contamos com sua presença!

Emerson Fernando Rasera – Psicólogo e Professor da UFU

Flávia Miranda Oliveira – Psicóloga e Mestranda em Psicologia pela UFU

Mário José Bertini Silva de Jesus – Psicólogo e Mestrando em Psicologia pela UFU

Apêndice 2: Ficha de Identificação

Anotar sexo.

Qual a sua idade?

Onde você trabalha?

Onde se formou?

Há quanto tempo se formou?

Possui alguma especialização (formação complementar) em grupos?

Qual a sua prática grupal? (Descrever o tipo de grupo mais comumente realizado: número de encontros, número de participantes, objetivo do grupo)

Há quanto tempo coordena grupos?

Por que você começou a trabalhar com grupos?

Qual sua motivação para participação deste grupo de reflexão?

Apêndice 3: Consentimento livre e informado

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Sentidos de ética nas práticas grupais em conversas profissionais”, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera, e com a colaboração dos pesquisadores Mário José Bertini Silva de Jesus e Flávia Miranda Oliveira.

Nesta pesquisa nós estamos buscando refletir sobre questões éticas envolvidas nas práticas grupais realizadas por psicólogos.

A sua participação na pesquisa consiste em estar presente em cinco encontros grupais quinzenais, de 2h de duração, nas dependências do Instituto de Psicologia da UFU, para conversar sobre as questões éticas no trabalho de coordenação de grupo, os quais serão áudio-gravados.

Esse estudo será desenvolvido dentro de todas as condições éticas, portanto não oferece risco à sua saúde e você poderá se beneficiar dele com a oportunidade de ter um espaço onde possa refletir e aprender sobre o tema desse estudo.

O encontro em grupo será audiogravado e o material resultante da gravação será destruído após a sua transcrição. Em seguida, esse material fará parte de um banco de dados para ser utilizado em análises futuras. A destruição do material gravado garantirá que você não seja identificado. Na verdade, em nenhum momento da realização do trabalho você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você é livre para deixar de participar do estudo, a qualquer momento, se desejar, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo. O seu certificado de participação será oferecido em acordo com a carga horária efetiva de sua participação, independente de você concluir o número total de encontros. Você também não terá nenhum gasto e ganho financeiro pela participação na pesquisa.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato com os pesquisadores no Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Psicologia, Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Uberlândia – MG, CEP: 38400902 - Caixa Postal: 593, Telefone: (0xx34) 3218-2701 , bem como com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres-Humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU): Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco J, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, ____ de _____ de 2010.

Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera
(Pesquisador)

Mário José Bertini Silva de Jesus
(Pesquisador)

Flávia Miranda Oliveira
(Pesquisadora)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

Apêndice 4: Roteiro dos encontros

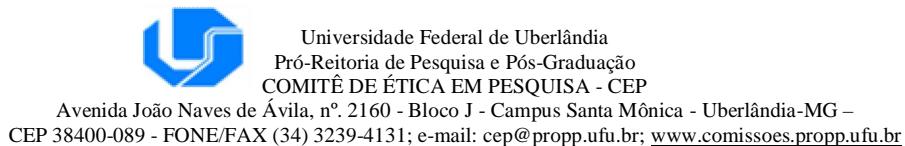
	Aquecimento inespecífico	Aquecimento específico	Desenvolvimento	Comentários
Encontro 1	Exercício de Apresentação: “Jogo das Cartas”	Exercício: “O que espero receber do grupo?” e “O que tenho a oferecer para o grupo?”	Construção conjunta de uma lista com 5 palavras que representariam a ética	Conversas sobre como foi o encontro deste dia
Encontro 2	Perguntas breves sobre o primeiro encontro	Visualização de uma situação dilemática em grupo e que foi resolvida com sucesso	Dramatização de um Programa de TV em que psicólogos discutiriam a ética grupal	Conversas sobre como foi o encontro deste dia.
Encontro 3	Exercício de construção conjunta de uma história inspirada em objetos retirados de uma caixa (1ª Rodada)	Exercício de construção conjunta de uma história inspirada em objetos retirados de uma caixa (2ª Rodada)	Construção de histórias dilemáticas e hipotéticas vividas em grupo; Criação individual de respostas sobre como lidar com elas	Conversas sobre como foi o encontro deste dia.
Encontro 4	Diálogo sobre aspectos éticos considerados importantes ao coordenar grupos	Construção de uma carta coletiva para um jovem psicólogo iniciante no trabalho com grupos	Leitura e Discussão das orientações éticas da IAGP	Conversas sobre como foi o encontro deste dia.
Encontro 5	Passeio pela sala decorada com materiais produzidos pelos participantes ao longo dos encontros anteriores	Escolha de uma das histórias hipotéticas construídas no encontro 3	Construção coletiva de respostas sobre como lidar com a situação exposta na história escolhida.	Conversas sobre como foi o encontro deste dia, bem como sobre o que acharam deste grupo sobre ética.

ANEXOS

Anexo 1: Convenções das Transcrições propostas por Gail Jefferson, segundo Potter (2000)

- 1) Quando se utiliza um sublinhado em algumas sílabas das palavras, por exemplo: trabalho, entende-se que a sílaba “tra”, nesse caso, foi pronunciada com mais intensidade pelo falante durante o enunciado;
- 2) O uso de dois pontos ou mais após as palavras, por exemplo: “entendi::” indica uma prolongação da palavra;
- 3) Flechas (\uparrow \downarrow) marcam um aumento (\uparrow) e uma diminuição (\downarrow) na entonação da palavras. Por exemplo: a pressão \uparrow so \downarrow be;
- 4) Palavras escritas em maiúsculo indicam que foram expressas com mais intensidade do que as demais pelos falantes. Por exemplo: DOCE;
- 5) Usa-se colchetes [], quando ocorre sobreposição de falas, de forma a marcar o início e a conclusão dessa sobreposição;
- 6) Quando os falantes utilizam pausas pequenas, que não ultrapassam dois segundos durante os seus enunciados, utiliza-se o símbolo (.). Entretanto, quando esses utilizam pausas maiores ou iguais a dois segundos, utiliza-se o valor do tempo entre parênteses (0.3).
- 7) Quando os falantes utilizam-se falas mais silenciosas, com menor intensidade de volume do que o restante do enunciado, utiliza-se o símbolo ° ° entre as palavras. Ex: ° de um dia pro outro, ela subiu°;
- 8) Quando não se tinha clareza da fala durante a transcrição, colocou-se no trecho a expressão (inaudível).

Anexo 2: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



ANÁLISE FINAL N°. 531/10 DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU
239/10

Projeto Pesquisa: Sentidos de ética nas práticas grupais em conversas profissionais.

Pesquisador Responsável: Emerson Fernando Rasera

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data de entrega do relatório parcial: setembro de 2011.

Data de entrega do relatório final: Março de 2012.

SITUAÇÃO: PROTOCOLO APROVADO.

OBS: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Uberlândia, 13 de Agosto de 2010

Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado

Coordenadora CEP/UFU

Orientações ao pesquisador

• O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

• O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requerem ação imediata.

• O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

• Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e). O prazo para entrega de relatório é de 120 dias após o término da execução prevista no cronograma do projeto.